

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO**

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO
(1967-1973)**

RENATO DA SILVA DELLA VECHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Baquero

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dissertação defendida e aprovada, em 26 de agosto de 2005, pela
banca examinadora constituída pelos professores:

.....
Prof.^a Dr^a Jussara Reis Prá

.....
Prof^o Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles

.....
Prof^o Dr. Aloísio Ruscheinsky

Agradecimentos

É costume que, de forma geral, os trabalhos sejam dedicados àquelas pessoas que de uma forma ou outra contribuíram com seu autor, seja na elaboração, digitação, crítica e relações pessoais. Nesse caso, também sou devedor de agradecimentos a muitas pessoas que contribuíram de alguma forma. Por menor que possa parecer cada contribuição dada, com certeza foi importante no resultado final. E com certeza sou muito grato a cada um individualmente. Se fosse citar um a um, correria o risco de esquecer nomes e fazer injustiça. Gostaria, portanto, que todos que colaboraram com este trabalho, saibam de minha gratidão.

No entanto, dedico este trabalho àqueles que são a própria razão da sua existência. Aqueles que de uma forma ou outra foram o próprio objeto de estudo em questão. Considero que não só eu, mas que minha geração possui uma dívida de gratidão para com aqueles que enfrentaram o autoritarismo e o obscurantismo, defendendo ideais humanistas e com isto colocando suas próprias vidas em risco.

Aos que sobreviveram à dor de enfrentar o suplício físico, mas também a dor de conhecer a degradação da condição humana. Talvez pior do que a dor física, seja a dor de sabermos que pessoas podem chegar a perder a condição humana e embrutecer-se de tal modo que os animais, mesmo os irracionais, colocam-se em uma situação superior. Como Rousseau já pensava, a partir de seu conceito de “bom selvagem”, a racionalidade que diferencia os homens dos animais leva o homem a se corromper, o que não acontece no mundo animal.

Aos que morreram de forma brutal, mas com dignidade, nas prisões clandestinas ou nas chamadas “casas da morte”. Que entre a vida e a integridade preferiram a segunda, pois, segundo Mário Alves, “o delator pode ganhar a vida, mas perde a razão de viver”.

Aos que se separaram dos entes queridos, separações doloridas e muitas vezes definitivas. Que colocaram os ideais coletivos muito acima das vontades e desejos próprios.

Aos que ficaram mutilados física e mentalmente, mas que ainda hoje teimam em buscar um sentido positivo para a militância social, em resgatar a essência da vida.

Aos que resistiram de formas diversas. Que embora não concordassem com a opção da luta armada, mesmo assim arriscaram suas vidas, empregos e famílias para ajudar a proteger aqueles que não tinham onde se refugiar.

Aos que fraquejaram e muitas vezes não conseguiram desempenhar o papel idealizado que os outros e eles mesmos esperavam. Há que se entender que, em geral, muitas vezes enfrentava-se muito mais do que a condição humana podia aceitar. Que os homens foram feitos para a vida e a liberdade, não para a dor e o suplício.

Aos que lutaram e lutam hoje para a construção de uma sociedade fraterna, justa e igualitária.

Aos que não têm certeza quanto à validade de suas ações ou aos que têm dúvidas se valeu a pena, não esqueçam das palavras de Antônio Prestes de Paula poucos dias antes de sua morte

Eu abandonei tudo pela minha causa, joguei a família para cima, emprego, joguei tudo, mas não me arrependi porque eu acho que as pessoas não devem se arrepender daquilo que fazem, no sentido de que eu não lutei por nada que não fosse digno e sacrifiquei tudo no altar do patriotismo, da revolução, da transformação social, da construção de uma nova sociedade (Entrevista de Antônio Prestes de Paula para Aparecido Dias no final de 2004).

SUMÁRIO

Sumário.....	06
Abreviatura e Siglas.....	08
Resumo.....	12
Abstract.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
Formulando o problema.....	15
Justificativa e Relevância.....	17
Metodologia.....	19
1. QUADRO TEÓRICO.....	25
1.1. Algumas abordagens sobre partidos políticos.....	25
1.2. Os Partidos Políticos em uma perspectiva marxista.....	29
2. O surgimento e o papel do PCB na história política brasileira.....	44
3. Golpe de 1964: Algumas possibilidades de explicação sobre seu significado histórico.....	56
4. A cisão do Partido Comunista Brasileiro e o surgimento do PCBR.....	78
5. PCBR: História e Estórias.....	85
6. O PCBR e a Questão de Gênero.....	209
CONCLUSÃO.....	218
Referências	225
Revistas e Jornais.....	240
Documentos do PCBR.....	246

Relação de cartas pessoais apreendidas pela repressão.....	253
Relação de jornais do PCBR.....	254
Locais onde os documentos foram coletados.....	256
Pessoas entrevistadas para a pesquisa sobre o PCBR.....	257
ANEXOS.....	259
Anexo I Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia.....	260
Anexo II - A Organização Independente da Massa (OIMs).....	264
Anexo III - Codinomes de Dirigentes e Militantes do PCBR.....	270
Anexo IV - Relação da Composição dos Comitês Centrais do PCBR.....	274
Anexo V - Militantes do PCBR Assassinados.....	276
Anexo VI - Às Mulheres Brasileiras.....	278
Anexo VII - Carta de Arrependimento de Gersino Saraiva Maia.....	280
Anexo VIII - Documento do PCBR estabelecendo as diferenças com o Coletivo de São Paulo da Corrente Revolucionária que irá criar a ALN	284
Anexo IX - Carta de Dilma Alves para a mulher do cônsul Alúcio Gomide seqüestrado pelos Tupamaros no Uruguai.....	286
Anexo X - Número de processos envolvendo organizações de esquerda 1968 a1972.....	288
Anexo XI - Linha Política do PCBR (Abril/1968) O Caráter da Revolução Brasileira.....	290
Anexo XII - Relação de Fotografias a respeito do PCBR.....	318

ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	– Ato Institucional
ALA	– Ala Vermelha
ALN	– Aliança Libertadora Nacional
ANL	– Aliança Nacional Libertadora
AP	– Ação Popular
BA	– Bahia
CC	– Comitê Central
CE	– Ceará
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina
CIA	– Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos)
COLINA	– Comando de Libertação Nacional
CORRENTE	-- Corrente Revolucionária de Minas Gerais
CPM	– Comando Político Militar
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
DCE	– Diretório Central de Estudantes
DF	– Distrito Federal
DI	– Dissidência
DI-DF	– Dissidência do Distrito Federal
DI-GB	– Dissidência da Guanabara
DOI/CODI	– Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	– Departamento de Ordem Política e Social
ES	– Espírito Santo

EUA	– Estados Unidos da América
FALN	– Forças Armadas de Libertação Nacional
FBT	– Fração Bolchevique Trotskista
FLN	– Frente de Libertação Nacional
FLNE	– Frente de Libertação do Nordeste
FREP	– Frente Revolucionária Popular
FUEC	– Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
GB	– Guanabara
GO	– Goiás
GPR	– Governo Popular Revolucionário
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	– Internacional Comunista
IPES	– Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	– Inquérito Policial Militar
MA	– Maranhão
MAR	– Movimento de Ação Revolucionária
MCR	– Movimento Comunista Revolucionário
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MEL	– Movimento Estudanti Libertário
MG	– Minas Gerais
MOLIPO	– Movimento de Libertação Popular
MR8	– Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-26	– Movimento Revolucionário 26 de março
MRM	– Movimento Revolucionário Marxista

MRT	– Movimento Revolucionário Tiradentes
M3G	– Marx, Mão, Marighela e Guevara
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	– Operação Bandeirantes
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OIM	– Organizações Independentes de Massas
OLAS	– Organização Latino-americana de Solidariedade
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PA	– Pará
PB	– Paraíba
PC	– Partido Comunista
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PCBR	– Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR	– Partido Comunista Revolucionário
PCRA	– Partido Comunista Revolucionário Argentino
PCUS	– Partido Comunista da União Soviética
PE	– Pernambuco
PI	– Piauí
POC	– Partido Operário Comunista
POLOP	– Política Operária
PORT	– Partido Operário Revolucionário Trotskista
POSDR	– Partido Operário Social Democrata Russo
PR	– Paraná

PRT	– Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	– Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular
RJ	– Rio de Janeiro
RN	– Rio Grande do Norte
RS	– Rio Grande do Sul
SP	– São Paulo
UC	– União de Comunistas
UDN	– União Democrática Nacional
UNE	– União Nacional de Estudantes
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	– Universidade de São Paulo
USAID	– United States Aid For Development
VAR	– Vanguarda Armada Revolucionária
VAR-P	– Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	– Vanguarda Popular Revolucionária

RESUMO

Este trabalho busca resgatar a origem e história de uma das organizações de esquerda que surgiu no período de 1968 a partir das dissidências dentro do Partido Comunista Brasileiro. Inúmeras organizações irão surgir nesse período, sendo que a maioria das mesmas irá aderir ao processo de luta armada contra o regime militar. Entre as diversas diferenças políticas e ideológicas entre elas, uma se destacava: a manutenção de uma estrutura de partido ou a criação de organizações sem estrutura de partido e com liberdade de ação por parte dos comandos militares da organização. O fundo dessa discordância era proveniente da influência da Revolução Cubana entre os militantes de esquerda na América Latina através da Teoria do Foco, onde a ação de partido era considerada desnecessária. Por outro lado, também é fruto da retomada dos debates sobre concepção de partido revolucionário e a relação dos partidos com os movimentos de massas, debate presente no pensamento marxista europeu durante toda a primeira metade do século XX. O PCBR buscou aliar a concepção leninista de partido com as posições de defesa da autonomia do movimento de massas frente aos partidos, concepção defendida pela marxista alemã Rosa Luxemburgo. O trabalho, portanto, busca estudar o contexto em que este debate se realizou na esquerda brasileira durante o período militar. Por fim, o presente estudo buscou também contribuir com a reconstituição histórica de alguns fatos relevante relacionados à ação política do PCBR durante o período militar.

ABSTRACT

This work intends to rescue the origins and history of one of the political left organizations that has emerged in the 1968 period throughout the dissidences inside the Brazilian Communist Party. Several organizations would surge in this period, being that the great majority would engage into the armed fights against the military regime. Among the several political and ideological differences between them, one took attention: the supporting of a party structure of the creation of organizations without a selfed party structure, fact which provided liberty of acts in relation to the military commands organization. This dissonance roots were provenient from the Cuban Revolution influence among the left-sided militants in Latin America, through the *Focus Theory*, in which the party action was considered not necessary. On the other hand, it is also result of the debate resurgence on the revolutionary party conception and the interaction and relation between the parties and the mass movements presented in the European Marxist thought throughout the 20 century first half. The PCBR tried to make an alliance between the leninist party conception with the positions which defended the mass movement autonomy in relation to the parties, conception defended by the german marxist Rosa Luxemburgo. The work, therefore, intends to study the context in which this debate took place in the brazilian political left through the military period. Finally, the present study also tries to contribute with the historical reconstitution of some relevant facts related to the PCBR during the military period.

INTRODUÇÃO

A bibliografia que existe sobre o período militar, e mais precisamente sobre as organizações de esquerda deste período, é bastante limitada. Não tanto na quantidade, mas fundamentalmente quanto ao tipo de abordagem que são trabalhadas. Procuraremos identificar alguns tipos principais de abordagens da bibliografia disponível.

Um primeiro tipo são as obras que procuram traçar um panorama geral da esquerda no Brasil. Pela complexidade do assunto, normalmente essas obras apresentam um certo “mosaico” das organizações, sem nenhum tipo de profundidade, salientando apenas as linhas gerais das concepções e as principais ações desenvolvidas (Ozai, s.d.).

Um segundo tipo, parecido com o primeiro, é a reprodução de documentos da época. Embora importante por constituir-se resgate histórico de todo um período, normalmente eles vêm sem nenhuma explicação mais detalhada do contexto específico vivido. Da mesma forma não localiza as divergências não só com outras organizações como também internamente (Reis, 1985).

O terceiro tipo de material existente são as biografias e autobiografias. Normalmente tratam de pessoas que são colocadas em pedestais, em que os equívocos próprios de todo ser humano não aparecem. Sem falar das autobiografias que mais parecem uma autopromoção que uma análise sobre um determinado período da nossa vida política. Algumas delas ainda têm a característica de abarcar um período pequeno ou poucas experiências vividas por militantes do período (Sirkis, 1980,1981; Gabeira, 1981).

Outro tipo de análise é aquela que se prende a um aspecto específico, como por exemplo, vida na prisão; mulheres e ditadura militar; exílio, juventude e repressão etc. (Rosenberg, 1999; Valle, 1999; Ferreira, 1997).

São raras as obras que buscam analisar uma organização política de forma integral. As poucas existentes também confundem-se com relatos autobiográficos ou limitam-se às organizações mais fortes do período, como AP, PCB, PC do B e ALN. Das poucas exceções, destaca-se o livro “Combate nas Trevas”, de Jacob Gorender, que consegue realizar uma análise das concepções de fundo das diversas organizações do período, bem como o livro “O Fantasma da Revolução Brasileira”, de Marcelo Ridenti.

FORMULANDO O PROBLEMA

O presente estudo sobre o PCBR visa resgatar a origem, trajetória, concepções políticas e ação prática dessa organização. Um resgate que não leve em conta apenas as definições e “linhas oficiais”, mas que também dê conta de analisar as contradições inerentes a um tipo de organização que buscou romper o autoritarismo presente no projeto da grande maioria das organizações de esquerda (notadamente o autoritarismo proveniente daquele período denominado stalinista). Como sabemos, todo processo de rompimento também conserva algo daquilo que busca superar. Queremos identificar se e até que ponto o rompimento teórico gerou uma nova cultura nas relações internas e na relação desta organização com os demais movimentos sociais.

Gostaríamos de fazer uma ressalva que nos parece importante. Quando falamos em autoritarismo nas organizações de esquerda, precisamos não confundir com disciplina. Hoje torna-se corrente muitas vezes confundir uma coisa com outra. No entanto, durante períodos de repressão política a falta de disciplina por parte dos militantes pode significar, em alguns casos, sua própria vida, bem como de outras pessoas a eles ligados. Quando falamos em autoritarismo referimo-nos fundamentalmente a uma relação de dominação que muitas vezes ocorria entre direção e base das organizações, bem como entre as mesmas e os movimentos sociais e de massas. No entanto, procuraremos ter o cuidado de contextualizar a época para avaliarmos até que ponto a centralização era fruto de uma relação autoritária ou se era uma necessidade de sobrevivência política.

Neste contexto, insere-se um conjunto de debates bastante ricos no período examinado. Por exemplo, chama atenção a discussão sobre o direito à maternidade por parte das mulheres que viviam em uma situação de clandestinidade e, conseqüentemente, em condições bastante precárias. Até que ponto a necessidade de preservação dos militantes de uma organização política poderia se sobrepor a uma vontade individual (no caso, de ser mãe). Até que ponto a opção pela clandestinidade era uma necessidade ou era uma forma dos militantes se auto-afirmarem? Em entrevistas já feitas, identificamos também situações em que não havia necessidade da clandestinidade, mas um certo “status” dentro das organizações levou alguns jovens a buscá-la.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Este trabalho busca contribuir para o resgate de uma parte ainda não conhecida de nossa história, bem como busca refletir sobre a questão da democracia nas organizações políticas, tema atual e relevante frente a inúmeros problemas desta ordem que se multiplicam em diversos tipos de organizações políticas, sejam elas partidárias, sindicais, ou organizações não governamentais (ONGs).

Para aqueles que avaliam que este é um tema já ultrapassado, gostaríamos de justificar seu estudo. Entendemos que, para além do resgate histórico, por si só importante, certas questões não estão definitivamente resolvidas em nossa sociedade.

A América Latina é um continente que se caracterizou, principalmente no século XX, por sucessivas intervenções militares nos governos constituídos. Via de regra, patrocinadas pelo governo norte-americano a partir de interesses econômicos muito bem definidos. No século passado, tivemos mais de 100 golpes militares deste tipo em nosso continente. Nada nos assegura que este ciclo tenha acabado. Ao contrário, sabemos que mais do que nunca a Amazônia torna-se alvo de cobiça do capital transnacional. A “preocupação” com o narcotráfico colombiano, por parte de um país que exporta, sem restrições, éter e produtos químicos para o refino da coca, é, no mínimo suspeita. O deslocamento de tropas norte-americanas para os países amazônicos também é um dado preocupante.

Paralelo a esta situação, percebemos um crescente autoritarismo por parte dos governos constituídos em nosso continente. Na realidade, verdadeiros “golpes brancos”, em que questões constitucionais são deixadas de lado em

função de interesses de grupos que detêm o poder. A corrupção alastra-se de forma rápida e sem que a sociedade consiga controlá-la. Este processo todo tem como pano de fundo a dinâmica da globalização, na qual somente o capital é globalizado gerando, com isto, uma violenta concentração de renda. O Brasil, neste contexto, ocupa o desonroso 2º lugar no mundo no que diz respeito às desigualdades de renda e salário. Segundo dados da própria ONU, 1/3 de nossa população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com uma renda per capita inferior a um dólar/dia. Possuímos, portanto, um verdadeiro exército de miseráveis (Pochmann, 2003).

Este conjunto de fatores faz com que as preocupações com os períodos autoritários do passado não possam ser consideradas já superadas. Ao contrário, um país onde os partidos políticos nacionais, ao longo de sua história, têm pouco mais de 40 anos de vida legal sem os entraves das ditaduras, não pode ser considerado um país onde a democracia esteja consolidada. Nesse aspecto, nos diferenciamos muito de países como Argentina, Chile e Uruguai que possuem uma estrutura partidária de mais de um século e uma população que ainda se identifica partidariamente. Embora se constate que na última década a identidade partidária venha se reduzindo significativamente nesses países, ainda são superiores ao caso brasileiro (Baquero, 2000).

Se no Brasil o período da ditadura foi “varrido para baixo do tapete”, o mesmo não aconteceu em outras nações. Na Argentina, os ditadores foram para a cadeia. No Chile, presenciamos todos os conflitos que envolveram a sociedade chilena na polêmica relacionada à prisão de Pinochet. No entanto, no Brasil, mesmo com o governo Lula, somente agora os familiares de desaparecidos políticos poderão ter acesso a documentos do exército, embora controlados.

Mesmo assim, atenção a afirmação do Ministro da Defesa de que esses importantes papéis tinham sido destruídos (afirmação que nunca foi comprovada através de documentação oficial). Como vemos, neste período histórico, há uma lacuna de informações que precisam ser resgatadas. A todo momento, surgem novas informações, como a apresentada no livro de Élio Gaspari (2004), de que o próprio Geisel sabia das torturas e de certa forma foi conivente, embora durante muito tempo a história oficial tenha negado esta afirmação. Neste sentido, consideramos que a pesquisa desenvolvida nessa dissertação tem um papel a cumprir. Tanto no resgate de nosso passado, como também no entendimento de um conjunto de questões que ainda hoje são atuais no debate político contemporâneo.

METODOLOGIA

Este trabalho acumulou informações a respeito deste tema. Possuímos o conjunto de documentos que o PCBR elaborou ao longo de sua vida partidária, como também entrevistamos trinta ex-militantes deste agrupamento. A partir das entrevistas e de outros materiais impressos, estamos com uma lista de mais de noventa nomes de ex-militantes que tiveram algum papel no processo de organização do PCBR. Alguns destes já localizados e outros ainda por serem localizados. Possuímos uma quantidade muito grande de material bibliográfico (textos; revistas; artigos; livros, etc) que nos possibilitou encontrar valiosas informações para o desenvolvimento da problemática proposta. Paradoxalmente,

esse enorme volume de informações também trouxe problemas à pesquisa na medida em que dificultou a seleção das informações mais importantes.

A importância desta pesquisa situa-se no marco da organização de documentos e informações que hoje se encontram dispersos. Da mesma forma, a maioria dos ex-militantes, que tiveram um papel destacado neste período, já se encontram em idade relativamente avançada, o que dificulta a reconstituição oral baseada apenas na memória dos envolvidos, eis que em função da vida clandestina, muitas informações nunca foram anotadas, como por exemplo, os nomes de pessoas que compuseram as direções políticas das organizações. As entrevistas, portanto, terão uma importante contribuição no sentido do resgate histórico de muitas situações e acontecimentos que não são de conhecimento público e, de alguma forma, constituem parcela fundamental do passado recente desta nação. Ao que nos consta, este é o primeiro trabalho específico sobre esta organização política que, de alguma forma, contribuiu para um debate importante sobre a polêmica histórica dentro do marxismo entre os “leninistas” e “autonomistas”.

No que se refere às entrevistas feitas, cabe abordarmos os critérios utilizados. A partir de informações públicas sobre a história da esquerda no Brasil, identificamos alguns personagens centrais na construção do PCBR. Algumas já estavam mortas, outras ainda não. Em relação a alguns dos nomes que identificamos, não tínhamos nenhuma idéia sobre a situação atual em que se encontravam (se estavam vivos, onde moravam, etc). Em relação a outros identificados, alguns já eram conhecidos como Apolônio de Carvalho (fundador do PT – inscrição número 1 - e pessoa bastante conhecida no Rio de Janeiro); Jacob Gorender (escritor que vinha publicando livros regularmente e conhecido nos

meios acadêmicos) e Bruno Maranhão (membro da Direção Nacional do PT). Outros ainda eram conhecidos através de bibliografia sobre o período, mas não sabíamos onde encontrá-los (o caso de Álvaro Caldas que tinha publicado um livro sobre sua experiência dentro do PCBR e de Elinor Brito, líder estudantil em 1968 no Rio de Janeiro). Esses nomes foram localizados através dos sistemas de busca na Internet. Outros nomes foram identificados através de documentos encontrados no DOPS/PE; no Arquivo Brasil Nunca Mais (Unicamp) e no Arquivo Público do Paraná. Conforme novos nomes eram relacionados à história do PCBR, seja através de informações provenientes de arquivos públicos como a partir de ex-militantes que iam sendo contatados e revelavam novas informações e contatos, continuávamos a busca através de informações que pudessem nos colocar em contato com os mesmos ou busca via internet. Aproximadamente duzentas (200) pessoas foram identificadas. Destas, algumas não sabemos se estão vivas e/ou onde estão morando. Outras foram identificadas, mas não tivemos condições de contatá-las. Seja porque não responderam aos e-mails mandados, seja porque quando estivemos nos estados onde moravam não conseguíamos contatá-las (alguns estavam viajando, outros hospitalizados, etc). Alguns dos ex-militantes que foram exilados se estabeleceram no exterior e não mais voltaram ao país. Outros ainda estão morando em estados e/ou municípios que não tivemos condições de deslocamento (Ceará, Mato Grosso, Mossoró/RN, Jequié/BA; interior do Paraná, interior de São Paulo, etc).

Além das 30 entrevistas feitas diretamente com ex-militantes, também nos valem de entrevistas que os mesmos deram para outras pessoas e ou órgãos de imprensa e livros (Theodomiro Romeiro dos Santos, Rubens Alves, Nancy Mangabeira, Romeu Bertol, Jorge Medeiros do Valle e outros).

Mesmo junto aos ex-militantes que entrevistamos diretamente, também nos municiamos de entrevistas que os mesmos deram a outras pessoas e ou órgãos de imprensa em outros momentos (Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Prestes de Paula, Marcelo Mário de Mello, Bruno Maranhão, etc).

Como não possuíamos as condições financeiras ideais para deslocamentos, alguns nomes importantes não foram entrevistados, seja em função de dificuldade de deslocamentos seja porque não conseguimos localizá-los a tempo.

O roteiro das entrevistas era padronizado. Solicitávamos ao depoente que fizesse um histórico de sua militância e da relação que tinha estabelecido com o PCBR. Também pedíamos uma avaliação final sobre a atuação no período e como eles relacionavam o projeto inicial da organização e o desdobramento prático da luta política no período. Além dessas questões mais gerais, em cada caso procurávamos identificar as informações específicas sobre a atuação daquele ex-militante, seja em função da região em que atuava, tipo de atuação e papel desempenhado dentro da organização.

Conforme o “quebra-cabeça” ia se montando, identificávamos informações que nos faltavam. Em alguns casos conseguimos retomar contatos via internet ou telefonemas, em outros casos não. De qualquer forma, mesmo com o trabalho já concluído, ainda estamos descobrindo novos elementos que compõem a história do PCBR bem como contatos com pessoas que não tínhamos por ocasião da construção do mesmo. Nesse sentido, entendemos que essa primeira versão, se divulgada entre os ex-militantes que possuímos contato, nos trará novas informações que poderão ser acrescentadas em um segundo momento.

Quanto à distribuição dos capítulos, para que pudéssemos alcançar

os objetivos propostos, a dissertação ficou estruturada em 6 (seis). O capítulo 1 estabelece o marco teórico. Desenvolvemos algumas concepções sobre a perspectiva pela qual os partidos políticos podem ser estudados e a partir dessa introdução geral buscamos analisar o modelo ideológico de partido, notadamente a concepção marxista de partido e o debate que se estabeleceu entre alguns de seus principais dirigentes internacionais sobre o que diz respeito à concepções sobre partido. O segundo capítulo aborda o papel que o Partido Comunista Brasileiro cumpriu na história política brasileira. Analisa suas vitórias e derrotas, acertos e erros que levaram à dissensões internas. Já o terceiro capítulo busca trazer algumas possíveis explicações sobre o significado histórico do golpe militar de 1964 e as conseqüências do mesmo para as organizações de esquerda na época. O Quarto capítulo aborda as diferentes cisões que surgirão no Brasil em relação ao PCB, as diferentes concepções de luta política que também levarão à construção de diferentes formas organizativas e programas para enfrentar o estado militar que se instalou no Brasil. Trabalha de forma particularizada o surgimento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), motivo central do próprio trabalho que estamos elaborando. O quinto capítulo é o mais longo e busca reconstituir historicamente a trajetória do PCBR durante seu surgimento (1967) até o momento em que sua direção é desarticulada e passa não mais a existir enquanto estrutura organizativa dentro do Brasil (1973). Embora bastante longo, optamos em não desdobrá-lo para evitar a fragmentação de seu conteúdo. O último capítulo, embora pareça um pouco “deslocado” do conjunto do trabalho, procura analisar as relações interpessoais entre os militantes, notadamente o tratamento que era dado ao debate sobre gênero, além de também buscar analisar outras questões como relações amorosas dentro de

um contexto de clandestinidade e relações familiares dentro de um ambiente adverso fruto da forte repressão política e de um grande despreendimento para a militância por parte dos militantes de esquerda nesse período. Por fim, além da conclusão, também buscamos resgatar em anexo alguns documentos que julgamos importantes para a compreensão de alguns fatos e do projeto político do PCBR, além de fotografias de militantes que atuaram no período e que esse trabalho, em algum momento, buscou situar a militância dos mesmos.

CAPÍTULO 1 - QUADRO TEÓRICO

1.1. Os Partidos Políticos

Discutir a contribuição do PCBR à Ciência Política nos remete a um debate sobre conceituação de partidos políticos, democracia e marxismo. Portanto, procuraremos analisar os dados a partir dessa perspectiva teórica.

A definição sobre o conceito de partidos, por si só, já consiste num tema muito amplo. Diversas abordagens diferentes são feitas no que se refere a esta temática. Dentro de cada abordagem, identifica-se diversas discussões e/ou definições sobre partidos, as quais não podem ser consideradas falsas ou verdadeiras em si mesmas. Dependendo do que se busca explicar, uma ou outra abordagem poderá ser adequada e poderá produzir respostas mais abrangentes.

Em linhas gerais, poderíamos dizer que as principais abordagens da ciência política também produzem elaborações sobre os partidos. As principais são: abordagem histórica (Cerroni, Duverger); estrutural-elitismo (Michels); behaviorismo; Teoria estrutural-funcionalista (Almond e Powell) e teoria marxista ou ideológica (Lênin, Rosa Luxemburgo).

A Abordagem histórica procura analisar o surgimento dos partidos e seu desenvolvimento à luz das condições históricas. Não se limita a analisar o partido apenas pelo que é na atualidade, mas busca compreender seus limites e potenciais a partir das condições históricas em que está inserido, bem como busca entendê-lo a partir de seu nascimento e desenvolvimento. Possui diversas abordagens diferenciadas em seu interior, como a Teoria Institucional (Duverger);

a Teoria das Crises dos partidos políticos, a Teoria da Modernização (Lipset) e a Teoria Psicológica dos partidos políticos.

O Estrutural-Elitismo, que tem como um de seus expoentes Robert Michels, procura analisar os partidos políticos a partir de sua estrutura e como as direções apropriam-se do partido para defender seus interesses pessoais. Michels analisa os partidos de esquerda e exclui automaticamente os de direita porque estes já se constituem como partidos oligárquicos por natureza. No entanto, os partidos de esquerda ou até mesmo os de centro esquerda, que buscam a construção de estruturas democráticas, com o passar do tempo também se tornam oligárquicos. Para Michels, existe uma contradição inerente aos partidos (que ele denomina de Lei de Ferro das Oligarquias), na qual os partidos que se preocupam em organizar-se de forma democrática e participativa reproduzem as velhas estruturas oligárquicas. Seu raciocínio é simples e embasado em experiências históricas. Um partido que busca constituir-se de forma democrática exige uma estrutura organizativa muito mais planejada e eficiente do que as demais máquinas partidárias. A democracia exige, portanto, a especialização de funções. Esta, por sua vez, leva à especialização de tarefas, ou, em outras palavras, à divisão do trabalho. A divisão do trabalho, por sua vez, leva à especialização e ao controle das informações, o qual gera a separação entre os dirigidos e dirigentes. E, com o tempo, os dirigentes cada vez mais baseiam-se em seus interesses particulares, ao tomar algum tipo de decisão, do que nos interesses coletivos do partido. A conclusão de Michels é que os partidos democráticos, de esquerda, com o tempo também tornam-se partidos oligárquicos.

O Behaviorismo examina a relação Estado-Sociedade, desloca a abordagem do Estado para a sociedade civil. Incorpora-se o elemento quantitativo

(sondagens de opinião pública – surveys). Permite identificar a cultura política; eficácia política; socialização política, identificação partidária etc. Estuda como as pessoas internalizam normas e valores. Substitui idéias fragmentadas pela idéia de probabilidade de comportamentos políticos. Procura medir quantitativamente os comportamentos políticos, e, por fim, não trabalha com explicações macro-estruturais, mas com unidades micro.

O Estrutural-Funcionalismo trabalha basicamente com a idéia da relação contínua entre *inputs* (entradas) e *outputs* (saídas). O estrutural funcionalismo é um tipo de abordagem que busca justificar e interpretar o sistema político da forma como ele consolida-se hoje. Tendo sua origem nos E.U.A., na década de 60, e compara o sistema político a um sistema de computação. Existem demandas da população (*inputs*) que entram no sistema político, são processadas e saem (*outputs*) na forma de políticas públicas. Fazendo um paralelo com um sistema de computação, as informações são colocadas no sistema (*input*), processadas pelo aparelho, e, em seguida sai o resultado (*output*). Da mesma forma que um sistema de computação apresenta limites de dados que podem ser processados (sob pena de pane no sistema), as reivindicações da população também precisam ser previamente selecionadas e agrupadas para que as demandas não inviabilizem todo o sistema de representação. Neste sentido, os partidos políticos são os instrumentos que organizam, agrupam e defendem interesses de setores da população no sistema político. Os partidos são os agentes intermediários entre o Estado e a sociedade civil, além disso, entende os como estruturas que são identificadas através da função que desempenham.

A Análise de Marx e de alguns marxistas, por sua vez, não procura analisar o que é, como surgem ou qual a função dos partidos políticos. Parte da análise

clássica da permanente luta de classes na sociedade e dos mecanismos repressivos e ideológicos inerentes ao Estado. Dentro desta perspectiva, sua preocupação reside em como constituir partidos que se constituam em instrumentos eficazes de luta política visando à destruição do chamado estado burguês (seja na forma que for) e construção de um processo revolucionário.

Este estudo trabalhará com duas destas abordagens. Em primeiro lugar, e de forma mais sistemática, enfocaremos a análise marxista de partidos políticos. Dentro do marxismo, destacaremos as diversas opiniões sobre partido, particularmente a concepção de Lênin e de Rosa Luxemburgo. Em um segundo momento, discutiremos a crise política que a idéia de partido único, implantada na União Soviética, sob inspiração de Josef Stálin, irá acarretar no pensamento de esquerda no mundo todo. Neste segundo momento, trabalharemos com a abordagem estrutural-elitista.

Após esta análise, buscaremos situar o Brasil pós-64 com a generalização da repressão política (notadamente pós AI-5, em 1968) e o surgimento da chamada “esquerda armada”, principalmente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que surge como continuidade do Partido Comunista Brasileiro e, ao mesmo tempo, como negação de algumas de suas teses, notadamente no que diz respeito à idéia de democracia. Nesse contexto, analisaremos o PCBR na condição de organização que busca constituir uma nova matriz política-organizativa na esquerda brasileira.

1.2. Os Partidos Políticos em uma perspectiva Marxista

Marx, embora tenha sido um pensador fundamental na interpretação econômica, sociológica e histórica sobre os rumos da humanidade, deixou algumas lacunas no que diz respeito às formas organizativas para os trabalhadores atingirem o poder. Em suas primeiras obras, na chamada fase do jovem Marx, ou ficava em formulações genéricas como “*o socialismo será obra dos próprios trabalhadores*”; ou então falava sobre a necessidade dos revolucionários atuarem dentro dos partidos burgueses. Claro que a intervenção dentro destes partidos era fruto de um momento em que o voto ainda era censitário, ou seja, somente os mais ricos tinham direito ao voto e, conseqüentemente, só existiam partidos burgueses.

Em sua fase mais madura, começa a elaborar melhor a questão do partido. Em alguns documentos como “*Crítica ao Programa de Gotha*”, no “*Manifesto Comunista*” ou na “*Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*”, discute diversas questões ligadas ao programa necessário de ser assumido pelos revolucionários para que fosse possível superar a sociedade capitalista e para que esses não ficassem limitados às bandeiras democráticas dos grupos políticos que propunham apenas reformas no capitalismo sem a sua destruição. Chega a falar da necessidade da independência do partido operário em relação à burguesia e, até mesmo, na existência do que ele chama de grupos secretos. Esse período corresponde à sua atuação dentro da organização da I Internacional.

No entanto, ainda restam algumas indefinições sobre o problema do partido, as quais são decorrentes de um contexto histórico em que ainda não

existiam condições históricas concretas na Alemanha para que se desencadeasse algum tipo de revolução socialista vitoriosa. Para que a questão do tipo de partido necessário para organizar a luta revolucionária do proletariado tomasse corpo dentro do pensamento de esquerda, seria necessário que condições históricas concretas surgissem para que este debate também ocorresse.

Em alguma medida, pelas limitações do pensamento de Marx sobre a questão do partido, mas principalmente fruto de uma visão dogmática e de uma leitura parcial do marxismo por parte de parcelas da esquerda brasileira, reproduziu-se, de forma muito comum em nosso país, duas grandes vertentes políticas por parte de setores que buscavam uma transformação da realidade social.

De um lado, aqueles que acreditavam que as transformações viriam lentamente, de acordo com o aumento do nível de consciência das massas. Não consideravam a necessidade de constituição de instrumentos políticos mais elaborados que pudessem auxiliar a construção das consciências políticas. Achavam que o simples movimento de massas, no seu andar próprio, seria capaz de gerar uma consciência revolucionária.

Estas concepções, que têm sua origem no pensamento de Berstein, dirigente do partido social democrata alemão, constituem-se como um tipo de “socialismo evolutivo”, e irá gerar o pensamento social-democrata em suas mais diversas variantes.

Não se pode esquecer que no final do século XIX e início do século XX a social-democracia representava o pensamento marxista revolucionário, pois somente a partir do início da I Guerra Mundial surge a cisão dentro da II Internacional, constituindo, de um lado, a social democracia como um projeto que

apoiava a guerra (na Alemanha) e que buscava melhorias para os trabalhadores dentro da ordem capitalista; e os partidos que irão se alinhar à III Internacional, criada em 1919 e que irá constituir os chamados partidos comunistas.

Dentre as variações do pensamento social-democrata, o chamado “eurocomunismo”, que irá ampliar sua influência no Brasil a partir dos anos 80 do século XX, irá influenciar, e inclusive dar a direção ao pensamento do PCB, romperá com o pensamento marxista e adotará uma variante da social-democracia europeia, embora sem aceitar esta definição em nenhum momento. Da mesma forma, setores sindicais que espontaneamente entram em cena durante o fim do regime militar e ajudam na fundação do PT, normalmente influenciados por setores da Igreja, também irão adotar uma variante desta linha política.

De outro lado, aqueles que embora tivessem clareza quanto à necessidade da teoria revolucionária como elemento imprescindível para todo e qualquer processo de transformação social, acreditavam que a atuação legal dentro dos partidos da ordem e que representassem interesses de parcelas da burguesia nacional possibilitaria um avanço político rumo às transformações da sociedade brasileira. No Brasil, o Partido Comunista do Brasil talvez seja quem melhor represente esta concepção política. Mantém seu discurso marxista e revolucionário ao tempo que busca uma ampla coalizão política com setores da burguesia nacional para derrotar o imperialismo.

Na medida em que Marx não criou o que poderíamos definir como uma teoria de partido, coube a Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução Russa, sistematizar o debate existente naquele período histórico sobre a questão

do partido e construir uma teoria do chamado “partido de novo tipo” ou “partido operário”, também conhecido (após sua morte), como “partido leninista”.

Algumas características sobre o partido são: a idéia de um partido de vanguarda, composto pelos “melhores combatentes da classe operária”; centralismo democrático; estruturas partidárias clandestinas, estruturas militares vinculadas à estrutura política etc.

Talvez o debate a respeito do chamado Centralismo Democrático seja o mais importante no que diz respeito à estrutura leninista de partido, pois ao mesmo tempo em que é um tema relevante, também é um assunto muito controverso. Sua polêmica não consiste apenas entre os que são favoráveis ou contra o centralismo. Situa-se basicamente nas diferentes concepções sobre centralismo e na forma como as maiorias e minorias se comportam dentro das organizações políticas. Dito de outra forma, podemos identificar inúmeras modalidades de centralização, as quais dependem muito do tipo de estrutura política, objetivos, contexto histórico, etc. De outro lado, podemos perceber que sempre as maiorias têm um maior apego à idéia de centralização (ao menos enquanto se constituem em maioria, pois muitas vezes ao se tornarem minoria, passam a ter outro comportamento).

Aliás, questão esta que já era enfrentada na fundação do Partido Operário Social Democrata Russo. Lênin já identificava

As lamentações da minoria que clama contra o centralismo e contra os estatutos quando está em minoria, e que mal se converte em maioria logo se apoia nos estatutos (LÊNIN, 1978, pg. 59).

Em linhas gerais, poderíamos dizer que o Centralismo Democrático constitui-se no encaminhamento solidário e coletivo das definições tomadas pela maioria dentro de algum tipo de estrutura organizativa de caráter político. A idéia básica é que a unidade de ação dos grupos políticos é determinante em sua força ou capacidade de implementar determinada política. Mais adiante veremos de forma mais detalhada alguns elementos centrais que definem o caráter democrático do centralismo e o diferenciam do burocratismo.

A sistematização deste debate (não que outras formas de centralização não existissem antes), advém do contexto em que surgiu a Revolução Russa e do debate a respeito do partido leninista. Na realidade, a discussão sobre a necessidade da constituição de um partido revolucionário na Rússia.

As condições históricas existentes na Rússia (sociedade semifeudal, violência do tzarismo contra os camponeses russos; grande índice de analfabetismo; miséria em grande escala, etc.), levou a que surgisse, neste país, um grande número de círculos revolucionários (os narodjnicks). A forma de ação terrorista destes grupos políticos não conseguiu mobilizar e organizar o povo russo. Faltava, fundamentalmente, teoria para que a revolução pudesse acontecer neste país. A partir da fuga de uma dirigente populista à Europa (Vera Zazulich), esta conheceu Engels e tomou contato com a teoria marxista. Os círculos revolucionários russos, a partir do conhecimento da teoria marxista, buscam organizar-se em partido. Inicialmente criam a Liga Social Democrata (articulação de diversos agrupamentos políticos) e, posteriormente, buscam a unificação destas organizações em um grande partido (denominado de Partido Operário Social Democrata Russo - P.O.S.D.R. - 1903). Não custa lembrar que neste

momento histórico os sociais democratas ainda eram os revolucionários, os que buscavam destruir a sociedade capitalista.

Dentre os principais dirigentes deste partido, encontra-se Lênin, que, já no Congresso de fundação (1903), polemizou na formulação dos estatutos partidários com suas teses sobre critérios para participação no partido e centralização. Enquanto alguns dirigentes defendiam a idéia de um partido mais solto, menos centralizado, Lênin defendeu um partido com uma rígida disciplina partidária. Em função da necessidade da clandestinidade face à violência da monarquia russa, Lênin propôs a criação de um partido centralizado na sua ação e dividido em células partidárias, ou seja, pequenos agrupamentos, de 3 a 7 membros, que atuariam de forma estanque, sem que os membros de uma célula conhecessem os membros das demais. Todo o processo de debates e definições aconteceria a partir da circulação de documentos e pela representação dos secretários políticos das células, (um por coletivo), que seriam os pontos de contato com os membros da direção do partido. Para Lênin, somente poderia ser considerado membro do partido o militante que estivesse participando organicamente de alguma célula.

Esta concepção de partido tem origem na sua visão de Estado, (que, na realidade é a reprodução da visão de Estado expressa por Marx), e nas condições de violenta repressão russa.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado ia adquirindo, cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que marca um passo à frente na luta

de classes, manifesta-se com aspectos cada vez mais acentuados, o caráter puramente repressivo do poder do Estado (MARX. Guerra Civil na França. in Ianni, Octávio. 1982, pgs. 203/204).

Lênin viveu em um contexto parecido com o de Marx, na medida em que tanto a sociedade alemã da época de Marx, quanto a Rússia czarista eram estruturas sociais nas quais a sociedade civil praticamente não existia e em que a esfera estatal preponderava através da coerção sobre o conjunto da população. Isto faz com que o conceito de Lênin seja o mesmo de Marx sobre a questão do Estado.

Para este,

As classe exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo (LÊNIN, 1987, pg. 31).

Para que a população oprimida conseguisse romper com este processo de dominação era necessário que se organizasse de forma consciente para destruir o estado burguês. Neste contexto, a idéia da violência como elemento central do processo político aparece de forma muito nítida.

Se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, “afastando-se cada vez mais da sociedade”, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante (LÊNIN, 1987, pg. 11).

É tão forte a idéia de estado-força, que o objetivo final é a própria dissolução do Estado para que seja possível a constituição de uma sociedade sem classes

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo definimento (LÊNIN, 1987. pg. 27).

A violência não é uma vontade ou inovação trazida à política. Ao contrário. A política é que se constituiu na história como alternativa às guerras, como forma de resolução dos conflitos. No entanto, é o estudo da história que demonstra à Marx e aos marxistas que nunca as classes dominantes abriram mão de sua dominação. Sempre utilizaram a violência como forma de manter seus privilégios quando ameaçados pelo avanço das lutas sociais. A formulação de Marx de que a violência é a parteira da história talvez sintetize o papel que ele atribuía à luta de classes (Marx, 1985).

Também não é nenhuma exclusividade do pensamento marxista a idéia de dominação do Estado através da força. O clássico conceito de Max Weber de que o Estado é o detentor legítimo do uso da força em um determinado território, também deixa claro a idéia de dominação (Weber, 1994).

Para Gramsci, a dominação do Estado ocorre através de dois mecanismos: coerção e hegemonia, ou, em outras palavras, o Estado é hegemonia revestida de coerção. Próximo a esta concepção, Saint-Pierre nos diz que

A violência é a substituição da fala no intento de impor a vontade a outro quando a persuasão é insuficiente. Nesse sentido, a violência é o limite expresso em que podemos pensar o político. Daí que para pensar a essência da política, procurando sua

diferenciação específica, sejamos obrigados a fazê-lo nesse limite, na sua extrema tensão conceitual. Assim, a violência não apenas pertence ao campo da política, mas constitui seu limite definicional (SAINT-PIERRE, 1999. pgs. 87-88).

Da mesma forma que a violência é percebida como elemento presente na luta política, o proletariado também é visto como a única classe capaz de levar a revolução até as suas últimas conseqüências.

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantarem definitivamente (LÊNIN, 1987, pg. 31).

Ou então,

A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada (LÊNIN, 1987. pg. 32).

A guerra assume conotação de disputa de classes e a luta de classes se transforma em guerra de classes. Nestas condições, a luta política pela emancipação dos homens e pelo fim da sociedade capitalista era vista literalmente como uma guerra de classes. Para que fosse vitoriosa a centralização passava a se constituir como um elemento central.

A ditadura do proletariado é necessária, e a vitória sobre a burguesia é impossível sem uma guerra prolongada, tenaz, desesperada, de vida ou de morte; uma guerra que exige tenacidade,

disciplina, firmeza, inflexibilidade e unidade de vontade (LÊNIN, 1980, pg. 281).

A necessidade de centralização, no entanto, não é vista apenas como necessária ao processo de luta pela tomada do poder, mas também, e talvez fundamentalmente, na consolidação do poder operário.

Certamente, quase todo o mundo hoje vê que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, sem a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, do nosso partido (LÊNIN. 1980, pgs, 280/281).

Lênin lembra também as condições necessárias à constituição de uma rígida disciplina dentro do partido bolchevique. Rompe com o voluntarismo dos que achavam que uma simples definição pela centralização por si só já era suficiente para constituir esta cultura. Lembra, finalmente, que o centralismo não pode se transformar em um dogma, mas que é apenas um instrumento necessário para a constituição de um determinado tipo de partido a partir das condições materiais concretas de uma dada estrutura social e em função dos objetivos que a organização tem.

Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado?, como se controla?, como se reforça? Antes de mais, pela consciência da vanguarda proletária e pela sua fidelidade à revolução, pela sua firmeza, pelo seu espírito de sacrifício, pelo seu heroísmo. Em segundo lugar, pela capacidade de se ligar, de se aproximar e, até certo ponto, se o quereis, de se fundir com as mais amplas massas trabalhadoras, sobretudo com as massa proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Em terceiro lugar, pela justeza da direção política realizada por esta vanguarda, pelo acerto da sua estratégia e da sua

tática política, com a condição de que as mais vastas massas se convençam disso por experiência própria (LÊNIN, 1980, pg. 281)

Para Lênin, é impensável a existência de um partido de combate político e ideológico ao mundo capitalista sem essas condições que, segundo seu pensamento, são as únicas possíveis para constituir uma rígida disciplina interna e uma organização com unidade de ação. Entende, também, que estas condições só se constroem a partir de um longo período de lutas e de experiências

Mas, por outro lado, estas condições não podem surgir de improviso. Vão-se formando através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência – elaboração que se facilita com uma adequada teoria revolucionária, a qual, por sua vez, não é um dogma, mas que se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento realmente de massas e verdadeiramente revolucionário (LÊNIN, 1980, pg. 282).

Quem irá contrapor-se diretamente à concepção de Lênin sobre o partido é Rosa Luxemburgo, revolucionária alemã que irá denunciar o que ela considera como um “ultracentralismo”, que, ao invés de disciplina, está estabelecendo uma dominação da direção do partido sobre a base. Mais tarde, o grupo da Oposição Operária, principalmente através de Alexandra Kollontai, irá promover este debate no seio do partido bolchevique (até a expulsão do grupo). Trotski também irá denunciar aquilo que para ele irá se tornar o núcleo da dominação burocrática da direção do partido sobre a sociedade. No entanto, aqui é necessária uma observação importante. As denúncias de Trotski acontecem apenas em dois momentos. No início da constituição do partido, quando ainda não detinham o poder de Estado e depois de ser expurgado do núcleo de poder soviético.

Em 1904, logo após o Congresso de 1903, no qual foi fundado o P.O.S.D.R., (Partido Operário Social Democrata Russo), Trotski afirma que:

Os métodos de Lênin levam a isso: a organização do partido substitui em primeiro lugar o partido como um todo; então o Comitê Central substitui a si mesmo na organização e finalmente um único “ditador” substitui a si mesmo no Comitê Central (TROTSKI, 1904 – Nossas Tarefas Políticas in Tariq e Evans, 1980, pg. 28).

Mas, neste momento, Trotski pertencia à fração menchevique do partido e estava em oposição às teses de Lênin sobre o tipo de partido a se constituir. Defendia um partido menos centralizado e mais flexível em seus critérios de recrutamento. Martov, principal liderança dos mencheviques no Congresso, era contra um partido de revolucionários profissionais e defendia um partido aberto a todos os que aceitassem o programa do partido, sem necessidade de militância orgânica em células partidárias. Posteriormente, Trotski muda de posição e adere incondicionalmente à estrutura do partido, formando com os bolcheviques, facção liderada por Lênin.

No episódio referente à relação dos sindicatos com o partido, fica evidente a posição intervencionista do estado soviético e Trotski aparece como um dos defensores mais duros da não autonomia dos sindicatos e da necessidade de uma postura autoritária do estado sobre os sindicatos. Isaac Deutscher, em sua clássica biografia de Trotski, no livro “O Profeta Armado”, refere-se ao debate interno no partido sobre a questão dos sindicatos.

Em termos gerais, (...) três atitudes se cristalizaram. A facção liderada por Trotski (e, mais tarde, por ele e Buckarin) queria privar os sindicatos

de sua autonomia e absorvê-los pelo mecanismo do governo. Foi essa a conclusão final a que chegou Trotski, baseado em seus choques com os sindicatos. Dentro desse plano os líderes sindicais, como servidores do Estado, fariam pelo Estado aos trabalhadores, e não pelos trabalhadores ao Estado. Aumentariam a produtividade e manteriam a disciplina do trabalho; treinariam os trabalhadores para a administração industrial e participariam na direção econômica do país.

No outro extremo, a Oposição dos Trabalhadores (também conhecida como Oposição Operária), liderada por Shliapnikov e Kollontai, protestou contra a tutela do governo e do partido em relação aos sindicatos. Denunciaram Trotski e Lênin como militarizadores do trabalho e promotores da desigualdade. De um modo quase sindicalista, exigiram que sindicatos, comitês de fábricas e um Congresso dos Produtores Nacionais assumisse o controle de toda a economia. Enquanto Trotski argumentava que os sindicatos não poderiam, logicamente, defender os trabalhadores contra o Estado deles, Shliapnikov e Kollontai já acusavam o estado soviético de ser um baluarte de uma nova burocracia privilegiada.

Entre esses dois extremos, Lênin e Zinoviev e Kamenev falaram pela maioria da opinião bolchevique e tentaram chegar a um acordo. Também eles insistiam em que era dever dos sindicatos conter os trabalhadores e cultivar neles um senso de responsabilidade pelo Estado e a economia nacionalizada. Ressaltavam o direito que tinha o partido de controlar os sindicatos. Mas também desejavam preservá-los como organizações de massa autônomas, capazes de exercer pressão sobre o governo e a administração industrial (TROTSKI. in Deutscher, Isaac, 1968, pgs. 540/541).

Durante esta fase, Trotski, na condição de um dos principais dirigentes do Estado soviético, em seu livro *Terrorismo e Comunismo*, afirmava que “os sindicatos devem colocar os interesses da produção acima das suas necessidades e reivindicações”. E que

O jovem Estado dos Trabalhadores necessita de sindicatos, não para lutar por melhores condições de trabalho, essa é a tarefa do conjunto das organizações sociais e estatais, mas para organizar a

classe operária com o fim de produzir (TROTSKI. in Deutsche, 1968).

Já Rosa Luxemburgo (que morre logo após a Revolução Russa, em 1919, e, portanto, não pôde acompanhar os desdobramentos da mesma no que diz respeito à questão do partido), tinha uma posição distinta à de Lênin em função de viver uma realidade radicalmente diversa. Enquanto os revolucionários russos defrontavam-se com o problema da dispersão da vanguarda política e enfrentavam as duras condições da clandestinidade, na Alemanha, os problemas, na época de Rosa, eram de outra ordem. O Partido Social Democrata Alemão era um partido legal, com representação no parlamento e que estava vivendo um momento delicado, em que suas direções tinham se dobrado aos interesses capitalistas e, inclusive, estavam apoiando a guerra imperialista que a Alemanha estava construindo. As bases partidárias não tinham peso nas definições políticas. A defesa de um partido menos centralizado significava a defesa da rebeldia das bases partidárias com sua direção reformista.

É importante este debate para percebermos que não existiu um único tipo de centralismo e não necessariamente suas variações estejam certas ou erradas. Dependeu fundamentalmente do objetivo que tinham os defensores de um ou outro tipo de estrutura centralizada e do momento histórico e características das sociedades em que cada um viveu.

A questão da clandestinidade também é fruto das condições históricas. Quando Lênin propôs a criação de um partido com esse tipo de estrutura é porque todas as organizações políticas revolucionárias na Rússia já eram clandestinas em função da violenta repressão policial. No entanto, Lênin também defendeu que, sempre que possível, era importante uma atuação legal no sentido

de dar visibilidade às massas da idéia de revolução. Além disso, é necessário separarmos clandestinidade de secretismo. A clandestinidade é quando existe uma estrutura política que atua no meio da massa, trabalha publicamente a propaganda e a agitação política sem que seus membros sejam identificados. O secretismo já é uma degeneração da idéia de clandestinidade, pois é quando, além de seus membros serem clandestinos, as organizações também não conseguem ter qualquer tipo de influência sobre a massa ou nem mesmo buscam fazer um trabalho político em relação às mesmas.

No Brasil, quem irá organizar um partido nesses moldes, (leninista), serão antigos anarco-sindicalistas, que em 1922 irão fundar o PCB (Partido Comunista do Brasil).

CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO E O PAPEL DO PCB NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

O Surgimento do PCB remonta à própria conformação da sociedade industrial brasileira. O final da monarquia e início da República coincide com o fim da escravidão e surgimento do trabalho assalariado, que, por sua vez, está associado às necessidades dos novos tempos. A implantação da indústria no país exigia, por um lado um mercado consumidor ativo (o que a escravidão não ajudava a consolidar) e, por outro, uma mão-de-obra que tivesse uma maior qualificação que a dos negros trazidos ao país. Nesse sentido, podemos perceber que o período em que surgem as diversas leis que vão lentamente dificultando o tráfico negreiro (lei Euzébio de Queiroz, lei do Ventre Livre, lei do Sexagenário, etc) também coincide com o incentivo à imigração europeia ao Brasil. Não parece uma mera coincidência o fato de que muitos europeus (e principalmente os italianos) sejam operários contratados no início da industrialização paulista.

Estes, que já tinham alguma familiaridade com o trabalho na indústria, se por um lado constituíam uma mão-de-obra adequada às exigências do período, por outro carregavam também as experiências de luta sindical europeias em função da constituição de direitos civis e trabalhistas.

Por outro lado, não se pode negligenciar a existência de diversos grupos socialistas no Brasil desde o século anterior. Além disso, as grandes mobilizações de 1917 foram decisivas para o surgimento de diversos outros grupos comunistas e/ou anarquistas. Neste período, não era muito clara a diferenciação entre estes dois agrupamentos, na medida em que o debate internacional ainda não estava plenamente presente no Brasil.

O movimento anarco-sindicalista, que será importante para a criação dos primeiros sindicatos no país e incentivará a luta de classes, terá um peso decisivo no início do século, promovendo grandes mobilizações sociais que buscavam a garantia de direitos trabalhistas. Em 1917 acontece uma greve geral em diversas partes do país e a cidade de São Paulo é paralisada em função de um movimento que envolve 50 mil pessoas, número expressivo para a cidade na época.

Os resultados da revolução russa, em que, pela primeira vez na história, a classe operária ascende ao poder através da via revolucionária e consegue solidificar um novo tipo de estado, (excetuando-se a Comuna de Paris, no século anterior), exercerá uma influência muito grande no mundo inteiro e, conseqüentemente, no Brasil também. Esta influência esteve presente não só nas lutas sociais do período, como também na criação e consolidação do Partido Comunista Brasileiro. No caso do Brasil, curiosamente o Partido Comunista é fundado por muitos militantes oriundos do anarco-sindicalismo, os quais, por princípio, eram contrários à organização em partidos. Isto fará com que o próprio programa original do Partido Comunista Brasileiro (em que, em seu estatuto, a sigla era PC do B), inicialmente seja uma mistura de posições comunistas e anarquistas.

A idéia central é a de que já que a questão do partido foi determinante na luta política na Rússia, o mesmo teria que acontecer em outros locais. Ou seja, a idéia da “cientificidade” da revolução.

A debilidade das organizações da sociedade civil em nosso país, a fragilidade de um partido que estava iniciando com muitas dificuldades e o surgimento do movimento tenentista, que irá representar uma alternativa ao padrão político e econômico dominante, fará com que o PCB não consiga

imediatamente consolidar-se como uma força política importante. De seu surgimento em 1922, até o final dessa década, o partido não teve muita expressão no país. Com o início dos reflexos da crise de superprodução de café, e em função das sementes plantadas pelo movimento tenentista (nesta oportunidade já exilados na Bolívia), há um ascenso do movimento de massas em 1928, quando o PCB passa a ter um importante papel na organização das lutas operárias e populares. Muito contribuiu para este crescimento a criação do BOC, Bloco Operário e Camponês, estrutura política que sustentava legalmente as candidaturas dos comunistas e de democratas que não necessariamente eram ligados ao PC.

O próprio contexto do período pré-30 já era um momento de muita polarização política. Prestes, neste momento exilado na Argentina, não concorda em apoiar Getúlio na Revolução de 30 por entender que o que estava em jogo eram interesses oligárquicos articulados com diferentes blocos econômicos internacionais (Inglaterra e EUA). Pouco depois, Prestes entra no PCB (via PC Argentino) e é convidado a ir à U.R.S.S. onde faz cursos de formação sobre o pensamento marxista.

Com a entrada de Prestes, muitos ex-tenentes, que ainda seguiam sua liderança, aderem ao PCB, o que irá fortalecer o partido, e ao mesmo tempo, lhe dará uma guinada militarista.

Neste período, estava iniciando o período da proletarização do partido, em que os intelectuais eram considerados pequeno-burgueses e sofriam preconceito dentro do partido em função de sua origem de classe. Intelectuais como Astrogildo Pereira e Leôncio Basbaun foram desligados da direção do partido, que deveria ser composta exclusivamente por operários. Era muito comum na época

estudantes procurarem empregos em fábricas, usarem chinelos de dedo e fumarem cigarros dos mais baratos. Afinal, ser operário era algo que dava “status” dentro do partido.

Esta onda de proletarização coincide, no plano internacional, com o período de combate ao trotskismo. Como uma grande parcela dos que criticavam Stálin e seus métodos eram intelectuais do mundo inteiro, a forma de combatê-los era a criação de preconceito contra os intelectuais em função de sua origem de classe ou independente desta, taxá-los de portadores de desvios pequeno-burgueses.

Particularmente no Brasil, a cultura de “proletarização” dos militantes e o afastamento da intelectualidade da direção do partido, contribuiu para fragilizar sua direção no que se refere às orientações políticas e ideológicas. Alguns dos erros que o PCB irá cometer foram originados por esse contexto.

Em 1935, os comunistas criam a ANL (Aliança Nacional Libertadora). Esta sigla servia para ampliar a representatividade dos comunistas na medida em que buscava ampliar o leque de apoios entre os democratas em geral e oportunizava a militância em uma estrutura mais ampla que o PC e que, ao mesmo tempo, defendia idéias democráticas e nacionalistas frente ao governo Getúlio. O forte crescimento da ANL foi visto como preocupante pelo regime, e em poucos meses, o governo declara sua ilegalidade, prendendo muitos de seus membros e fechando suas sedes. O pretexto para o fechamento da ANL foi um panfleto distribuído no dia 1º de maio de 1935, que conclamava a militância à luta contra o governo Getúlio e era assinado por Luis Carlos Prestes.

Sem alternativas legais e sem uma direção que pudesse analisar o quadro político com uma maior precisão, os comunistas resolvem organizar uma

revolução no país. A tentativa de levante, conhecida como “Intentona Comunista”, denominação pejorativa dada pelo Exército Brasileiro, não passou de um mal sucedido golpe militar. A influência militar de ex-tenentistas, aliada à infiltração na direção do partido e a uma visão equivocada da realidade, fez com que o partido negligenciasse o papel das massas no processo político, confiando basicamente nas bases militares do partido.

A derrota de 35 não só levou o partido ao isolamento e a uma forte exposição à brutal violência policial-militar, como ainda serviu de pretexto para Getúlio criar o Estado Novo a partir do Plano Cohen (plano forjado pela polícia como se fosse uma tentativa dos comunistas de tomar o poder de Estado).

Não podemos desconsiderar, também, que o conjunto de erros que o PCB comete no país não é culpa exclusiva deste, mas em grande parte dos equívocos cometidos pela III Internacional Comunista e, em função do tipo de relação que se estabelecia entre a IC e os PCs no mundo inteiro, em que a subordinação à orientação de Moscou era determinante, inclusive na manutenção financeira das estruturas partidárias. O próprio Luis Carlos Prestes, em sua biografia, irá perceber este equívoco. Segundo ele, analisando o Congresso de 1958:

Desde 28, nossa estratégia estava errada. Absorvemos as teses do VI Congresso da Internacional Comunista sem aplicá-las à nossa realidade. Eram teses para os países coloniais e semicoloniais, muito boas para aqueles países, mas que não podiam ser aplicadas na América Latina, onde já se tinha independência política desde o princípio do século passado”. Mais adiante afirma que “Em 45, há documentos meus em que me refiro à revolução burguesa no Brasil. Comparávamos a situação do Brasil naquela época ao czarismo na Rússia de 1905. Ora, isso era uma análise completamente falsa. A Rússia czarista era uma sociedade autocrática. Nós, na verdade, apenas

repetíamos as palavras de Lênin nas “Duas Táticas da Social-Democracia”, que eram justas, mas lá para a Rússia de 1905 (MORAES e VIANA, 1982, pg 152).

Embora Prestes reconheça os equívocos como fruto do dogmatismo da época (que, sem dúvida nenhuma, era muito forte), a IC não pode ficar isenta de suas responsabilidades, no mínimo por omissão sobre esta situação. Prestes sabia que a III Internacional, através de suas direções, estabelecia as linhas políticas para os respectivos países em que atuava e exigia obediência às suas decisões por parte dos militantes dos PCs.

Durante o Estado Novo, (1937 a 1945), em consequência dos limitados espaços legais existentes, o PCB, como de resto os setores democráticos da sociedade brasileira, não tiveram condições adequadas de atuação política. Boa parte de seus dirigentes, entre eles Luis Carlos Prestes, estiveram presos durante esse período. Isso, no entanto, não impediu a atuação dos comunistas na vida social brasileira. A denúncia e participação na luta contra o nazi-fascismo foi uma característica internacional dos partidos comunistas na época. No Brasil muitos militantes do PCB alistaram-se para combater o fascismo na Europa.

O final da guerra também representou o declínio do Estado Novo. Afinal, se todo o esforço despendido pelo Brasil era para acabar com as ditaduras européias, como poderíamos conviver com um regime autoritário como o do Getúlio?

No bojo da luta pela redemocratização, houve um significativo crescimento da influência dos comunistas. Na eleição Constituinte de 45 (2 de dezembro), o PCB consegue eleger um senador (Luis Carlos Prestes) e 14 deputados federais à Assembléia Nacional Constituinte: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella, Claudino José da Silva, Alcides

Rodrigues Sabença, Joaquim Batista Neto, João Amazonas, Maurício Grabois, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado, Mário Scott e Abílio Fernandes (além de 46 dos 855 deputados estaduais eleitos (5,5% dos deputados estaduais do país). Entre os deputados estaduais eleitos encontram-se intelectuais como Caio Prado Júnior, Otto Alcides Ohweiller e Dionélio Machado. Na eleição presidencial de 1946, o partido lança Yeddo Fiuza como candidato à presidência. Yedo tinha sido prefeito de Petrópolis e não era filiado ao PCB. Fez mais de 500 mil votos, mais de 10% dos votos válidos. Na eleição de 47, o PCB elegeu 18 vereadores no Distrito Federal. Segundo Prestes,

O PC não parava de crescer. Em fins de 46, já possuía oito jornais diários, duas editoras e mais de 180 mil militantes organizados. Só no Arsenal de Marinha, na Central do Brasil e entre o funcionalismo da Prefeitura do Rio, o partido tinha seis mil membros organizados. Sua força era tamanha que, logo após as eleições presidenciais, o Exército ocupou militarmente a cidadezinha paulista de Cosmorama, a 300 quilômetros da capital, para fazer um gigantesco IPM, envolvendo quase toda a população. Motivo: ali, Yeddo Fiuza tinha obtido votação superior aos dois candidatos militares juntos (MORAES e VIANA, 1982, pg. 113).

No entanto, a legalidade a que o PCB terá direito não irá durar mais do que 8 meses. A partir da influência que a chamada Guerra Fria irá exercer sobre o governo Dutra, este irá endurecer o regime e limitar as liberdades democráticas, embora não possamos caracterizar o período como ditatorial.

A cassação do registro do PCB vem no bojo das medidas tomadas por Dutra e como fruto da influência que o governo norte-americano terá sobre o Brasil em função da Guerra Fria. O episódio que irá resultar na cassação do

partido é uma armadilha contra Prestes, quando ele é inquirido sobre qual seria a posição do PCB em caso de um possível conflito Brasil-URSS.

Segundo Prestes, esta questão surgiu em um debate realizado na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro.

Um dos assistentes me perguntou qual a posição que tomaríamos no caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Eu respondi que condenaríamos o ato criminoso e o governo que levasse o nosso país a uma guerra imperialista. Aí, criou-se a confusão. E surgiu a versão de que eu respondera, categoricamente, que ficava do lado da União Soviética (MORAES e VIANA, 1982, pg. 115).

Esta declaração de Prestes é decisiva para o desfecho da cassação do partido. A alegação oficial foi de que o Partido Comunista Brasileiro, que possuía sigla PC do B, era uma organização internacional, ou seja, se era *do Brasil*, teria de ser a extensão de uma estrutura política com ramificações também em outras nações. Que seu centro dirigente estaria no exterior. Em outras palavras, seria uma espécie de “filial” de um partido internacional.

Sua cassação ocorre em 1947 e imediatamente seus principais dirigentes entram para a clandestinidade. Parte dos filiados ao PCB na época desliga-se do partido, seja por medo ou por falta de formação política.

Mesmo na clandestinidade, o partido participa ativamente de duas importantes campanhas. A campanha O Petróleo é Nosso, também apoiada por ilustres intelectuais, como Monteiro Lobato, em favor da criação do monopólio da extração do petróleo para o governo brasileiro, e a campanha pela paz e contra a invasão da Coréia pelos Estados Unidos.

A partir de 1948, o governo Dutra, já desgastado, apela para a repressão e violência para continuar defendendo seu governo e os interesses americanos. Mais de 50 pessoas são mortas em manifestações públicas e o PCB parte para a ofensiva contra o governo. Dentro deste quadro, começam as articulações visando às eleições presidenciais, momento em que o PCB faz a campanha pelo voto nulo. Mais tarde, Prestes fará uma autocrítica defendendo a idéia de que o PCB deveria ter apoiado Getúlio.

Nas eleições de 50, Getúlio volta ao poder. No entanto, as condições políticas e sociais são muito diferentes do período do Estado Novo. Getúlio tem que governar com uma imprensa livre e com um Congresso em que os partidos que lhe dão sustentação não possuem maioria parlamentar.

O último governo de Getúlio é a fase da política nacional na qual talvez mais fortemente tenha-se discutido a questão do nacionalismo e do desenvolvimento autônomo. Talvez até mesmo como reação à UDN, que propunha um processo de desenvolvimento associado ao capital externo. Este segundo momento do governo Getúlio caracteriza-se por investimentos pesados do Estado para a constituição de uma base material para o processo de industrialização (hidrelétricas; siderúrgicas, petróleo, etc). Também é o momento em que Getúlio assume com mais ênfase a defesa do nacionalismo. A posição dos comunistas era de combate à política do Getúlio. Segundo Prestes, até 15 dias antes do suicídio de Getúlio, o PCB estava na oposição a seu governo.

O suicídio de Getúlio causou grande confusão no quadro político nacional. A saída encontrada por Vargas, embora custasse sua vida, impediu a vitória política de seus opositores. Dentro do PCB, não só o quadro político nacional “embaralhava” o cenário político, como também no plano internacional estavam

surgindo modificações fundamentais para os comunistas do mundo inteiro. Em 1956, Krushev denuncia publicamente os crimes de Stálin. Nas fileiras dos PCs do mundo inteiro esta denúncia cai como uma verdadeira bomba. No Brasil, após um período de perplexidade e de busca de informações, aflora o debate interno no PCB. Três grupos expressam-se no debate: Agildo Barata, que assume uma posição mais à direita e sai do partido buscando fundar outro grupo político que nunca se viabilizou; Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que tinham um peso decisivo dentro dos órgãos de imprensa do partido, assumem a responsabilidade de abrir o debate crítico interno com a finalidade de buscar mudar a linha partidária; e João Amazonas, Arruda e Maurício Grabois que mantêm a linha oficial com o apoio de Prestes, que estava na clandestinidade e sem contatos com o partido, somente relacionando-se com Arruda que era o intermediário entre o Comitê Central e Prestes. A postura deste grupo foi de tentar impedir o debate a qualquer custo, embora mais adiante a posição de Prestes irá diferenciar-se.

O governo Juscelino (1955-1960), embora com algumas dificuldades em seu início, irá constituir-se como um governo de busca de uma unidade nacional. Consegue equilibrar-se no jogo de interesses e, se não agrada a todos os setores, ao menos neutraliza muitos destes. O nacional-desenvolvimentismo, base do governo de Juscelino, ao tempo que permite a entrada do capital externo (tanto como empréstimos governamentais como com a entrada de multinacionais na área automobilística), também preserva a necessidade do controle nacional sobre a economia. Dessa forma, esta política que agradava às elites políticas e econômicas de nosso país, também agradava ao PTB e PCB, os dois partidos que disputavam a hegemonia sobre o movimento operário e popular. O PTB sabia

que a consolidação da indústria no país faria com que houvesse uma substituição do perfil do eleitorado em função do êxodo rural. Com isto, aumentaria a base de sustentação política do PTB. O PCB, embora na ilegalidade, também apoiava esta política. Tanto em função de sua política de frente única com a burguesia nacional para combater o imperialismo, como também fruto de uma visão mecanicista do marxismo, acreditando que a concentração de um grande contingente de trabalhadores industriais iria apressar a constituição de uma consciência de classe por parte do proletariado industrial. A partir desta análise, a orientação do PCB na área sindical era “apertar os cintos”, ou seja, aguentar a recessão econômica em função de um futuro promissor. Mesmo o PCB estando oficialmente na ilegalidade, a ordem de Juscelino é que não fossem importunados, tanto que atuavam publicamente sem nenhuma forma de repressão estatal.

A eleição de 1960 é atípica. Em função da legislação eleitoral da época, o voto para a Presidente da República estava desvinculado do voto para a vice-presidência. Em função de um conjunto de fatores, acontece o que de certa forma era inesperado. A eleição de um político da UDN (Jânio Quadros) para a presidência e do principal dirigente do PTB (João Goulart) para a vice-presidência da República. O resultado político desta combinação, acrescido das características pessoais de Jânio e dos interesses norte-americanos em jogo, a renúncia do presidente sete meses após ter assumido a Presidência da República e a posse tumultuada de Jango (Campanha da Legalidade), criou uma instabilidade política muito grande. O PCB, dentro de uma política de apoio à burguesia nacional, não apenas dá sustentação a Jango, como também se sente integrante do grupo que controla o governo.

Dentro deste contexto, eclode mais uma crise dentro do PCB. Fruto do afastamento de algumas lideranças do Comitê Central em 56 e da discussão inconclusa sobre as críticas a Stálin, o V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado em 1960, ainda modifica a sigla do partido em seus estatutos, alterando PC do B para PCB, pois, embora o nome fosse Partido Comunista Brasileiro, a sigla nos estatutos estava como PC do B. Esta posição foi duramente atacada por João Amazonas, Arruda e Grabois, que criam uma cisão no partido e irão fundar o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e reivindicar a representação histórica do partido, ficando com aproximadamente 1/3 dos militantes comunistas. Esta cisão, no entanto, não estava restrita ao plano nacional. Diversos partidos comunistas no mundo inteiro irão dividir-se e a crise entre U.R.S.S. e a China também é um fator decisivo nesta divisão, quando o Partido Comunista do Brasil irá alinhar-se à China e irá definir Mao Tse Tung como “o grande timoneiro do socialismo” e a China como “o grande farol do socialismo”.

Mas o processo de luta interna mais intenso ainda estava por vir. Trata-se do debate sobre o significado e as conseqüências do golpe de 64.

CAPÍTULO 3 - O GOLPE DE 1964: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE EXPLICAÇÃO SOBRE SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

O golpe militar de 64, fruto, entre outros fatores, de um processo que buscava a consolidação da hegemonia norte-americana em nosso continente, foi responsável por uma brutal repressão político-militar em nosso território. Esse processo articulava tanto interesses externos como internos, como veremos posteriormente.

Muito já se pesquisou sobre esse período, embora muitas questões ainda não estejam suficientemente esclarecidas. Da mesma forma, muitas explicações sobre seu significado foram construídas, tanto baseadas nas questões econômicas como nas eminentemente políticas sobre o que representou o golpe militar. Dessas explicações, algumas são contraditórias entre si e outras podem conviver sem que umas necessariamente desautorizem as demais. Muitas das diferenças de interpretação estão baseadas em ênfases diferenciadas sobre o peso de certos determinantes do processo político.

Buscaremos, portanto, não apenas localizar historicamente certos fatos fundamentais para o entendimento do período, mas, também, comentar algumas das explicações sobre o significado do golpe militar de 64.

Todo o período do governo João Goulart, (desde a tentativa de evitar sua posse, devido à renúncia de Jânio Quadros), foi marcado por conflitos e crises políticas. Qualquer observador mais atento poderia constatar o que estava em jogo e quem estava atrás das movimentações políticas visando derrubar o governo Jango. A própria construção da saída da crise da legalidade de 1961 já se constituiu em um “golpe branco”, na medida em que esta feria a constituição de 46 e que, além disso, a fórmula parlamentarista encontrada não apenas

retirava poderes de Chefe de Governo de Jango, mas inclusive poderes de Chefe de Estado, como a possibilidade de dissolução do Congresso, mecanismo presente nos regimes parlamentaristas, mas a que Jango não podia acessar. Até mesmo uma CPI foi instalada no Congresso Nacional para avaliar a entrada ilegal de dinheiro norte-americano para financiar os governos ligados à UDN (Ademar de Barros – SP; Carlos Lacerda – RJ, e Magalhães Pinto – MG). Essa CPI, que tinha Tancredo Neves como relator, concluiu que, embora o dinheiro tivesse entrado de forma irregular, não caberia ao poder legislativo nem mesmo opinar sobre qual procedimento adotar, porque esta era uma atribuição do judiciário.

Um dos pilares da crítica a Jango, além da acusação de que ele estaria tentando introduzir uma “república sindicalista”, era a alta inflação no período. A chamada “república sindicalista” fica por conta da pressão dos trabalhadores urbanos e rurais que reivindicavam mais espaço no bloco de poder, além de todo o imaginário social anticomunista fortalecido durante o período denominado de “guerra fria” entre os chamados bloco socialista (leia-se ex-União Soviética e países satélites) e bloco ocidental (leia-se EUA).

Quanto aos altos índices de inflação, se comparados aos patamares que tivemos no final dos anos 80 em nosso país, parece ser, em um primeiro momento, um elemento superestimado pelas forças de oposição a Jango, a criação artificial de uma crise política e econômica que não seria tão séria como a imprensa da época buscava demonstrar.

A inflação nesse período inicia ainda no governo Juscelino, eis que nessa época estava em torno de 30% ao ano. No governo Jango ela aumenta, passando dos 60% em 1963 e, finalmente, atingindo o índice de 80% ao ano. Se

lembrarmos o governo Sarney, veremos que essa era a taxa média mensal da inflação em nosso país.

No entanto, Paul Singer, um economista insuspeito, em função de suas posições políticas de apoio a Jango no período, apresenta uma explicação diferente da simples “armação política” contra o ex-presidente.

Quando estávamos naquela inflação “terrível” de 30% ao ano da época de Juscelino, recebemos na USP a visita de um economista americano que veio conhecer de perto como era possível sobreviver com uma inflação daquelas, coisa inimaginável de longe. Foi uma dificuldade convencê-lo de que a vida podia ser normal mesmo com os preços em elevação. Mas quando a inflação alcançou 60% e mais, em 1963-64, a opinião pública se apavorou (SINGER, 1997. pg. 15).

A crise econômica do período foi importante fator de mobilização da classe média por parte dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Nesse caso, a Igreja Católica teve um papel fundamental ao organizar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, as quais apresentavam um conteúdo anticomunista e que mobilizaram centenas de milhares de pessoas nas principais capitais do país.

A explicação sobre o significado da grande preocupação social da classe média com a inflação no período decorria da falta de mecanismos de indexação da economia.

Existem diferentes visões de inflação e é importante saber que, quando a inflação não é alta, ela pode ser mais contundente nos seus efeitos, porque em geral não é indexada. Nós chegamos a uma indexação perfeita. Depois do golpe de 64, a

economia brasileira se tornou uma das economias mais bem indexadas do mundo, com a caderneta de poupança, com os títulos reajustáveis, com a correção monetária de salários, aluguéis, etc.

No pré-64 não havia isso. Os pobres, por exemplo, não tinham como fazer poupança. Apesar de uma inflação de 40, 50 ou 60% não ser uma coisa muito grave, com uma taxa máxima de juros de 12% ao ano, acaba-se perdendo dinheiro. Então as pessoas pobres procuravam comprar terrenos na periferia porque era a única maneira de formar algum pecúlio. A poupança financeira era quase inexistente (SINGER, 1997. pg. 16).

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é necessário fazermos a diferenciação de perspectivas que a inflação tinha durante os governos de Juscelino e de Jango. Enquanto a inflação no período Jango era fruto da crise político-institucional e do grande confronto ideológico da época, a inflação no governo Juscelino possuía uma outra perspectiva. Maria Victória Benevides, na sua obra já clássica sobre o governo de Juscelino, reconhece que a inflação foi a principal arma da oposição ao governo na época. No entanto, entendia que a inflação, longe de ser um problema de descontrole, fazia parte de seu projeto econômico. Baseada em estudo de Otávio Ianni, nos diz:

O recurso à inflação garantiu, em parte, o crescimento econômico do país. Em 1956 a taxa de inflação era de 19,2%, ao passo que em 1960 era de 30,9%. Nos anos seguintes ela se acentuou, mas no período 56/60 não atingiu níveis inconvenientes com o desenvolvimento. Se, por um lado, provocava distorções na estrutura de investimentos (por exemplo, teria provocado especulação imobiliária), por outro lado funcionava como inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial”.

(...) Assim, a inflação, na perspectiva deste estudo, foi a alternativa mais viável para financiar o Programa de Metas e a construção de Brasília, uma vez que a reforma tributária (o que significaria meios coercitivos para levantar por vias fiscais amplos recursos de

investimentos) seria politicamente impossível". (BENEVIDES, 1976. pg. 235/236).

No entanto, apesar de todos os indícios de que haveria um acirramento da disputa política, os principais partidos que poderiam organizar algum tipo de reação ao golpe – PTB e PCB - não o fizeram. Dentro do PTB, a posição vacilante de Jango foi determinante no sentido de impedir qualquer tipo de reação por parte da sociedade. Embora poucas figuras, como Brizola, defendessem uma posição mais forte, no sentido da defesa da legalidade, Jango, até mesmo porque acreditava que se houvesse intervenção militar seria por um curto espaço de tempo, não aceitou liderar nenhum tipo de reação à ação golpista.

Já a direção do PCB, (e diga-se, em dissonância com a posição de boa parte da base do partido), confiava nos “brios democráticos” de nossa oficialidade. Luis Carlos Prestes, secretário-geral do partido, afirma poucos dias antes do golpe que “não somos governo, mas estamos no governo”.

Um artigo de Mário Alves, publicado na revista Estudos Sociais, de dezembro de 1962, expressa duas análises que a história irá demonstrar serem equivocadas, mas que, no momento, representavam um pouco a linha do seu partido. A primeira é acreditar que a extrema direita tinha sido derrotada e não tinha mais viabilidade histórica. Referia-se a Carlos Lacerda e seus apoiadores:

Extremada ala direita dirigida por homens como Carlos Lacerda, ala que se opõe a qualquer compromisso e atua como brigada de choque da reação. Em seu conjunto, estas forças representam o que há de mais obsoleto na estrutura econômico-social e se encontra em franco declínio, do ponto-de-vista histórico (ALVES, 1962, pg. 232).

Mais adiante, no mesmo texto, avalia que o imperialismo, com medo de forçar a burguesia nacional a tomar medidas mais drásticas em função da pressão popular, iria assumir uma posição mais flexível com as mudanças em curso.

Entre os fatores que condicionam a conduta política da burguesia nacional, não se deve omitir a própria ação do imperialismo norte-americano, compreendendo o papel ascendente deste setor capitalista no Estado brasileiro, as tendências da nova situação mundial, assim como a elevação da consciência nacional na América Latina após a revolução cubana, os círculos monopolistas dos Estados Unidos procuram formular uma tática mais flexível nas relações com as classes dominantes de nosso país. Esforçam-se por ampliar a base social de sua dominação, através de um compromisso com os setores políticos que representam a burguesia nacional, considerando que a velha oligarquia vinculada ao latifúndio e subserviente ao capital estrangeiro perde rapidamente a influência sobre o povo e já não constitui um suporte firme para a sustentação de seus interesses (ALVES, 1962, pg.232).

Os dois elementos centrais desta análise (que o golpe se encarregaria de mostrar como equivocados), são: a idéia de que a “*extremada ala direita*” está sem perspectivas históricas, e a de que o imperialismo poderia fazer concessões para viabilizar um governo de centro-esquerda.

Quando o golpe militar eclodiu na noite do dia 31 de março de 1964, o conjunto dos movimentos sociais, notadamente o movimento sindical, estudantil e de luta pela terra, através das Ligas Camponesas, são pegos de surpresa. Não que não soubessem que a possibilidade do golpe vir era grande, mas surpresa no sentido de não saber o que fazer. Durante a madrugada, muitos sindicatos fazem vigília tentando organizar algum tipo de reação. A sede da União Nacional de

Estudantes é incendiada. Jango pega um avião e se dirige a Porto Alegre onde Brizola já o esperava no aeroporto e logo se dirige ao Uruguai, país em que Brizola mais tarde também irá se refugiar. Naquela noite, centenas de pessoas são presas nos quartéis de nosso país. A desorganização e confusão, no entanto, não ocorre só do lado dos apoiadores de Jango.

É uma idéia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão. Mourão Filho tomou a iniciativa de movimentar as tropas de Minas Gerais por conta própria, Castello Branco ficou assustado, mandou até o recado para que se detivesse, não avançando de Juiz de Fora e de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a detonação do golpe provocou confusão entre os conspiradores. Salvou-os a capitulação precipitada de João Goulart (GORENDER, 1997. pg. 112).

Gorender também acha falsa a idéia de que o golpe era inevitável, bem como de que não havia condições de reação a ele.

Os próprios golpistas do Rio ficaram surpresos com a iniciativa do General Olímpio Mourão, em Minas. Naquele momento, se houvesse um comando realmente combativo das forças que queriam as reformas de base, a ação de esquadrilhas de bombardeiros e de aviões de caça teria paralisado a coluna do general Mourão, que descia de Minas, dispersando aquela tropa, o que teria um efeito moral tremendo.(...) No dia 31, também, se o fuzileiros navais tivessem recebido ordens do almirante Aragão (que aguardava um sinal de Jango) e desencadeassem uma ação da tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, onde a defesa era muito precária, teria sido possível prender Lacerda, o que também provocaria um efeito moral de enorme importância em todo o Brasil. Mas isso não ocorreu (GORENDER, 1997, pg. 114).

Curiosamente, em um primeiro momento, o governo Castelo Branco agiu com rigor, mas com certos limites. Dentro de um contexto de golpe militar, em diversos locais as pessoas detidas eram apenas orientadas a não se contrapor ao novo regime. Na medida em que até aquele momento as pessoas haviam atuado dentro da constituição, defendendo a legitimidade de um governo constituído, elas não seriam importunadas. No entanto, eram também advertidas de que havia sido modificada a nova ordem constitucional e deste momento em diante não seria admitida oposição ao novo regime.

Não havia, inicialmente, uma intenção de uma continuidade do regime militar no tempo. Nem de parte dos civis quanto de importantes setores militares. Tanto é que, em outubro, a UDN define-se pela candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República nas eleições previstas para 1965. Também Juscelino faz suas movimentações para sair candidato. Até mesmo o primeiro Ato Institucional do regime militar não é numerado. Com a continuidade dos Atos Institucionais no tempo é que serão numerados (AI-2, AI-3, etc).

Mas, com o passar do tempo, as lutas intestinas dentro das forças armadas começaram a criar um outro quadro, no qual a repressão tendia a se acentuar cada vez mais. Neste momento, notadamente o movimento estudantil começa a se recuperar do “estado de choque” e volta às ruas exigindo mais vagas nas universidades (luta dos estudantes secundaristas) e combatendo as tentativas de modificação do sistema educacional, através dos acordos MEC-USAID, além, é claro, das reivindicações democráticas mais gerais.

O chamado “golpe dentro do golpe”, que resultou no fechamento do Congresso e na instauração do AI-5 (1968), resultou em um exacerbamento da

violência policial em proporções nunca vistas em nosso país, fruto da vitória da chamada “linha dura” dentro das fileiras das Forças Armadas.

Segundo dados de um estudo feito pela Arquidiocese de São Paulo, intitulado de “Brasil: Nunca Mais” (1987), durante os primeiros atos do governo Castelo Branco, 378 políticos tiveram seus mandatos cassados; 122 oficiais foram reformados. Ao final do governo Geisel, mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos; mais de 10 mil exilados; 245 estudantes foram expulsos das universidades sem direito de estudar durante o período de 10 anos; mais de três centenas de pessoas foram mortas ou desaparecidas; 4.682 pessoas foram cassadas, mais de cinco mil inquéritos policiais, envolvendo mais de 40 mil pessoas; milhares de presos e torturados. Das prisões ocorridas, 84% delas não foram comunicadas aos juízes (6.256); 12% foram comunicadas fora do prazo legal (816 casos) e apenas 4% (295 casos) foram prisões comunicadas aos juízes nos prazos legais.

A maioria das análises deste período coloca os militares como os grandes vilões do período. O desgaste que as Forças Armadas tiveram frente à população, em função deste momento, ainda está presente e ficará marcado na memória de nosso povo por muito tempo ainda. No entanto, é importante percebermos dois fatores: o primeiro é que não podemos julgar os militares e as Forças Armadas como um todo homogêneo. Afinal, segundo os dados do relatório “Brasil Nunca Mais”, 122 oficiais foram sumariamente reformados pelo Ato Institucional Nº 1 somente nos primeiros dois meses posteriores ao golpe. Com o AI-5 mais 241 militares foram reformados; 284 marinheiros e fuzileiros foram processados por participar das mobilizações políticas de março de 64, mobilizações anteriores ao golpe. Muitos outros foram perseguidos e até mesmo mortos e torturados.

Houve uma hegemonia conservadora dentro das Forças Armadas que colocou a instituição a serviço de interesses de grandes grupos econômicos. O segundo fator, que precisa ser considerado, é que a repressão teve não só a participação decisiva, como o apoio econômico de grandes grupos empresariais privados. A Operação Bandeirantes (a famigerada OBAN) constituiu-se como um grupo paramilitar de apoio ao regime e de extermínio dos envolvidos na contestação à ditadura militar. Financiada com capital privado, viabilizou as chamadas “casas da morte”, pequenos sítios que serviam como locais apropriados para interrogatórios, torturas e ocultação de cadáveres na medida em que estes locais ficavam distantes de cidades e/ou vizinhos. Os grandes beneficiários do golpe não foram apenas os militares. Estes foram determinantes e todos os envolvidos nas ilegalidades do regime ainda têm esta dívida a ser paga perante o povo brasileiro, na medida em que a anistia encaminhada, ao final do ciclo militar também foi um instrumento para garantir a impunidade dos responsáveis por muitos dos crimes cometidos. No entanto, muitas vezes esquecemos de mencionar os grupos econômicos e os setores políticos que deram sustentação e patrocinaram as atrocidades cometidas. Mesmo que não tenham participado diretamente do “serviço sujo”, em nome da memória de todos os mortos e “desaparecidos” pelo regime, não devemos esquecer a participação e conivência de muitos dos políticos e empresários que hoje assumem posturas “democráticas” e “progressistas”, além de parcelas do empresariado e intelectuais que assumiram postos na estrutura do estado, constituindo-se em parte importante da tecnoburocracia estatal.

A falta de espaços políticos para a atuação legal em que a oposição aos projetos do regime militar pudesse se expressar, vai impulsionar um forte

movimento de contestação ao regime, notadamente através do movimento estudantil. A situação social dos estudantes lhes permitia atuar de forma mais articulada que outros setores da sociedade. Aquilo que Bourdieu e Passeron (1968) irão definir como uma relação própria que a juventude estabelece com o tempo e o espaço permitirá que os jovens liderem movimentos de protestos que os sindicalistas não podiam encaminhar, em função de uma maior repressão; de estarem com os seus sindicatos controlados por interventores nomeados pelo governo e pela necessidade de preservar seus empregos para sustentar suas famílias.

No entanto, a prisão de mais de 700 lideranças estudantis ainda em 68 no Congresso de Ibiúna vai expô-las muito. Ao mesmo tempo, o acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva, em um primeiro momento, e logo ele irá desencadear o recrudescimento da repressão. O início de algumas ações armadas, (embora ainda isoladas), principalmente da parte de Lamarca e da ALN, juntamente com as lutas travadas pelos estudantes, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro, foram determinantes para a criação do AI-5.

A luta dos estudantes do Calabouço que em alguns momentos colocaram as forças de repressão na defensiva; o assassinato do estudante Edson Luiz; as inúmeras e massivas manifestações que se seguiram em todo o país, culminando com a conhecida Marcha dos 100 mil, o que levou o próprio Presidente da República a recuar e chamar uma comissão de estudantes para negociar, são elementos importantes para entendermos o porque do endurecimento do regime.

Na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, opunha-se à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo

e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável. Com a cisão no PCB, irão surgir diversas organizações que, sob diferentes análises sobre as estratégias e condições de luta, irão adotar formas diferenciadas de luta armada, seja na intensidade, seja no tipo de ação a desencadear ou até mesmo no que se refere ao terreno ideal de luta (campo ou cidade). Fruto da falta de táticas e estratégica comuns, e de uma cultura sectária e/ou vanguardista, surge uma enorme pulverização dessa esquerda que busca o caminho armado (ALN; MR-8; PCBR; PCR; POC; VPR; VAL-Palmares, etc)

Com a impossibilidade da retomada do movimento de massas, começa a articular-se no país a preparação para a luta armada. O AI-5 reforça essa posição, na medida em que é entendido como uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força como espaço de dominação. Essa análise irá se mostrar equivocada em função do início de um crescimento econômico que já se apresentava no início dos anos 70. No entanto, a dinâmica de clandestinidade e o exemplo de outras lutas que foram e/ou estavam sendo travadas em outras partes do mundo (revolução cubana; guerra do Vietnã; maio de 68 etc) não permitiram que os agrupamentos de esquerda, que tinham optado pela via armada como forma de derrubar o regime, enxergassem essa realidade.

Talvez o primeiro a alertar para este fato tenha sido Jacob Gorender, dirigente do PCBR, e que, juntamente com Apolônio de Carvalho, defendia uma posição de recuo na questão militar, entendendo que a classe média tenderia a ser cooptada em função do crescimento econômico do país e que isto isolaria qualquer tentativa de luta armada. No entanto, entre os que romperam com o

PCB, nem mesmo em seu partido (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Gorender conseguiu ser ouvido. Mário Alves e parte da direção do PCBR defendiam outra posição, achando que não era momento de recuar. A reunião do Comitê Central, convocada para janeiro de 1970, em que iria ser discutida essa questão não chegou a se realizar em função de um conjunto de prisões e mortes de seus dirigentes, entre eles o assassinato de Mário Alves, o que levará o PCBR, assim como os demais grupos da época, à intensificação das ações militares.

Mais adiante, em 1973, Fernando Henrique Cardoso, que, embora tivesse sido demitido do cargo de professor da USP, não estava em situação de clandestinidade, irá reforçar a idéia do crescimento econômico como o grande obstáculo a qualquer tipo de luta política mais frontal com o regime.

Outro equívoco, muito comum nas análises sobre o regime militar, é a sua classificação como um regime fascista. É verdade que muitas vezes os métodos de perseguição política do regime não se diferenciavam de regimes fascistas, no entanto, ainda assim existe uma profunda diferenciação em relação a eles. Adotar indiscriminadamente denominações deste tipo (fascismo, populismo, etc) sem precisar seu conteúdo, pode levar a generalizações que não conseguem definir com exatidão os conceitos utilizados.

Juan Linz constrói uma definição de regimes autoritários, os quais se diferenciam tanto dos regimes democráticos (por obviedade), como também dos regimes totalitários (distinção nem sempre feita). Os regimes fascistas, para ele, estão dentro da definição de totalitários, e os autoritários seriam definidos como

Sistemas políticos com pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto

em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade, bem previsíveis (LINZ, 1979, p.121).

Essa definição é importante para percebermos a diferença de regimes tipo o militar brasileiro com o fascismo. Enquanto os fascismos buscam uma mobilização ativa do povo, a partir de uma ideologia que privilegia a totalidade do social, no regime militar brasileiro constata-se o baixo nível de mobilidade política. Existia claramente um incentivo à vida privada, que deixava à burocracia do Estado a responsabilidade pela política. Toda ideologia era vista como um mal, como algo “*exótico*”, “*estranho aos interesses do país*”. Além disso, manteve-se (mesmo que limitado), um certo pluralismo político. Manteve-se um sistema partidário (embora bipartidário) e processos eleitorais, além de institutos como *hábeas corpus* (embora nem sempre respeitado).

Essas duas análises, a de que era um regime fascista, e a de que o uso da força era fruto de uma baixa hegemonia política e ideológica na sociedade, foram muito difundidas, principalmente no “período quente” do regime, em que a própria convulsão política e a falta de informações impedia que análises mais elaboradas fossem feitas.

Posteriormente, outros estudos surgirão tentando compreender o significado histórico deste período. Dentre eles, faremos um breve comentário sobre os principais entendimentos sobre o período militar instituído no Brasil.

Argelina Cheibub Figueiredo (1993) talvez tenha sido quem primeiro se preocupou em sistematizar as diversas definições sobre este período. Classifica em dois conjuntos básicos de explicações: as estruturais e as intencionais.

Quanto às explicações estruturais, também as subdivide entre as que enfatizam os fatores econômicos e as que percebem os fatores políticos e institucionais como centrais. Nos dois casos, entende que são explicações que ao fim levam a uma visão de inevitabilidade do surgimento de um regime autoritário, sem margem de escolhas que possam ser relevantes no resultado final.

Na primeira corrente, situa Guilherme O'Donnell e Fernando Henrique Cardoso. O'Donnell busca estabelecer conexões entre estágios de industrialização e regimes autoritários. Não chega a assumir uma posição determinista, mas fala em uma "afinidade eletiva" entre industrialização e autoritarismo. Para ele, na medida em que se aprofunda o processo de substituição de importações e o processo de industrialização acentua-se, surge a necessidade de formas autoritárias para regular os conflitos e para viabilizar o crescimento econômico.

Já Fernando Henrique Cardoso, segundo Argelina, possuía uma visão bem mais determinista.

Afirma que o processo de acumulação exige o dismantelamento dos instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares. O autoritarismo decorrente foi, portanto, inevitável por que se tornava necessário reestruturar os mecanismos de acumulação em um nível mais elevado, que se ajustasse melhor aos avanços já obtidos no desenvolvimento das forças produtivas (FIGUEIREDO, 1993. pg. 23).

No entanto, no rodapé de seu texto, na página 24, Argelina lembra que o próprio Fernando Henrique Cardoso posteriormente irá modificar sua visão sobre esta idéia de inevitabilidade da ditadura militar como forma de preparar as condições para o desenvolvimento do capitalismo atual.

Outro autor, que irá analisar e criticar o determinismo de algumas visões econômicas é José Serra. Irá fazer uma crítica a três tipos de teses consideradas por ele como equivocadas.

Examinarei, de um ponto de vista crítico, três hipóteses que versam sobre as relações entre desenvolvimento econômico e regime burocrático-militar. A primeira delas na tentativa de explicar a existência do regime, enfatiza a necessidade inarredável da superexploração dos trabalhadores. A segunda estabelece uma 'afinidade eletiva' entre, por um lado, o autoritarismo e, por outro, a percepção, necessidade objetiva e realização de um programa de aprofundamento (profundización) do capitalismo nas economias mais diversificadas da América Latina. A terceira apresenta o 'moderno' autoritarismo como uma espécie de encarnação da racionalidade econômica, necessária para o desenvolvimento do capitalismo na região (SERRA, 1982, pg. 103).

No primeiro dos três casos citados por Serra, ele se refere à Teoria da Superexploração de Rui Mauro Marini, embora também se refira a Gundher Frank. No segundo caso, o "aprofundamento da industrialização" é creditado à Guilherme O'Donnell e Serra afirma que esta elaboração parte das elaborações da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) no começo dos anos 60 que analisa a substituição de importações. No terceiro caso, em que ele percebe uma relação de causalidade entre regime burocrático-militar e crescimento econômico, Serra lembra que este tipo de argumento foi utilizado não somente pelos ideólogos do regime (Simonsen, Campos), como também por aqueles que não contentes com o regime, reconheceram virtudes nele, notadamente alguns brasilianistas (Horowitz; Trimberger; Roett e, inclusive, Thomas Skidmore).

Como o objetivo, neste momento, não é realizar uma reflexão sobre os resultados econômicos de 64, mas apenas identificar algumas das concepções

que buscaram explicar este período, não iremos nos preocupar em situar as diferentes críticas a estas concepções. Basta neste momento a concepção mais geral, que aponta os limites daquelas concepções que ficaram restritas apenas às questões estruturais econômicas e que, de uma forma maior ou menor, reproduziram algum tipo de “inevitabilidade” do golpe a partir do fenômeno econômico.

No que se refere a um tipo de explicação estrutural, mas que tem no fator político seu elemento central e determinante para as condições do golpe, Argelina Figueiredo cita como exemplo a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, em que, segundo ele, a paralisia de decisões, decorrente de quatro fatores diferenciados, é o elemento central da explicação do golpe. Esta paralisia seria fruto, basicamente, da inconstância das coalizões que se formaram no Congresso (não percamos de vista a adoção do sistema parlamentarista); a instabilidade governamental, fruto, entre outros fatores, de uma grande rotatividade nos principais cargos governamentais, a radicalização ideológica (radicalização que não se dava apenas no terreno nacional) e, enfim, a fragmentação de recursos de poder. Dentre essas variáveis, Santos destaca a radicalização ideológica e a conseqüente suspeita (de ambas as partes) por parte dos atores envolvidos, como o principal fator que levou a uma diminuição da capacidade de negociação e ao aumento da intransigência no campo político.

Santos mantém a noção de inevitabilidade. De acordo com ele, o impasse que resultou no golpe de 64 ‘foi a consequência imperiosa de um conflito político caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados, impedindo que o sistema tivesse um desempenho adequado e impelindo-o para o tipo de crise que classificarei de – paralisia decisória (FIGUEIREDO, 1993, pg. 26).

Um outro modelo de explicação a que Argelina também se refere é o que ela denominou de explicações intencionais ou “orientadas para o ator”. Utiliza-se de dois exemplos de análises que, a seu ver, são insuficientes. Refere-se aos estudos de René Armand Dreifuss e Alfred Stepan.

René Dreifuss (1993, Apud Figueiredo) possui um estudo bastante apurado que tenta comprovar as ligações econômicas que deram sustentação a uma conspiração internacional de direita contra Goulart. Constrói a idéia de uma “elite orgânica” que se articulava principalmente em torno do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Seus dois principais livros, que sustentam esta tese são: “1964: A Conquista do Estado” (mais de 800 páginas) e “A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional – 1918-1986”. Embora em nenhum momento Argelina negue a participação do capital externo na sustentação do golpe contra Goulart, avalia que essa é uma interpretação limitada, na medida em que a existência de uma conspiração em si não é suficiente para o seu sucesso. Seria necessário um conjunto de outras condições para que toda e qualquer tentativa de conspiração possa ter viabilidade histórica.

Quanto a Stepan (ibidem), seus estudos levam à conclusão de que, de certa forma, o que leva ao golpe é a própria qualidade da liderança de Goulart. Em outras palavras, as ações de Jango, principalmente seus últimos atos, o levam a um isolamento crescente. Argelina critica essa perspectiva na medida em que Stepan analisa basicamente o final do governo Goulart e não o conjunto de suas ações. Além disso, ao centrar sua análise na figura de Jango, não leva em

conta – ou não dá a devida dimensão – ao importante papel que os demais atores desempenharam.

Argelina Figueiredo, partindo do princípio de que o resultado final do papel dos atores não pode ser reduzido à sua psicologia individual, propõe um estudo na sua conduta estratégica a partir de estruturas históricas concretas. Propõe um modelo de análise baseado em Przeworski (ibidem), que

Concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas (1986, pg. 47). Assim, as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores são o ponto de partida para a análise. A interação entre as escolhas e as ações constitui o mecanismo capaz de explicar a ocorrência de um resultado, dentre os diversos possíveis. Os constrangimentos estruturais constituem o primeiro dispositivo de filtragem *que estreitam o repertório de cursos de ação abstratamente possíveis e reduz a um subconjunto infinitamente menor de ações exequíveis* (FIGUEIREDO, 1993, pg. 29 e 30).

A autora busca se diferenciar de Stepan na medida em que leva em consideração o que denomina de “constrangimentos estruturais” como limitadores das escolhas por parte dos agentes envolvidos. Da mesma forma, analisa as opções assumidas não só por Jango, mas pelo conjunto dos atores envolvidos. No entanto, muito parecido com a análise de Stepan, considera como relevantes as escolhas feitas pelos agentes envolvidos para o resultado final do jogo político. Trabalha com a idéia de que estratégia diferente levará a resultados diferentes. Sua análise baseia-se na idéia de que as escolhas feitas em diferentes momentos de 61 a 64 foram determinantes no sentido de diminuir as possibilidades de avanço nas reformas políticas e no sentido de diminuição da base política de

sustentação de Jango. Parte do princípio de que houve dois grandes momentos em que as reformas poderiam ter ocorrido. Em um primeiro momento, durante o período parlamentarista, e em um segundo momento, já no presidencialismo, com o Plano Trienal e com um projeto de emenda constitucional, apresentado pelo governo e que permitiria a desapropriação de terras para a Reforma Agrária. No entanto, essas duas tentativas falharam, o que

Estreitou o campo de ações possíveis ao governo e condenou ao fracasso uma tentativa subsequente de se formar uma frente de centro-esquerda que visasse obter um acordo sobre um programa mínimo de reformas e deter o iminente movimento direitista. Nesse momento, a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco antigovernamental. O confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas. (FIGUEIREDO, 1993, pg. 30 e 31).

Por sua vez, Francisco de Oliveira entende que o golpe de 64 foi um rearranjo de classes e setores de classes que disputavam o governo. No entanto, embora reconhecendo a importância do fenômeno econômico, não se reduz a ele. Tampouco trabalha com o que ele denomina de “cesta repleta de alternativas”.

Embora a economia tenha um alto grau de sobredeterminação, pois se trata de estruturas capitalistas de acumulação de capital, elas não são imunes à vontade e à capacidade dos homens e dos atores sociais; isso seria uma falsificação do que é forte na economia política. Apesar disso, é preciso enfatizar que, no pós-64, cada ator, cada classe social, cada representação, cada organização política tomou posições e fez opções, inclusive depois da democratização (OLIVEIRA, 1997, pg. 28).

De forma genérica, talvez exista um consenso mínimo que o período militar foi fruto de uma articulação a partir da aliança de interesses de setores da burguesia nacional, (articulados no plano político através da UDN), com o capital externo. Buscava um desenvolvimento a partir do que podemos denominar de “desenvolvimento dependente”, ou seja, a busca de uma articulação com o capital norte-americano, que se propunha a repassar tecnologia e emprestar capital para nosso país. Essa aliança contou com a participação efetiva de parte considerável da alta oficialidade de nossas forças armadas, bem como parcelas do empresariado e da intelectualidade. Afora estes elementos consensuais, as demais análises preocupam-se em precisar os elementos constitutivos desse processo. Particularmente, entendemos que muitas das abordagens vistas acima, não são contraditórias, e esta dissertação, por sua vez, não procura dar respostas definitivas, mas apenas apresentar um quadro de diferentes explicações sobre o período.

De fato, as diferentes abordagens e análises sobre o golpe de 64 são importantes no sentido de precisar melhor os fatores que levaram ao fracasso da democracia no Brasil e ao surgimento de um estado ditatorial, que tantas consequências trouxe à nossa sociedade. Acreditamos que muitas destas abordagens não são contraditórias e, em alguns casos, inclusive se complementam. Desde que abandonados os “determinismos”, que necessariamente levam à exclusão de outras possibilidades de explicação O entendimento sobre esse período, necessariamente, tem que levar em conta diversos fatores: crise e instabilidade política; atuação forte de governos e empresas transnacionais na defesa de seus interesses econômicos; necessidade de modificação do modelo de desenvolvimento econômico para o grande capital;

interesses internos de se vincular ao capital internacional, papel estratégico dos agentes envolvidos, entre outros fatores.

No entanto, o entendimento do que se passou nesse período não deve ficar restrito a um debate acadêmico. É necessário que entendamos esse processo para que a história não se repita. Da mesma forma, é necessário o resgate desse período para que a sociedade consiga avançar em pontos ainda não consolidados para a democracia, como a deformação da representação política; o aumento de poderes do Senado Federal; a centralização de poderes nos executivos; a lentidão no sistema jurídico e, inclusive, o questionamento das condições em que foi feita parte da dívida externa brasileira e suas consequências atuais. Esses problemas pertencem ao legado que o período militar deixou ao país. Como não é objetivo desta dissertação, não nos preocuparemos em analisar de forma mais detida estas questões, apenas queremos lembrar que o Brasil ainda não conseguiu se livrar de elementos autoritários que foram criados durante o período militar e que limitam nosso processo democrático.

CAPÍTULO 4 - A CISÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O SURGIMENTO DO PCBR

O período pós-64 iniciou um grande debate dentro das fileiras do PCB. Alguns dirigentes destacados, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho; Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Jacob Gorender, defendiam posições contrárias a de Prestes dentro da direção do partido. O centro do debate era a crítica que estes faziam à direção do PCB por não ter organizado seus militantes para resistir ao golpe militar; bem como a crítica mais geral à política pacifista do partido que vinha desde o final dos anos 50 por orientação soviética.

Com a retomada do movimento de massas começa a articular-se no país a preparação para a luta armada. O AI-5 reforça esta posição na medida em que é entendido enquanto uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força enquanto espaço de dominação.

No entanto, na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, se opunha à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável.

Em maio de 64, a Comissão Executiva do PCB lança um documento intitulado “Esquema para a Discussão”. Neste documento faz uma profunda autocrítica dos erros cometidos pelo partido no que se refere ao imobilismo durante o golpe e inclusive este documento afirma que *“absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o*

emprego da luta armada pela reação". No entanto, este documento não significa necessariamente uma mudança de linha partidária, mas foi fruto do acaso. Neste momento estavam ilhados no Rio (em função da intensa repressão), apenas Mário Alves, Marighela, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bomfim Jr., sendo que no mínimo os três primeiros, já vinham demonstrando no debate interno uma posição crítica à linha oficial do partido. Com a prisão de Marighela e de Mário Alves neste mesmo ano (em maio e junho, respectivamente), e com a possibilidade de deslocamentos dos outros membros do CC, a correlação de forças interna se inverte novamente (na realidade o setor ligado à Prestes sempre foi majoritário). Neste momento o chamado "Esquema para Discussão" é revogado e textos que avançassem em formulações pela esquerda em alguns casos são até proibidos de circular, de acordo com a versão que Gorender apresenta em seu livro "Combate nas Trevas".

Em maio de 65 ocorre a reunião do Comitê Central que irá analisar as razões do golpe. O setor majoritário (articulados em torno de Prestes e Giocondo Dias), responsabiliza o esquerdismo do partido. Segundo eles, fruto de um desvio pequeno burguês, houve uma tentativa de golpe pela esquerda. Irá responsabilizar A Comissão de Educação do partido (Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender) e a Comissão Sindical (Jover Telles). Com isto buscam salvar as teses do V Congresso. Em sua essência, as mesmas se referiam à necessidade de uma aliança com a burguesia nacional para impedir o fortalecimento do imperialismo. São teses antiimperialistas; antifeudais, nacionais e democráticas. Também avalia que *"nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objectivos por um caminho pacífico"* (PCB, 1980). No entendimento da

maioria da direção, o problema não foi a linha política, mas a “*aplicação*” da mesma. Essa tensão interna irá ser a responsável, no futuro, pelo rompimento interno no partido.

Nesta reunião, que Mário Alves não estava presente por ainda estar preso, Marighella participa e neste momento está bastante prestigiado internamente por sua reação durante o momento de sua prisão (Marighella, que estava sozinho, reage a tiros o cerco policial dentro de um cinema e só é preso depois de baleado). Na análise de Gorender, Marighella neste momento não se posiciona no debate porque estava buscando ampliar seus espaços na direção.

De 65 a 67 os conflitos agravam-se constantemente. Mário Alves ao sair da prisão é afastado da executiva e deslocado para Minas. Marighella em 66 se demite da Comissão Executiva e é eleito primeiro secretário do partido em São Paulo. A oposição à direção se fortalece, principalmente na Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Na Conferência realizada em São Paulo, em abril de 1966, a oposição fez 33 votos em suas teses em um total de 37 participantes. Mesmo com a presença de Prestes na Conferência, o Comitê Central ficou com uma violenta derrota política.

A Comissão Executiva, a exemplo de muitos outros exemplos históricos de burocratização partidária, busca manter o controle através de intervenções nos estados, dissolvendo organismos e criando artificialmente novas direções alinhadas ao CC.

No final de julho de 1967, Marighella vai a Cuba participar da Assembléia da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), sem a autorização da direção do PCB. Afinal, a OLAS propagava a guerra de guerrilhas a partir das

posições de Régis Debray e Che Guevara, posição combatida pelo PCB. Marighella não apenas participou da OLAS, como também teceu duras críticas à direção do PCB pela imprensa cubana (jornal e rádio). Os dirigentes do partido, ouvindo seus pronunciamentos pela rádio de Havana, resolvem puni-lo expulsando-o do partido em setembro de 1967, juntamente com Jover Telles. A expulsão, no entanto, é apenas a formalização de um processo de rompimento em andamento.

Já a algum tempo, Jover Telles; Jacob Gorender; Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos tinham definido levar o combate dentro do Comitê Central até as últimas conseqüências, criando a Corrente Revolucionária no interior do partido. No entanto não chegam a participar do VI Congresso do partido na medida em que as normas de participação que o Comitê Central estipula deformam qualquer critério de democracia. Definem que todo Comitê Estadual, independente de seu tamanho, poderá ter dois delegados e mais um delegado a cada 500 militantes. Isso irá deformar enormemente a representação na medida em que pequenos estados terão praticamente o mesmo número de delegados que os grandes estados.

Gorender, em seu livro “Combate nas Trevas”, irá retratar esta última reunião antes do racha.

Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário geral, cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes, (...) mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjará, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? Um deles me

disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família. (...) Na minha intervenção, desmascarei a chantagem (...) e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do C.C. (GORENDER, 1998, pg. 100).

Gorender tem este momento muito marcado na medida em que o final da reunião foi a despedida de companheiros de partido que tinham lutado muitos anos juntos. As disputas políticas em alguns casos se chocavam com amizades pessoais. Ainda segundo Gorender, *“De um lado e do outro, alguns dos velhos companheiros que se davam o último abraço entraram na lista dos assassinados e desaparecidos”*. (Gorender, 1998, pgs 100/101).

Em outubro de 1967 os dissidentes do PCB organizam uma reunião em Niterói para pensar os rumos a ser tomado dentro do quadro colocado. Ao contrário do que se buscava, esta reunião aprofundou divergências dentro da própria Corrente Revolucionária e como fruto desta reunião houve uma certa pulverização de caminhos a serem trilhados. Alguns criaram a Comissão Organizadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); outros, mais adiante, irão para o PC do B; outros, ainda, criarão a ALN; DI-Guanabara; POC e MR-8. Em São Paulo, a maioria foi para a ALN em função da liderança de Marighela, no Rio, os militantes dividem-se entre a Dissidência da Guanabara, MR-8 e PCBR; no nordeste, a grande maioria dos dissidentes vai para o PCBR e no Rio Grande do Sul, onde os representantes da dissidência na reunião eram Flávio Koutzii e Luis Pilla Vares, criam inicialmente a Dissidência Leninista que em abril de 1968 irá formar o POC juntamente com uma dissidência da POLOP.

A principal divergência que começa a se consolidar é quanto à estratégia e sobre a questão militar. Enquanto que o PCBR insistia na necessidade da

manutenção de uma estrutura leninista de partido e criticava o foquismo, a ALN negava o Partido, achando que este inevitavelmente levaria à burocratização. Defendia a ação autônoma das massas no plano militar como única saída para a ditadura.

Se as divergências de Marighella se resumiam quase que exclusivamente às questões de método – o que aparece nas suas críticas ao “pacifismo” e à “inércia” do PC – a “Corrente” buscava articular uma linha política alternativa mais global. Não só criticava a priorização da luta legal, à qual a “Corrente” opunha a necessidade da “guerra popular”, mas, igualmente, o próprio “caráter da revolução” para o PCB anti-feudal, anti-imperialista, nacional e democrática, era criticada pelos que dariam origem ao PCBR” (GARCIA. – O VI Congresso revive o passado – jornal Em Tempo nº 80, 6 a 12 de setembro de 1979).

Logo após esta Conferência, o debate sobre os rumos a seguir começa a ganhar corpo. O setor que busca organizar o PCBR faz um forte combate aos paulistas que se aglutinam ao redor de Marighella que irão se organizar em torno da ALN (Aliança Libertadora Nacional). Esta propunha a preparação imediata da luta armada e baseava sua estratégia no foquismo (estratégia militar adotada na revolução cubana). Negava o partido como instrumento de organização na medida em que avaliava que todos os partidos se burocratizariam no futuro. Defendiam a organização dos revolucionários a partir da criação das chamadas “vanguardas armadas”, grupos compostos por um pequeno número de militantes com treinamento militar para fazer ações armadas e com autonomia de ação.

Em um documento da Comissão Provisória de organização do PCBR de São Paulo (em anexo), o mesmo começa a deixar explícito a diferenciação de concepções. É interessante observarmos que é exatamente em São Paulo que

Marighella irá dar origem à organização da ALN. Como era o principal dirigente do PCB em São Paulo, mais de setenta por cento dos dissidentes do PCB vão aderir às teses da ALN.

A pulverização de concepções relacionadas a diferentes questões (caráter da revolução; papel do partido; alianças de classes; concepção militar, etc), irá fazer com que o conjunto de militantes que romperam com o PCB se pulverize em diversas organizações com estruturas, programas e direções próprias. Mais adiante, em função da necessidade de sobrevivência política, algumas dessas organizações começarão a buscar articular ações conjuntas para combater as forças da repressão política.

CAPÍTULO 5 - PCBR: HISTÓRIA E ESTÓRIAS

O PCBR, que surge em maio de 1968, trará importantes contribuições, não só ao processo de luta armada, como também ao debate teórico daquele momento.

Duas características são importantes de destacar dentro do PCBR, que de alguma forma o diferenciava de outras organizações. A primeira delas diz respeito a seu próprio projeto político. Enquanto o conjunto de organizações de esquerda tinha um alinhamento com a União Soviética (PCB e diversos agrupamentos dissidentes); China (PC do B, AP) ou Cuba (ALN), o PCBR buscava uma independência em relação a estes países. Independência esta não só a partir das estruturas materiais, mas fundamentalmente a partir de concepções. Quando a URSS invade a Tchecoslováquia, o PCBR lança um documento condenando a invasão, assunto tabu para grande parte da esquerda.

Enquanto o PCB defende a intervenção em nome da defesa do socialismo, como afirma em sua declaração pública sobre o acontecido, o PCBR assume publicamente uma postura oposta (em anexo a resolução do PCBR). Em outubro de 1968, em um jornal mimeografado intitulado “Luta de Classes”, órgão do Comitê Estadual do PCBR de Pernambuco, (Luta de Classes – Ano I, nº 1), o mesmo reproduz a posição do CC sobre a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética. O documento do CC é de agosto de 68, logo após a invasão.

Como veremos a seguir, fica bastante claro, no documento oficial do Partido Comunista Brasileiro, (PCB), o grau de envolvimento de sua direção com a orientação política vinda diretamente da U.R.S.S. Este documento, de setembro de 68, entre outras questões, afirma que:

Após um longo processo de discussões bilaterais com a direção do Partido Comunista da Tchecoslováquia (...), decidiram enviar forças militares para a Tchecoslováquia para defender as conquistas socialistas dos trabalhadores e do povo tchecoslovaco, diante da ameaça da contra-revolução interna e dos inimigos externos do socialismo, para defender o sistema socialista mundial e os interesses de todos os povos que lutam contra a reação e o imperialismo, pela causa da paz mundial. (...) E o curso da luta dos povos de todo o mundo seria alterado se o socialismo fosse derrotado na Tchecoslováquia, desde que o embate fundamental de nossa época, que se dá entre o sistema socialista e o capitalismo, assume caráter internacional, influenciando na sorte da humanidade e no destino de cada povo. A comunidade socialista, internacionalista por sua natureza, opõe sua solidariedade e unidade à agressividade crescente do imperialismo. Frente a estes acontecimentos, o Comitê Central manifesta o apoio do Partido Comunista Brasileiro aos partidos comunistas da União Soviética, da República Democrática Alemã, da Bulgária, da Hungria e da Polônia, pela resolução que adotaram de prestar ajuda ao Partido Comunista e a todas as forças socialistas (Revista Civilização Brasileira. Caderno Especial nº 3 – Setembro de 1968, pg 93).

Mas o fato do Partido Comunista Brasileiro possuir um alinhamento político-ideológico com a União Soviética não o torna o único representante dessa posição no Brasil. O PCR – Partido Comunista Revolucionário, em resolução sobre essa questão, a partir de um longo documento analisando a intervenção soviética, decide

Depois de um conjunto de considerações; a) apoiar a intervenção soviética que frustrou o plano do imperialismo em restaurar o capitalismo na Tcheco-Eslováquia para dessa maneira submetê-la as sua política de rapinagem; (...) c) Lamentar que a intervenção soviética não tenha sido levada até o fim não só na Tcheco-Eslováquia mas também na Iugoslávia, com a extirpação do cancro capitalismo dirigido pela camarilha titoista, e na Rumênia com a

substituição da atual direção nacionalista-burguesa (Jornal A Luta – set/68 – PCR).

Também a maioria da Corrente Revolucionária que irá sair do PCBR e irá para o PC do B (Jover Telles e outros) que já estavam afinados com o PC do B e sua política de apoio incondicional à China, embora críticos à União Soviética, também aceitarão a intervenção, embora ampliando suas críticas não só à direção do Estado Tcheco, mas também soviético.

Desta forma, a luta não se dá entre marxistas-leninistas e revisionistas, mas apenas entre revisionistas, cada qual defendendo os seus próprios interesses nacionais, não a base do internacionalismo proletário, mas do nacionalismo burguês (Isqueiro Proletário – Ano III – número 42- Órgão do Comitê Estadual da Maioria Revolucionária da GB – PCB).

Nem mesmo a Política Operária, (POLOP), organização com vínculos mais fortes com o trotskismo e composta por militantes que mais tarde se tornarão importantes intelectuais de nosso país, como Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, se opôs imediatamente à ocupação. Segundo Otaviano Alves da Silva, (dirigente da POLOP na época), em entrevista à revista Teoria e Debate, informa que a POLOP não se posicionou a favor da Tchecoslováquia e contra a intervenção soviética porque não tinha suficiente informação para tal. Segundo Otaviano, houve uma reunião com o PCBR, na qual, em suas palavras,

O PCBR procurou a gente para discutir o programa e a questão da Primavera de Praga. O Eric (militante da POLOP) colocava para a gente que não tinha nenhuma informação a não ser pela imprensa burguesa, então era prudente não entrar num apoio aberto. Mas, de qualquer forma, era bom saber quem

eram esses caras, que já tinham manifestado apoio (...) Precisávamos de mais informação para apoiar. O Mário Alves não deu nenhum dado novo a não ser da imprensa, do Jornal do Brasil, informações dadas pelo Mauro Santayanna, que era do Partidão, e portanto não mereciam tanto crédito (entrevista de Otaviano Alves da Silva, Teoria e Debate nº 24 – março/abril/maio de 1994, pg. 65).

O pronunciamento do PCBR, por sua vez, é bastante contundente na crítica ao “reboquismo” a outras direções comunistas internacionais. Em seu documento de fundação, nas resoluções de maio de 1968, alerta que:

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica internacional. (...). Nosso partido a considera necessária e por isso não se omite em face dela assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condena a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS, como do Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao PC da China. Condenamos, como profundamente nociva, a atitude que consiste em deslocar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico (Resolução política – abril de 68)

No que concerne a um possível alinhamento com Cuba, Mário Alves irá se dirigir a este país, no final de 1968, buscando ajuda para organizar o novo partido e treinamento militar para seus quadros políticos. Seu retorno acontece em julho/agosto de 69 e na sua volta tem uma reunião com o PCR Argentino (Partido Comunista Revolucionário Argentino). Segundo dirigentes deste partido, as posições que Mário Alves defendia na época influenciaram de alguma maneira na sua organização. A resposta de Cuba é positiva, desde que os mesmos fossem encaminhados via ALN. Como possuíam discordâncias com essa organização,

em função de sua concepção militarista e negação da necessidade do partido, eles abandonaram essa idéia. Quando Mário Alves chega em São Paulo, mantém contato com Sérgio Sister, entre outros. Sister, (em entrevista ao autor), afirma que nunca tinha visto ele tão aborrecido como naquele momento, em função do resultado de sua viagem. A defesa da revolução cubana, bem como de outras experiências revolucionárias, está presente nos documentos do PCBR. A crítica que a organização fazia, no entanto, era em relação à transposição mecânica de experiências de contextos históricos e culturais diversos.

Outra característica própria do PCBR foi sua posição em relação ao debate que ocorria entre os agrupamentos de esquerda na época. De um lado, havia os “militaristas”, (ALN, principalmente, além de outros grupos como a VPR – Vanguarda Popular Revolucionária), que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar de todos os quadros partidários. A luta política ficava reduzida às ações militares, vista por eles como a única forma possível de ascender ao poder durante o regime autoritário.

De outro, os chamados “massistas” que, em diferentes organizações, se contrapunham à luta armada como forma de luta naquele momento e defendiam a necessidade de se fazer trabalho político junto a determinados setores da sociedade buscando a organização de um trabalho que desse resultado no futuro. Entre essas organizações, estava o PCB, a AP em sua fase inicial, ligada à Igreja Católica e inclusive os agrupamentos trotskistas da época (PORT – Partido Operário Revolucionário e FBT – Fração Bolchevique Trotskista).

Dentro deste contexto, o PCBR buscou defender uma posição intermediária, reconhecendo a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitando a política a esta esfera. Avaliava como correta a

existência paralela à luta armada de um trabalho no movimento de massas que possibilitasse a criação de lideranças nos movimentos sociais que pudessem encaminhar a política neste terreno. A dinâmica da luta política, no entanto, fará com que, na prática, a opção militarista passe a se tornar preponderante.

Nos anos 60, nós do PCBR queríamos manter um partido, mas modificamos a idéia do velho partido leninista, muito parcialmente por causa da influência e da tradição do partido bolchevique. O PCBR estabeleceu uma nova base de liberdade, de idéias, mas não caímos no outro extremo, que seria a visão anarquista. Guardamos uma combinação com o centralismo, uma combinação com a democracia interna que não fomos capazes de levar longe. Optamos pelo caminho armado, mas não aceitamos o predomínio da idéia de um comando político-militar dentro do partido". (entrevista de Apolônio de Carvalho à revista Teoria e Debate nº 6, abril/maio/junho de 1989. Pg. 37).

Posteriormente lança uma nova matriz política que é a proposta de criação das OIM (Organizações Independentes de Massa). A idéia das OIM contrapõe-se diretamente a toda a tradição política vinculada à política stalinista da chamada III Internacional. O intervencionismo do partido nos movimentos de massa sempre foi aceito e impulsionado pelos partidos comunistas no mundo inteiro. Toda posição que defendesse a necessidade da autonomia dos movimentos de massa, em relação aos partidos, era considerada uma posição autonomista/anarquista. O PCBR, ao resgatar a necessidade da não intervenção dos partidos nos movimentos sociais começa a romper com o que chamamos de política stalinista (período em que a URSS foi governada de forma autoritária por Stálin, o qual reproduziu sua política na maioria dos países comunistas do mundo).

É importante ressaltar que a não-intervenção não significa que o partido não busque influenciar e dirigir os movimentos sociais e os movimentos de massa, mas que não pode, de forma autoritária e intervencionista, decidir seus rumos sem a presença das massas no debate político e nos caminhos a seguir.

Cláudio Nascimento, sociólogo e ex-militante do PCBR, em um artigo intitulado “Mário Alves e a Revolução Anti-passiva”, analisa a forma como Mário vê a burguesia brasileira e a necessidade de uma revolução anti-passiva para romper com o latifúndio e a burguesia como sendo influência do pensamento de Gramsci. Acha muito difícil que sem acesso ao pensamento de Gramsci (que só posteriormente será introduzido no Brasil), pudesse formular uma linha política no campo da autonomia e da auto-organização. Mesmo sem utilizar a terminologia gramsciana, Mário fala no caráter passivo da burguesia brasileira

O bloco das classes dominantes que predomina no poder, composto por burguesia e dos latifundiários aburguesados, trata a seguir da via das transformações lentas e graduais realizadas exclusivamente de cima para baixo, através de compromissos e concessões mútuas entre o capitalismo ascendente e a propriedade latifundiária. Este curso da reforma agrária pretende excluir a participação ativa e independente das massas camponesas, precisamente porque se contrapõe aos seus interesses fundamentais e se orienta em função dos interesses da burguesia e dos latifundiários que empregam processos capitalistas (ALVES. Dois caminhos da reforma agrária. In: Nascimento, Alves. Revista Brasil Revolucionário, Abril/Maio/Junho, 1993, pg. 34).

Ao mesmo tempo refere-se à luta dos trabalhadores rurais como uma luta revolucionária para acabar com o monopólio da terra, concepção que se aproxima do conceito de revolução ativa de massas

Outro é o caminho que corresponde aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro, não o do compromisso com o latifúndio, mas o da luta revolucionária para transformar profundamente a estrutura agrária... Deve ser uma reforma que altere basicamente as relações sociais no campo e assente um golpe demolidor na classe caduca dos latifundiários. Este curso exige a ação independente das massas camponesas, em aliança com a classe operária e todas as forças progressistas...A reforma agrária só poderá ter êxito e vencer eficazmente os obstáculos opostos à sua concretização se for baseada na mobilização consciente das massas do campo através de suas organizações...A luta pela reforma agrária radical se funde, portanto, com a luta por um novo poder político efetivamente democrático... Os camponeses, os operários, o povo brasileiro, estão por uma reforma que seja uma revolução (ALVES, Dois caminhos da reforma agrária. In: Nascimento, Alves. Revista Brasil Revolucionário, Abril/Maio/Junho, 1993, pg. 34).

Por fim, no entendimento de Cláudio Nascimento, para que pudesse ser formulada uma concepção de autonomia naquele momento histórico, era necessário algum conhecimento sobre o que estava ocorrendo dentro do chamado bloco socialista no final da década de 50. Não apenas do debate que ocorreu por ocasião do XXº Congresso do P.C.U.S., quando são denunciados os crimes cometidos durante o período em que Stálin governava a União Soviética, mas também do debate que ocorria na Hungria, na Polônia e posteriormente na própria Tchecoslováquia, sem falar nos Conselhos Operários na Itália.

Mas é claro que naquele momento a leitura dominante nos PCs é que isso é um negócio contra-revolucionário. Mas quando você vai lendo aquilo, você vai vendo que a dinâmica era uma dinâmica altamente revolucionária de conselhos, autonomia, auto-gestão, etc. (...) Para Mário Alves, em 68, quando invadem Praga, não é só ver o lado da revolução passiva, de uma forma agressiva, quando a URSS invade a Tchecoslováquia, mas é que na

Tchecoslováquia também estava se dando um processo por baixo, das massas participando em conselhos operários. O próprio partido comunista faz um congresso clandestino dentro de uma metalúrgica em Praga. E quando o PCBR tira uma nota daquelas¹ (...) não se chega a uma idéia de autonomia sem se ter um conhecimento daquelas experiências que ocorreram (depoimento de Claudio Nascimento, fita nº 20).

Embora Mário Alves fosse uma pessoa que tivesse viajado muito em sua militância (visitou China, URSS, Cuba, União Soviética entre outras nações), não há afirmações mais conclusivas sobre um possível contato seu com o pensamento gramsciano. Jacob Gorender afirma que nunca ouviu nada nesse sentido de Mário Alves. Sua filha, Lúcia Caldas Alves, (em entrevista ao autor), também não tem informações de sua mãe sobre essa questão. Fica, portanto, uma interrogação sobre as possíveis influências que Mário teve na elaboração de concepções políticas as quais levaram a seu rompimento com o PCB e que ajudaram na construção de uma linha política que resgatava elementos de autonomia dentro de um projeto político de corte leninista.

No que se refere às direções do PCBR, a busca de dados ainda não é suficiente para entender todo o organograma de como a direção do partido organizava-se.

Como não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes “frios”, a reconstituição das direções depende da memória de ex-militantes ainda vivos. Em função do espaço de tempo (mais de 30 anos), das regras da clandestinidade, em que as pessoas conheciam-se por codinomes e das inúmeras substituições das direções em função das quedas ou desligamentos, apenas parte das

¹ Cláudio se refere à nota do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia (em anexo).

informações foram recuperadas. Ainda, em função da distância no tempo, alguns depoimentos são diferentes no que se relaciona a nomes que compuseram as direções. No entanto, a partir do cruzamento de informações foi possível reconstituir parcialmente as nominatas das direções. Quando houve informações desconstruídas, optamos em utilizar aquelas, que de alguma maneira, repetiam-se nos depoimentos, o que não garante uma informação absolutamente precisa, mas a que melhor aproxima-se da memória dos ex-militantes.

O primeiro Comitê Central, escolhido quando da fundação do PCBR, em abril de 1968 em um sítio próximo à Niterói, segundo Apolônio de Carvalho, (em entrevista ao autor), era composto por 20 membros. (embora outras informações falem em 15 pessoas, sendo destas 7 da Comissão Política e 3 da Comissão Executiva). Destes, Mário Alves (Villa), assumiu o posto de Secretário de Organização, Apolônio de Carvalho (Lima) a função de Secretário Político e Jacob Gorender (Sabino) a Secretaria de Agitação e Propaganda.

Dois elementos chamam a atenção na composição deste primeiro Comitê Central. Em primeiro lugar, é extinta a função de Secretário Geral, cargo que historicamente era (e em muitos casos continua sendo) central na estrutura dos partidos comunistas. A influência deste tipo de função na estrutura partidária tem sua origem na constituição do Partido Comunista da União Soviética e ajudou muito na constituição do culto à personalidade dos principais dirigentes comunistas no mundo (Lênin, Stalin, Nikita Krushev, Brezjnev e Gorbachev dentro da URSS, além dos diversos outros líderes nacionais dos partidos comunistas, a exemplo de Prestes aqui no Brasil).

De qualquer forma, a Secretaria Política, responsável pelos contatos externos do partido é a que ocuparia a posição de maior relevo externo. No

entanto, está presente na memória de alguns dos militantes que participaram deste Congresso a disputa (invertida) entre Apolônio e Mário Alves. De um lado, Mário Alves defendendo que Apolônio fosse o Secretário Político, e, de outro, Apolônio defendendo Mário Alves como o melhor nome para esta função.

Os demais membros identificados do 1º Comitê Central foram: Salatiel Teixeira Rolim (Penaforte), responsável pelas finanças; Miguel Batista dos Santos (que já era membro do CC do PCB antes do racha); Bruno Costa de Albuquerque Maranhão (que era o representante da juventude no CC do PCB); Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos (Jason – responsável mais adiante pela questão militar); Augusto Henrique Maria D'Aurelie Olivier (ex-tenente); Jover Telles (também originário do CC do PCB); Armando Frutuoso; Jair (codinome, operário carioca que os entrevistados não conseguiram identificar, embora reconhecessem que pertenceu ao 1º CC); Hilda (funcionária pública no Rio de Janeiro, também não identificada e única mulher do CC) e Lincoln Bicalho Roque (que posteriormente sairia juntamente com Jover Telles, Armando Frutuoso e Hilda e iria para o PC do B).

Outros nomes citados e que não puderam ser identificados, (sendo que um deles pode ser o militante de codinome Jair), nem mesmo pode ser precisado o período em que estiveram no Comitê Central, foram: Fernando Cachimbo (bancário de Brasília); Fernando (segundo Arno Giesen, Fernando era Manoel Jacinto, antiga liderança camponesa do Paraná) e Bordiga (Rômulo Araújo Lima) da Paraíba. Rômulo foi o primeiro membro do CC a ser preso (em João Pessoa) e informou tudo que sabia à polícia a partir da ameaça de seviciarem a companheira dele (Germana). Com o tempo, passou inclusive a escrever artigos nos jornais contra a esquerda. Segundo Bruno Maranhão, como um dos critérios

era a representação dos estados, Rômulo, (estudante secundarista), na época era muito novo e inexperiente, o que em parte pode explicar seu comportamento. No entanto, um jornal do Comitê Central do PCBR de outubro de 1969, intitulado “Vanguarda”, classifica Rômulo como agente policial.

Fala das prisões de estudantes em João Pessoa, em agosto de 1969, entre eles Rômulo, Germana, Eric, Mônica e Guilherme. A mesma matéria situa Rômulo como tendo sido candidato à vice-presidente da UNE pela chapa “Integração e Luta” e que estava afastado do PCBR desde o AI-5

Na prisão, Rômulo iniciou uma vasta campanha de delação. Rômulo, que tinha sido destacado militante do ME na Paraíba (...) estranhamente, em meio à lista de cassações da Paraíba, seu nome não figurou – continuou assistindo aulas, tranqüilamente. Surgiu daí a suspeição sobre suas ligações com a polícia. O seu comportamento na prisão foi a prova dos nove. Rômulo não foi espancado. Nas acareações, fazia verdadeiros comícios-relâmpagos de dedo-duragem, descendo a detalhes remotos e fora do assunto, inclusive. Seu depoimento é um maçudo volume de delações e informações detalhadas. Fez viagens a Brasília e ao Recife, junto à polícia. Está em liberdade, sob a proteção do DOPS. Atualmente publica num dos jornais da Paraíba, a série “Memórias de um jovem”, que não passa de delação pública. Apoiado no policial Rômulo, o DOPS prendeu o universitário Heraldo, o secundarista Vital, Washington (entregue pela família) e outros. Há uma lista enorme de pessoas procuradas, (...) A polícia procura relacionar os presos com o assalto ao carro da Souza Cruz, na Paraíba, e com o incêndio do Paiol do 15º R.I. (jornal do PCBR – Vanguarda – Comitê Central – Outubro/69 – São Paulo – mimeografado).

Esta direção teve de ser recomposta em curto período de tempo. Ainda no primeiro semestre de 68, Jover Telles, responsável pela direção na Guanabara,

lançou um documento intitulado “Reencontro Histórico”, no qual defendia o ingresso dos militantes do PCBR no PC do B. Mais tarde ficou se sabendo que já existia um acordo entre o PC do B e Jover desde o início da construção do PCBR. Jover entrou para fazer “entrismo”, ou seja, cooptar militantes que estavam saindo do PCB e buscando uma nova organização.

Gorender afirma que Jover Telles participou da reunião em Niterói que fundou o PCBR e que

Só posteriormente ficou claro que o Jover Telles já estava, digamos assim, entrosado com o PC do B. Ele já era um militante do PC do B, um dirigente, inclusive. E ele na verdade fazia um papel de infiltração no nosso meio, com o objetivo de pescar militantes que depois saíam numa cisão dele para o lado do PC do B (GORENDER, 1998.).

Ao contrário do que muitos pensavam, segundo Gorender, a entrada de Jover no PC do B é anterior ainda ao racha do PCB.

Quer dizer, o Jover Telles, ele fez parte dessa cisão nesse processo. Ele entrou em contato com o PC do B (ele sempre teve boas relações com o João Amazonas, com o Maurício Grabois). Ele teve contato com esses dirigentes do PC do B, ele aderiu a eles. Mas já adotaram essa tática de não revelar imediatamente, então passou um período ainda como militante do PCB. Antes da expulsão, ele já tinha e depois no processo de formação do PCBR do qual ele participou ele também já era do PC do B. Quer dizer, ele tinha uma dupla face. Aí então, depois da fundação do PCBR em maio de 68, poucos meses depois ele romperia definitivamente (GORENDER, 1998.).

Mário Alves, em nome do PCBR, redige um documento intitulado “Reencontro Histórico ou simples mistificação?” o qual rebate todas as críticas

feitas pelo grupo ligado ao Jover e faz um ataque bastante forte às posições do PC do B.

Junto ao Jover, também saem do CC, no mínimo mais três nomes: Armando Frutuoso, Hilda (não identificada) e Lincoln Bicalho Roque. Com isto, é necessária uma recomposição da direção. Praticamente todos os que saem são oriundos da Guanabara.

Posteriormente, Jover Telles será protagonista de um episódio marcante na trajetória do PC do B. Em 16 de dezembro de 1976 houve o chamado Massacre da Lapa, no qual o exército invadiu uma residência no bairro da Lapa em São Paulo, onde estava sendo realizada uma reunião do Comitê Central do PC do B. Na realidade, a reunião já tinha ocorrido e na hora estavam apenas dois dirigentes: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, sendo que um terceiro, João Batista Drummond, foi assassinado sob torturas no DOI-CODI em São Paulo. Na mesma ocasião, quatro outros dirigentes foram presos, pois foram seguidos quando saíam da reunião. Jover Telles, um dos que saiu da reunião, pediu ao motorista que os estava levando que o deixasse descer em um ponto anterior ao local onde deveria ser deixado e foi o único que não seria preso.

Inúmeras provas foram apresentadas por ex-militantes de esquerda, principalmente do PC do B, no sentido de que Telles teria traído e denunciado a reunião. Durante muitos anos esteve desaparecido, mas, possivelmente em 1990, Jover será candidato a vereador em um município do interior do Rio Grande do Sul (Cachoeirinha) pela legenda do PDS (partido sucedâneo da ARENA, que era quem sustentava os governos militares durante a ditadura). O livro "Massacre na Lapa" (1987), de autoria de Pedro Estevam da Rocha Pomar, apresenta diversos indícios da traição de Telles.

Mais ou menos no mesmo período da saída do grupo de Jover Telles, em junho de 1968, uma parte da AP (Ação Popular) proveniente da Guanabara, ingressa no PCBR. A partir do documento intitulado “Uma Questão Ideológica”, fazem uma crítica à AP, caracterizando-a como uma organização pequeno-burguesa e ao final defendem o ingresso no PCBR

O PCBR uniu militante revolucionários proletários e constituiu-se hoje no partido qualitativamente superior aos demais, por sua origem de classe, tradição de luta da classe operária, composição atual de proposições políticas frente à realidade brasileira, ao reformismo e (ilegível..) e prática. É hoje a única alternativa proletária para a crise das esquerdas brasileiras. Nós, componentes do CS-3 e do pólo minoritário do CS-2 da GB, empenhados na luta revolucionária do povo brasileiro e desejando participar da revolução até o fim, fazemos do PCBR nossa alternativa e a apresentamos aos demais companheiros de Ação Popular, na certeza de reunir em (ilegível) alternativa todos os verdadeiros revolucionários (panfleto Uma Questão Ideológica, maio de 68, CS-3, CS-2).

A recomposição da direção do PCBR, fruto das defecções no partido, terá a seguinte composição no Secretariado: Mário Alves assume a Secretaria Política; Apolônio passa a ser o Secretário de Organização e responsável por organizar o Comando Político Militar e entra Nicolau Tolentino (Jason) como Secretário de Agitação e Propaganda no lugar de Jacob Gorender, que pede para sair da Executiva em função de que estava necessitando de tempo para escrever um livro. Neste momento é que Gorender começa a se dedicar a um estudo que irá culminar no livro “O Escravismo Colonial”, um dos livros clássicos da historiografia brasileira. Diga-se de passagem, um livro que precisou ser reescrito na medida em que a primeira versão foi destruída pela repressão.

Existe aqui uma imprecisão histórica. Enquanto que para Apolônio de Carvalho, Mário Alves só assumirá a função de Secretário Político depois de sua volta de Cuba, na metade de 69, outros entrevistados afirmam que sua ida à Cuba já se deu na condição de Secretário Político.

Na Comissão Política, continua Jacob Gorender, além do ingresso de Getúlio de Oliveira Cabral (Arthur); René Luis de Carvalho (Valter Orlando – filho de Apolônio); Luciano de Almeida, Juliano Homem de Siqueira; Marcelo Mário de Mello e Alberto Vinicius Mello do Nascimento (que será deslocado para o Paraná). Os demais membros do CC que continuam são: Bruno Maranhão (PE) que irá auxiliar Apolônio na Comissão Militar; Rômulo (Bordiga) (PB), Miguel Batista dos Santos; Salatiel Teixeira Rolim e Jair.

O surgimento do PCBR ocorreu em um contexto de forte mobilização da juventude. De março a junho foi quando ocorreram as maiores mobilizações organizadas pelo movimento estudantil. Era o momento em que ainda havia condições de uma atuação política legal no movimento de massas. Embora a constituição formal do PCBR tenha se dado em abril, anteriormente já havia uma definição de um conjunto de militantes em atuar nesta nova organização que estava formando-se e que se denominava inicialmente de Corrente Revolucionária.

Alguns dos dirigentes estudantis que foram presos no Congresso da UNE em Ibiúna (12 de outubro de 1968) ou que foram presos posteriormente, mas em função do congresso, eram militantes do PCBR (Vitório Sorotiuk; Mauro Goulart, etc.). Da mesma forma, o Calabouço, antigo restaurante universitário no Rio de Janeiro, foi um espaço onde algumas lideranças optaram em integrar esta organização, como é o caso da principal liderança do Calabouço, Elinor Britto,

como também Dirceu Régis que chegou a ser vice-presidente da FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço). No nordeste, a grande maioria da juventude do PCB irá se deslocar para o PCBR.

Desta forma, durante o ano de 68 o PCBR irá intervir de alguma forma no movimento estudantil, buscando criar uma terceira alternativa entre a AP e a Dissidência Comunista. No Congresso de Ibiúna havia três candidaturas à presidência da UNE: José Dirceu, que era da Dissidência e que estava sendo apoiado por Vladimir Palmeira; a candidatura da AP através de Jean-Marc Van der Weid e a de Marcos Medeiros, do PCBR. Embora Marcos não representasse perigo para as demais forças políticas, representava uma outra visão sobre a luta do movimento estudantil. A chapa do PCBR chamava-se Universidade Popular; a AP possuía uma chapa com o nome de Universidade Crítica, além da Dissidência que reuniu todo mundo em torno da candidatura de Zé Dirceu com a Universidade Democrática. Ao final, a AP elegeu Jean Marc.

Segundo Juliano,

Nós queríamos uma Universidade Popular, (...) Universidade Popular pra gente era quase a ante-sala do socialismo. Obviamente a Universidade que nós queríamos só poderia ser produzida numa sociedade inteiramente outra... Havia propostas dos reformistas e dos taticistas, não é? Juntava o que sobrou do PCB, do movimento estudantil com o pessoal da Dissidência. Eles radicalizavam na questão da luta armada, mas na questão da universidade eles tinham uma visão tática que eu considero até mais inteligente, partiam de um programa muito concreto de lutas, e havia uma proposta que era encampada pela coligação que tava se formando AP – PC do B, que pegava elementos da Universidade Popular, que nós defendíamos, nós do PCBR, e pegava elementos da Universidade Democrática, que a Dissidência e o Partido defendiam, e este foi o Programa que conseguiu galvanizar o maior número de delegados neste país,

não pela força que o PC do B tinha àquela época no movimento estudantil, porque eles tinham expressão em dois estados, Ceará e Bahia, mas pela força que a Ação Popular tinha no país todo, como um movimento de origem cristã, católica, etc (Entrevista de Juliano Siqueira – Fita nº 7).

Pelo que pudemos reconstituir, a chapa, que seria apresentada pelo PCBR à direção da UNE, além de ser encabeçada por Marcos Medeiros, liderança carioca ligada à sociologia da UFRJ, ainda tinha como integrantes outras lideranças estudantis do PCBR, como Vitório Sorotiuk (estudante da UFPR, que será preso e posteriormente concorrerá à presidência do DCE/UFPR na clandestinidade e conseguirá vencer as eleições com grande margem de votos); Marcos Nascimento (liderança da economia da UFRJ, embora de família paranaense); Cândido Pinto de Melo (Presidentes da União Estadual de Pernambuco que será atingido por um tiro na espinha durante uma manifestação de estudantes e ficará paraplégico); Carlos Henrique Maranhão (presidente do DCE/UFPE); Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (liderança do curso de Direito no Ceará) e Juliano Homem de Siqueira (liderança do DCE/UFRN). Estes são nomes lembrados na entrevista com Juliano Siqueira, embora devam existir outros.

Durante o ano de 1968, as únicas prisões de militantes do PCBR que acontecem estão relacionadas ao movimento estudantil. Particularmente as prisões ocorridas no Congresso de Ibiúna, onde mais de 800 estudantes são presos (e entre eles algumas lideranças estudantis vinculadas ao PCBR). Posteriormente, em 17/12/68 é preso Mauro Daisson Otero Goulart, no Paraná, em função da participação no movimento estudantil.

O acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva em um primeiro momento e

logo irá desencadear o recrudescimento da repressão. As lutas travadas, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, foram determinantes para a criação do AI-5.

O PCBR, mesmo sendo uma força minoritária no Movimento Estudantil, na época hegemônica pela Ação Popular (AP), teve uma atuação importante em alguns momentos e em algumas regiões.

No Rio, a luta contra o fechamento do Calabouço (casa de estudante e restaurante universitário) foi um momento importante de acumulação política por parte dos estudantes. Eles criaram a FUEC, com uma direção clandestina composta por cinco pessoas em que a principal liderança era Elinor Brito, ligado ao PCBR. O assassinato de Édson Luis no Calabouço, dia 28 de março de 1968, irá gerar uma grande repercussão social, não só no Rio como também em outros estados. Dia 1º de abril houve uma manifestação na qual mais de 200 estudantes são presos e mais de 100 saem feridos. Estas diversas manifestações isoladas irão desembocar na chamada passeata dos 100 mil, dia 26 de junho no Rio de Janeiro. Costa e Silva, temeroso das conseqüências, resolve negociar. De acordo com Zuenir Ventura, em seu livro "1968: o ano que não terminou" (1988), é escolhida uma comissão de estudantes e intelectuais. Faziam parte da comissão: o psicanalista Hélio Pellegrino, o professor José Américo Pessanha; o assessor jurídico do grupo, o advogado Marcelo Alencar, o padre João Batista Ferreira e os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros. Marcos era a principal liderança do PCBR no movimento estudantil (tentou disputar a presidência da UNE no Congresso de Ibiúna) e Franklin Martins também foi militante, sendo que ficou pouco tempo e após foi militar no MR-8.

Zuenir Ventura, (op. cit.), faz um relato sobre o desfecho da reunião entre a chamada “Comissão dos 100 mil” e Costa e Silva. Após uma reunião muito tensa, na qual os estudantes queriam a liberdade de seus colegas presos (nove estudantes), a partir de certo momento, Marcos Medeiros perde a paciência e pergunta:

Escuta aqui, professor, eu quero saber o seguinte: o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros? Nunca se soube se o presidente ficou mais irritado com o tratamento indevido ou se com o tom de ultimato. O que se sabe é que o barulho da cadeira presidencial rodando, quase caindo, precedeu o ruído de duas mãos espalmadas desabando sobre a mesa. Era o marechal e não o presidente, quem, de pé, reagia: Eu não aceito ultimato, nem desrespeito. A dignidade da Presidência não admite ameaças. Está encerrada a reunião (VENTURA, 1988, pg. 179).

O fim desse diálogo encerra toda e qualquer possibilidade de negociação política do regime com os estudantes. A partir deste momento, o único caminho vislumbrado é o do confronto direto.

Em Pernambuco, Cândido Pinto de Melo elege-se presidente da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco), enquanto Carlos Henrique Maranhão no mesmo momento era eleito presidente do DCE da Universidade Federal de Pernambuco. No Paraná, Mauro Goularte, Vitório Sorotiuk e outros eram presos pela participação no Congresso da UNE no Sítio do Alemão, no final de 68 no Paraná. Em São Paulo, Pedro Del Pichia (liderança da PUC/SP) era o principal quadro no movimento estudantil. Em São Paulo, segundo Sérgio Sister, havia uma grande proximidade com o pessoal da Dissidência (Zé Dirceu). Até mesmo

pela fraca representatividade nesse estado, era muito comum o PCBR fazer alianças com a Dissidência para combater a AP.

A militância de Sorotiuk no movimento estudantil merece ser resgatada em função da série de prisões e do ineditismo de algumas situações. Já em 1966 (então no PCB), participou no Congresso da UNE em Belo Horizonte juntamente com Nilso Sguarezi (os dois únicos representantes do Paraná em um congresso da UNE realizado clandestinamente). Em 1967 novamente participa como delegado no Congresso de Valinhos. Neste ano é preso no presídio do Ahu (bairro de Curitiba) por estar envolvido no IPM do PCB. Durante sua prisão, é eleito presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (direito da UFPR). Segundo Vitório,

Uma das nossas primeiras atividades, logo após sairmos da prisão, foi trazer o Márcio Moreira Alves para uma conferência sobre o acordo MEC-Usaid e para o lançamento do seu livro Torturas e Torturados, culminando com a tomada da reitoria e o sepultamento do ensino pago (HELLER, 1988, pg. 301).

Quando o movimento estudantil começa a tomar corpo em 68, Vitório foi avisado de que as forças militares pretendiam prendê-lo novamente, sai do Paraná e passa a atuar junto à UNE em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Quando veio a absolvição definitiva do IPM do PCB, ele retorna a Curitiba. Novamente preso em São Paulo, pela participação no Congresso de Ibiúna em outubro deste mesmo ano, é solto cinco dias depois quando novamente volta a Curitiba, onde

Dois dias depois realizamos uma grande manifestação de rua, isso em outubro de 1968, que degenerou em confronto com a Polícia Militar. O Walmor Marcelino levou borrachadas na rua XV de Novembro e eu, perseguido por vários policiais, entrei correndo na redação do Diário do Paraná, na rua José Loureiro (HELLER, 1988, pg. 302).

Ajudado pelos próprios jornalistas, fugiu através dos telhados vizinhos escapando assim da prisão. No entanto, pouco tempo depois é colocado em uma lista de 80 estudantes do país que tiveram sua prisão preventiva decretada. Do Paraná, Sorotiuk e mais sete estavam nesta situação. Mesmo assim continua sua participação política.

Nesta época eu fui lançado candidato à presidência do DCE e ganhamos as eleições. Nós armamos um esquema de segurança e fizemos a campanha em todas as salas de aula. Depois, quando o reitor disse que eu não tomaria posse, porque a posse seria dentro da reitoria, nós encenamos a peça O Santo Inquérito, de Dias Gomes, reunimos mais de duas mil pessoas no auditório, e tomamos posse na frente de todo mundo (HELLER, 1988, pg. 303).

Segundo relato de José dos Reis Garcia, Sorotiuk entrou no teatro da universidade vestido de mulher quando, durante a apresentação, o grupo suspende os trabalhos e organiza a posse que foi divulgada no outro dia pelos principais jornais de Curitiba. Após este fato, Sorotiuk será preso mais duas vezes. No Congresso da UNE, realizado no Sítio do Alemão, onde será preso e cumprirá uma pena de cinco anos e meio (em função da participação no Congresso de Ibiúna; Congresso do Sítio do Alemão e participação na passeata dos 100 mil). Mais tarde, absolvido de algumas acusações, teve a pena reduzida e foi libertado no período de 1972/73. Como era o período mais forte dos

extermínios por parte da ditadura, acaba indo para o Chile. Participa ativamente na sustentação do Governo Allende e com o golpe chileno novamente é preso, ficando 45 dias no Estádio Nacional, verdadeiro campo de concentração de presos políticos. A partir da mobilização da Cruz Vermelha Internacional, que procurou ajudar principalmente aos estrangeiros, Sorotiuk vai para a Suíça e de lá se dirige para a França, onde nessa época lá já estarão outros membros da direção do PCBR, como Apolônio de Carvalho, René de Carvalho e Bruno Maranhão.

Esta forte participação no Movimento Estudantil, estava relacionado à política que o PCBR defendia de ligar as lutas de massas à ação militar, posição distinta da ALN que entendia que a ação no movimento de massas tinha como objetivo unicamente o recrutamento de militantes para a ação armada. No jargão maoísta da época, “o fuzil dirigindo o partido”.

O documento de fundação do PCBR, na parte intitulada “Guerra de Guerrilhas, Ações Armadas e Luta de Massas”, explicita a visão sobre esta relação:

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilha, como tarefa principal, não exclue – mas pelo contrário acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de massas na cidade e no campo. Em nosso país devido a existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas camponesas e trabalhadores agrícolas”. Ao mesmo tempo em que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe portanto às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura, e por

transformações radicais na nossa sociedade (Resolução política – abril de 68).

A ação no movimento de massas ficava restrita praticamente ao movimento estudantil e a algum tipo de trabalho junto ao movimento camponês (principalmente no nordeste e em função das sementes lançadas pelas Ligas Camponesas). A ação no movimento sindical estava praticamente bloqueada para que as organizações revolucionárias pudessem fazer algum trabalho político.

Esta característica, que distinguia o PCBR de outras organizações, com o tempo foi diluindo-se e, aos poucos, o PCBR também adere ao militarismo, isola-se da massa e passa a realizar ações armadas, o que gerou um ciclo perverso. A forma de conseguir dinheiro para manter um grupo de pessoas deslocadas das relações de produção era os assaltos à banco, os quais, por sua vez, mais cedo ou mais tarde expunham a organização, na medida em que muitas destas ações foram mal sucedidas e militantes foram presos.

No Paraná, o bancário e estudante de direito José dos Reis Garcia, foi preso dia 14/04/69 acusado de tentar organizar um assalto à agência do Banco do Brasil de Telêmaco Borba. Quem irá denunciar Garcia é Luiz Carlos Pagnozzi (padrinho de uma das filhas de Garcia). Esta ação fazia parte de um plano articulado juntamente com o grupo ligado ao Major Joaquim Pires Cerveira e seria financiada com dinheiro proveniente de um esquema de desvio de uma agência do Leblon, no Rio, através de Jorge Medeiros do Valle (o “bom burguês”). Preso por exatos 4 anos, (sairá da prisão dia 14/04/73), irá denunciar como seus torturadores o então capitão Fernando José Vasconcelos Kruger, o sargento Bruno Goerisch e o escrivão José Guttemberg da Cruz. Apolônio, que teve contato direto com Jorge Medeiros, refere-se a ele de forma positiva

Além de corresponder à necessidade de fortalecer a organização, antes de expô-la abertamente à repressão, facilitam-nos os preparativos e as doações de Jorge Medeiros do Vale, combatente sincero e injustamente esquecido no seio da esquerda. Nos corredores do sistema financeiro, ele realiza operações que irão prover de fundos certas organizações de esquerda. O PCBR é um de seus beneficiários. Preso, Jorge Medeiros guardaria dignidade e coragem diante de seus torturadores (CARVALHO, 1997, pg. 202).

Enquanto isso, no Paraná, Mauro Goulart será testemunha das torturas sofridas por Garcia e outros presos políticos

José dos Reis Garcia era funcionário do Banco do Brasil e foi torturado sob a acusação de planejar um assalto a banco. Ele tinha úlcera gástrica, ia para as sessões de tortura e voltava arrebatado, com equimoses por todo o corpo, vomitando sangue. Apesar disso, ele não entregou ninguém e suportou tudo sozinho. (...) O sargento Albery não tinha mais impressões digitais. Usaram maçarico para queimar os seus dedos, colocaram a sua mão dentro de uma lata e espremeram em um torno. Ele ficou bastante mutilado (HELLER, 1988, pg. 308).

Preso na cidade de Blumenau, para onde será transferido, Garcia continuará sua atividade de dirigente do PCBR dentro da prisão. Com o tempo, adquire a confiança de um de seus carcereiros e à noite (uma vez por semana), sai da prisão na madrugada e pega carona no carro do malote dos Correios (em que um de seus motoristas também é ligado à Garcia) e se dirige à Curitiba, onde faz reuniões com uma célula de militantes e retorna antes do amanhecer, sendo que quando a guarda troca, já está novamente em sua cela.

Não está claro até que ponto esta foi uma iniciativa local ou determinada pela direção nacional, na medida em que nesta época já havia início de deslocamentos temporários de dirigentes nacionais para o Paraná (Apolônio de Carvalho e Salatiel Teixeira Rolim), além do deslocamento, em junho ou julho de 1969, de Elinor Britto (Saul ou Rocha, RJ); Seledino Nunes de Oliveira (Zé Maria), Henrique Roberti Sobrinho (MG) e mais adiante de Alberto Vinicius de Mello Nascimento (Xanha - PE) para assumir funções dirigentes na organização. Segundo Garcia, com sua prisão é Elinor quem irá assumir suas funções de dirigente do PCBR no Paraná.

O deslocamento de pessoas para essa região estava vinculado à tentativa de construir bases rurais para desencadear uma guerrilha a partir do campo. O PCBR avaliava que a guerrilha rural deveria ser a base da revolução no Brasil. Não desconsiderava a importância de ações vinculadas à luta de massas, fossem elas legais ou ilegais, como também não ignorava a importância da ação militar nas áreas urbanas. No entanto, em função das dimensões continentais do país e das imensas desigualdades regionais, acreditavam que somente uma luta de guerrilhas no campo, e de longa duração, é que teria possibilidade de ser vitoriosa. Defendiam a concepção denominada “guerra popular prolongada”, próxima às concepções chinesas de revolução, embora ressaltassem a importância do papel do movimento de massas na zona urbana. Essa concepção era sintetizada na expressão “cerco da cidade pelo campo”.

Visando criar as condições para a luta armada rural, outras iniciativas foram tomadas ainda em 1969. Em Sergipe, foi organizado um treinamento militar em uma área rural emprestada. Seus responsáveis foram Getúlio de Oliveira Cabral (que havia feito treinamento em Cuba), “Aroeira”, (nome verdadeiro não

identificado) e Bruno Maranhão. Segundo Bruno (em entrevista ao autor), o primeiro problema é que o Comitê Central não mandou a quantia que havia sido acertada (o que levou Theodomiro, então seminarista, a expropriar o dinheiro da Igreja em que atuava para ajudar a financiar a atividade prevista). O dinheiro não foi mandado porque estava imobilizado em função do investimento que a direção do PCBR havia feito na compra de apartamentos, como veremos mais adiante. A solução foi buscar ajuda financeira junto a simpatizantes ligados à classe média e reduzir os custos previstos. Esse processo envolveu aproximadamente 25 pessoas, na quase totalidade camponeses, e o dinheiro arrecadado foi gasto basicamente em gasolina, munição, farinha, charque e arroz, sendo que o leite vinha da própria fazenda onde foi feito o treinamento.

Durante o treinamento, surge um outro problema. Já ao final, no quinto dia, um dos militantes tem um “surto” e entra em crise. Dizia que queriam matá-lo e foge mata adentro. Ainda tentam cercar a mata durante a noite, mas não conseguem detê-lo. Nessa mesma madrugada, cortam todas as árvores que tinham buracos de bala, enterram o armamento e apagam todos os vestígios do treinamento. Estava desmobilizada a ação de treinamento militar. Embora o contratempo, já havia sido realizado o treinamento de marcha, tiro e tática de guerrilha.

Nesse mesmo período, um militante foi enviado ao interior de Goiás para fazer um levantamento de fazendas que estivessem à venda. Como os órgãos de informação já estavam atentos a movimentações nessa região, ele foi preso pelo delegado de um município do interior de Goiás. O codinome do referido militante do PCBR era Zé Pedrinho, nordestino de origem e camponês do Rio de Janeiro, morador da Baixada Fluminense. Ele tinha se apresentado como fazendeiro em

busca de terras e, ao final, fez um acordo com o delegadom que tinha ficado com os documentos de Zé Pedrinho para checar as informações. Como já era tarde e apenas no outro dia de manhã poderia obter informações, Zé Pedrinho deixaria os documentos com o delegado e dormiria no único hotel existente na cidade (já que não existia nenhuma acusação contra ele e não poderia fugir, pois a única linha de ônibus que passava pela cidade sairia depois do almoço do dia seguinte). Enquanto isso, esperariam a resposta da busca de informações. Com receio de que efetivamente poderia ser um fazendeiro, o delegado deixa-o dormir no hotel. Durante a madrugada, Zé Pedrinho foge pela janela e fica andando por quatro dias na mata até achar condições de deslocamento para outras regiões. De acordo com informações que Bruno Maranhão obteve posteriormente em contato com Zé Pedrinho, (e que repassou ao autor), ele chegou até mesmo a beber a própria urina para poder sobreviver.

No início de maio de 69, o Comitê Regional de Pernambuco irá deslocar militantes para João Pessoa para organizar uma expropriação (termo utilizado na época para assaltos a bancos, embora também houvesse expropriações de empresas). A instituição escolhida foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, no qual dois funcionários foram rendidos e foi expropriada uma valise com depósitos da Companhia Souza Cruz. Luciano Almeida e Carlos Alberto Soares irão participar dessa ação. Segundo avaliações de ex-militantes (cálculos a partir do valor do dólar), essa ação rendeu o que hoje equivaleria a uns 600 mil reais.

Outro tipo de ação utilizada de forma freqüente era a de propaganda política. A intenção poderia tanto ser a de divulgar o pensamento revolucionário como desmoralizar o inimigo.

No início de setembro de 1969, em função do sequestro do embaixador Charles Elbrick, por parte do MR-8 e da ALN, o PCBR, tentando disputar bases políticas, se sente na obrigação de organizar algum tipo de ação. Resolvem destruir o palanque montado para as festividades do dia 7 de setembro em Recife. A ação ocorre na madrugada do dia 6 para o dia 7. O palanque estava situado na principal avenida de Recife, Visconde da Boa Vista. A intenção era que quando as autoridades chegassem de manhã para as festividades, só encontrassem os destroços do palanque.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho foi encarregado de transportar a dinamite (conseguida através de contatos com a ALN) de Fortaleza até Natal. O curioso é que o avião em que chega Francisco de Assis, com a dinamite, aterrissa no aeroporto de Recife exatamente no momento em que Gregório Bezerra estava sendo deslocado para o avião que vinha do Rio de Janeiro com os exilados que tinham sido trocados pelo embaixador. O aeroporto estava tomado pelo exército e, nestas condições, Francisco desceu com duas malas de dinamite e um revólver junto à cintura, que apenas serviria para chamar a atenção, sem nenhuma possibilidade de utilizá-lo como defesa nas circunstâncias de então. Talvez por que ninguém pudesse supor que algo parecido estava acontecendo, Francisco de Assis pôde desembarcar e passar pelo sistema de segurança do aeroporto sem ser revistado.

Diretamente desta ação participaram Carlos Alberto Soares, (motorista), Luciano Siqueira e Rholine Sonde Cavalcante Lima. Segundo os relatos de Luciano Siqueira, quase houve um grande desastre, similar à tentativa de explosão da bomba no Riocentro alguns anos mais tarde. Utilizaram um automóvel volkswagen que ia atrás de um ônibus para não chamar a atenção.

Quando chegassem ao local, ultrapassariam o ônibus (para poder fugir em grande velocidade), ao mesmo tempo que atirariam as bananas de dinamite no tablado (palanque oficial). O inesperado é que nenhum militante tinha experiência com dinamites e não sabiam que o rastilho de pólvora queimava tão rapidamente. Por muito pouco a dinamite não explode dentro do carro. Mesmo assim conseguem acertar o alvo com a dinamite e fugir do local. Segundo lembranças de Luciano,

Meu objetivo era acender as massarocas de dinamite, estava no banco de trás. Carlos Alberto dirigia e Rholine na frente. Minha função era acender a primeira, passar para ele arremessar e escapar. Meu irmão, eu não sabia que o estopim quando aceso não fica parado, ele fica doido. Eu podia ter sofrido o mesmo fim daquele sargento lá no Riocentro (...) Acendi com o cigarro que era a forma mais fácil de acender o estopim, então acendi a primeira massaroca, ele jogou e imediatamente acendi a segunda. Jogamos alguns panfletos, o nosso objetivo era dar publicidade à ação, mas quem tomou conhecimento do panfleto foi a repressão, porque era meia noite e não circulava ninguém pelas ruas (Luciano Siqueira – fita nº 4).

No outro dia, Francisco de Assis resolve visitar sua avó que morava perto (em frente) ao local do palanque. Achando que tinha sido feito um grande estrago, fica sabendo por ela que apenas tinham lançado na noite anterior uns “peidos de sogra”, expressão utilizada para designar bombinhas, buscapé, etc. Como a dinamite tinha sido jogada de cima para baixo, apenas fez um rombo no tablado, e no outro dia de manhã colocaram um pedaço de madeira por cima e realizaram a solenidade prevista sem nenhum tipo de contratempo. Luciano também passa pelo local e vê o desfile sendo realizado normalmente. Naquela manhã, Luciano e Francisco de Assis, juntamente com inúmeros outros militantes da organização teriam uma reunião com Mário Alves que estava em Recife.

Preocupado com o problema das quedas originárias das tentativas de assaltos, não só do PCBR como também de outras organizações, um bancário do Rio de Janeiro, Jorge Medeiros do Valle, descobre uma forma de criar uma fraude fiscal na agência Leblon do banco em que trabalhava (Banco do Brasil) e começa a desviar grandes quantias de dinheiro para o PCBR e MR-8. Até este momento, o PCBR havia feito poucas tentativas de assaltos a banco, e com o dinheiro advindo do chamado “bom burguês” não haveria tanta necessidade de expor a organização. Jorge Medeiros (“bom burguês”) não era ligado a nenhuma organização em particular, mas estava disposto a ajudar aquelas com que tinha algum tipo de contato para que elas não fossem identificadas e destruídas pelos órgãos de repressão.

Estabelece contato com Apolônio de Carvalho e Salatiel Teixeira Rolim, que passa a ser o responsável e contato direto com o PCBR. Do dinheiro arrecadado, parte destina-se a organizar a luta armada no Paraná, onde terras são compradas e para onde militantes serão deslocados. Além disso, o PCBR estabelece um acordo com um grupo político do Rio Grande do Sul, liderado pelo Major Cerveira. Além desta parte do dinheiro, que se destinava à organização de uma base militar no Paraná, um pouco foi gasto na manutenção da estrutura (militantes, aparelhos, deslocamentos) e houve a compra de alguns apartamentos no Rio de Janeiro. Esta é uma das críticas presentes em mais de um depoimento a Apolônio, eis que ele foi o responsável, na época, por estas aquisições, e isso gerou um problema de liquidez na medida em que a venda de apartamentos era sempre algo demorado e a dinâmica da luta armada e da própria sobrevivência da organização dependia muitas vezes de um retorno financeiro rápido. O próprio treinamento em Sergipe teve problemas em decorrência dessa questão.

Da parte de Jorge do Valle, existe uma afirmação de que além do dinheiro investido nas organizações, houve investimentos em financeiras, hospitais e empresas. As empresas e financeiras, segundo Jorge, existem até hoje. No entanto, como tinha sido feito um acordo com empresários da época, enquanto durou a guerrilha no Brasil, eles o cumpriram (Jorge teria “injetado” recursos nos respectivos empreendimentos). Depois das prisões, essas pessoas apropriaram-se dos empreendimentos e até hoje não vieram à tona os nomes envolvidos. Quanto aos investimentos feitos pelo PCBR, no que se refere à compra de terras no Paraná, após as quedas, ninguém ficou sabendo com quem ficaram. O próprio Elinor Britto, em viagem à região, tentou identificá-las, mas não conseguiu, em função das enormes transformações ocorridas daquela época para hoje.

Do dinheiro desviado por Jorge Medeiros, apenas uma parte ia para o PCBR. Depois de algum tempo, o dinheiro começou a ser entregue (e em maior quantia) ao MR-8, sendo que parte (que ficou com o próprio Jorge) foi transformada em dólares e enviada à Suíça. Outra parte o próprio Jorge resolveu aplicar em investimentos aqui no Brasil mesmo.

Mais tarde Jorge Medeiros irá denunciar um esquema de corrupção que envolvia militares de alta patente na apropriação desse dinheiro. Quando ele é preso, existiam em seu apartamento mais de 700 mil dólares em pacotes que iriam ser distribuídos para algumas organizações. Desse dinheiro apareceram apenas 300 mil no inquérito. Em relação ao dinheiro da Suíça, ele faz um acordo com os órgãos de repressão, e oficiais da marinha são mandados à Suíça, acompanhados de seu cunhado e entregam para sua mulher (que já morava lá) um bilhete em que Jorge autoriza a entrega do dinheiro. Também do montante entregue apenas uma parte apareceu. Inclusive o Banco do Brasil não

acompanhou a entrega do dinheiro (que pertenceria ao Banco). Jorge também denuncia um esquema de lavagem de dinheiro de que ele teria sido convidado a participar e que envolveria Iolanda Costa e Silva, na época mulher do Presidente da República. Com a prisão de Jorge Medeiros, nos interrogatórios feitos na marinha (praticamente todos os interrogatórios realizados em organismos das forças armadas nunca vieram a público), a preocupação maior da parte dos interrogadores era quanto ao envolvimento de Iolanda Costa e Silva. Poucos dias depois, Arthur da Costa e Silva terá um derrame e ficará incapacitado. Os detalhes desses episódios são relatados em uma entrevista de Jorge Medeiros a revista Isto É, número 115 (A Repressão Acusada), de 07 de março de 1979.

Embora um pouco extenso, é importante revermos o depoimento de Jorge Medeiros do Valle quando de sua prisão, (inquérito policial), pois a partir de alguns fatos relatados por ele podemos compreender melhor duas situações que foram importantes em desdobramentos posteriores: o papel de Salatiel Teixeira Rolim na arrecadação do dinheiro (que mais tarde levará a seu justicamento por membros do próprio PCBR) e a estruturação de uma aliança militar no sul do país com o Coronel Cerveira.

Em seu depoimento policial, Jorge Medeiros declarou que:

Há algum tempo tivera a idéia de fazer o levantamento de uma grande soma de dinheiro para aplicação no processo revolucionário de esquerda no Brasil; que pôs em prática, em meados de 1968, essa idéia, fazendo desvio de dinheiro através da Agência do Banco do Brasil, em Leblon, local em que trabalhava; que desviara cerca de cinco bilhões de cruzeiros velhos, trocados por dólar e os depositara em Bancos da Suíça; que pretendia com tal importância financiar os movimentos Revolucionários do Brasil; que transferira sua família para a França a fim de poder participar mais ativamente no

movimento Revolucionário; que entregara a importância de cem mil dólares aproximadamente a Roberto Las Casas – ex-professor da Universidade de Brasília exilado na França por problema político – que era seu amigo, para que providenciasse manutenção de sua família; que fôra apresentado a um certo Roberto (Salatiel Teixeira Rolim) do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, por intermédio de seu amigo, digo, amigo do depoente, Rodrigo José Faria Lima; que a apresentação fôra feita na Churrascaria “Las Brasas”, durante um jantar; que Roberto fôra apresentado ao depoente como sendo um dos responsáveis pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; que mais tarde em encontros com Roberto, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, sentiu, o depoente, que Roberto realmente deveria ser elemento da cúpula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; que no encontro da Churrascaria, supracitado, ficara assentado que o depoente ajudaria ao PCBR na formação de uma estrutura para a revolução, ajuda essa sob o aspecto financeiro; que houvera uma série de “contatos”/ que Roberto recebia dinheiro do depoente para o PCBR; que nesse interím houvera uma reunião da qual participaram um tal de Botelho, representante do Movimento 26 de Março, no Sul, Cerveira, major do Exército Brasileiro, cassado -, Roberto e Apolônio de Carvalho do PCBR, e o depoente; que Botelho e Cerveira seriam da mesma “organização”, um atuando no Sul e o outro em Curitiba – respectivamente; que nessa reunião tratou-se da formação de uma “FRENTE”, que Botelho carecia de dinheiro para manutenção de seu pessoal e compra de armas nos países vizinhos do Sul; que o depoente fornecera a Botelho uma lista de agências do Banco do Brasil, com os respectivos numerários em caixa; que no dia seguinte ao da reunião supracitada, se encontrara com Cerveira o qual lhe expusera pretensões de montagem de uma emissora de rádio e aquisição de armas no Paraguai; que a rádio emissora seria montada em Curitiba e transportada para o Rio de Janeiro; que fornecera, então, a Cerveira, cêrca de vinte mil cruzeiros novos; que Cerveira e Botelho não deram mais notícias; que permanecera em “contato” com Roberto apenas; que num segundo “contato” com Botelho, um mês depois, o mesmo trouxera uma declaração da “FRENTE” ao povo brasileiro; que nesse reunião Botelho apresentara o fato de que Jeferson Cardin de Alencar já havia chegado e estava com problemas para escondê-lo; que, então, propusera a Roberto a vinda de Jeferson para o Rio, tendo combinado que Roberto arranjará um “aparelho” e avisaria para onde deveria trazer Jeferson; que nessa ocasião o

depoente dera a importância de vinte mil cruzeiros novos a Botelho e – este fato se passara já em princípios de mil novecentos e sessenta e nove: que o depoente continuara a fazer “contatos” com Roberto bem como fornecia dinheiro para o PCBR e para a estruturação da já aludida “FRENTE”; que nessa ocasião Roberto lhe falara de uma ação a ser realizada em Curitiba, e demonstrara que seria contra uma das agências da lista fornecida pelo depoente; que essa ação não fôra concretizada; que Roberto lhe dissera ter caído um elemento numa agência do interior ou em Curitiba que pusera o plano a perder: **(possivelmente tenha sido a queda de José dos Reis Garcia)** que Roberto lhe pedira para levar dois elementos a Curitiba para a ação à agência, a qual não se realizou; que diante disso o depoente começara a sentir a fragilidade da Estrutura armada de Curitiba por Cerveira e Roberto; que posteriormente Cerveira viera para o Rio e o depoente não sabe se o mesmo voltara a ter “contatos” em Curitiba; que Roberto demonstrara muita satisfação pelo fato de Cerveira ter saído de Curitiba; que em “contatos” posteriores com Cerveira realizados em Ipanema fôra tratado do problema da obtenção de dinamite, que Roberto precisava para o PCBR; que por ocasião da vinda ao Brasil de Nelson Rockefeller, o depoente pensou em obter carga explosiva; que o depoente achava que era necessário, por ocasião dessa visita, da realização de um grande feito como por exemplo a destruição do prédio da Stander por meio de explosivo, que Cerveira prometera arranjar para o depoente, cargas de dinamite, mas não conseguira; que depois de algum tempo Cerveira acabara conseguindo cinco quilos de dinamite que foram entregue a Roberto, o qual já possuía o lugar para guardar e o técnico para manipular o referido explosivo; **(possivelmente referia-se à Sérgio, seu filho)** que houvera uma tentativa de conseguir dinamite através da “organização” de Reinaldo (Gabriel). (depoimento de Jorge Medeiros do Valle à polícia).

A parte que se segue do depoimento refere-se basicamente às articulações com o MR-8 que seria a “organização de Gabriel”. Volta a se referir ao PCBR em 4 momentos. Quando fala de seu motorista particular, que tinha sido apresentado pelo Roberto e que era uma pessoa foragida de Minas Gerais que estava sob os cuidados do PCBR; no plano do MR-8 de executar uma operação de fuga de

presos políticos da Ilha das Flores e que Roberto ficou de procurar entre os militantes do PCBR bons nadadores para tal ação; quando se refere a diversos tipos de armas que o MR-8 adquiriu através de Roberto e quando fala do dinheiro enviado ao PCBR. Segundo ele, “começara a fornecer dinheiro ao PCBR desde aproximadamente agosto de 1968; que o total que o depoente fornecera ao PCBR, através de Roberto, fôra de quinhentos ou seiscentos mil cruzeiros novos”.

Outro depoimento importante para entendermos o contexto, é o de Sérgio Teixeira Rolim, filho de Salatiel que tinha retornado recentemente de um treinamento em Cuba² e que posteriormente será preso e torturado de uma forma violenta, o que irá explicar o comportamento de Salatiel frente ao PCBR. Embora a extensão, entendemos que, devido a sua importância, a citação deve estar no corpo do trabalho e não em anexo:

Foi treinar em Cuba através do Movimento Popular de Libertação (MLP – articulação de Arraes). Foi com Getúlio Cabral (Camilo) e “Pedro” (estudante de História em Minas Gerais) Ex Polop. Em maio de 69 termina curso de guerrilha. Chegou ao Brasil com Getúlio dia 11 de maio de 1969. Ao chegarem foram para a residência de Milton Caldeira. Salatiel os visita e fala dos desdobramentos da Dissidência. Mais tarde reúne-se com: Salatiel, Silvestre, André, Antônio e Aloísio – balanço sobre o não acontecimento das ações previstas para a vinda do Rockfeller (explosões na sede da OEA). Assistência política de Silvestre. Salatiel, contestando Silvestre disse que a não explosão foi fruto do fato de Sérgio não ter conseguido os explosivos; da falta de pessoal preparado e falta de viaturas. Sérgio argumenta que a falta de explosivos é fruto do não cumprimento da promessa de Jorge (Wagner). Após, depois de ler documento do PCBR, Salathiel marcou um ponto entre Sérgio e “Lima”. Foi levado a um apartamento (com os olhos baixos) onde estavam: “Lima”; **(Apolônio)**; “Aloísio”; “Paulo”, “Artur” **(Getúlio**

² Sérgio Teixeira Rolim e Getúlio de Oliveira Cabral foram à Cuba fazer treinamento militar em 28/06/68 e retornaram dia 11/05/69. Tanto a ida como a volta foi realizada com diversas escalas em outros países para despistar a repressão.

Cabral) e “Antônio”. Definiu-se que Sérgio ficaria em contato com Antônio. “André” marca uma reunião com Sérgio após a reunião, onde “Cristina” (**possivelmente Nancy Mangabeira**) é apresentada como a pessoa que iria morar com ele em um aparelho. Neste interím é apresentado a “Wagner” (**Jorge Medeiros do Valle**), por “Aloísio”, já que este seria um bom contato e esta seria uma das missões de Sérgio (acompanhar Wagner). Wagner falou que esperava um carregamento de explosivos e tinha a idéia de explodir o prédio da Standard (com a vinda do Rockefeller). Em outro contato, conhece “Paulo”, motorista de Wagner. Como Wagner viajaria, apresentou “Rodrigo” como o contato e a pessoa que informaria a chegada dos explosivos. Rodrigo informa que chegou e apresenta “Joaquim” Cerveira. Joaquim entrega parte do material para Salathiel prometendo mais 100 quilos de dinamite. Rodrigo convidou Sérgio para montar um dispositivo de segurança para a chegada de “Wagner”. Encontrou-se com Rodrigo e Claudio indo para a casa de “Wagner”, antes encontrando-se com Nely, cunhada de Jorge, conhecendo também “Raimundo” (Herberto). Paulo lhe mostrou o levantamento do aeroporto (trazido por André). É apresentado à Regina e mais tarde à “Sergio” e “Ivan”, para ensiná-los a manejar com explosivos. Foi à casa de “Sérgio” onde encontrou apenas “Rodrigo”. À noite, com Claudio foi encontrar-se com “Sérgio”. Posteriormente reuniram-se com “Ivan”, Paulo e “Regina” no aptº de Rodrigo José Faria Lima, combinando a segurança da chegada do Jorge. Após a chegada deste, reuniu-se com Rodrigo, Jorge e Paulo. Jorge pediu um ponto com Salathiel. O encontro ficou marcado através de “Antônio”. Lá estavam Paulo, Rodrigo, Salathiel e “Wagner”. Marcara uma reunião de estudo. Rodrigo veio com a esposa e um casal (o motorista era Renato Mascarenhas). Deveriam comparecer também “Wagner”, “Sérgio” e Paulo; não comparecendo, Rodrigo desculpa-se com Renato Mascarenhas e pede carona (para Rodrigo, Denise e Sérgio) até Copacabana, onde Denise separa-se deles e os segue até um aptº. Lá fica sabendo que a reunião acontecerá durante todo o fim de semana e que moças viriam para dar cobertura. Alguns dias antes da chegada de Rockefeller, encontrou-se com Antonio que passou a ser seu contato, passando dinheiro e documentos. Alguns dias após entregou os documentos intactos a Salathiel e reclamou da falta de cuidados de segurança do Antônio. Os encontros para procurar uma casa foram com “Cristina” que seria sua companheira no aparelho. Última vez que viu Cristina foi uma Sexta feira, antes de ser preso

(ao cobrir um ponto que Antônio não foi e compareceu André e Cristina). Antes de ir a Cuba teve contato com “Lima” e “Arthur”. (depoimento de Sérgio Teixeira Rolim à polícia em 28/08/69).

Destes dois depoimentos, pode-se chegar a algumas conclusões simples que posteriormente serão confrontadas com outras informações. É inegável que Salatiel era a ponte entre o PCBR e Jorge Medeiros do Valle. Também fica claro que no segundo semestre do ano de 1968 e início de 1969, Salatiel é quem fazia a “ponte” com o Major Cerveira e com o grupo 26 de Março, com o objetivo de construir uma base militar para a guerrilha no Paraná. Não está claro qual o grau de autonomia da ação de Salatiel nestas questões. Fica evidente pelos dois depoimentos (principalmente ao final de ambos), o envolvimento com pessoas ligadas ao MR-8, notadamente a busca de ações conjuntas (explosão da OEA; fuga na Ilha das Flores, etc).

Para Apolônio, as ações nas quais Salatiel estava envolvido eram individuais e isto explica em parte os recursos que nunca chegaram ao PCBR e que, na avaliação de Apolônio, foram para outros grupos políticos mais afinados, no momento, com a luta armada. Referindo-se a ele, afirma que:

Quando eu vou ao Paraná três meses depois, eu vou ao Paraná por ligação com o partido, discutir, tudo mais e tal. Ele já não está lá'. Eu encontro Elinor, encontro outros elementos, agora, ele já está procurando ligações com outros grupos que querem a guerrilha de imediato e que tem armas também, ou procuram armas. Eu tenho a impressão que uma parte desse dinheiro que ele recebeu não foi pela questão pessoal não, foi para compra de fazendas, e parte foi para compra de armas com esses grupos ou ajuda a esses grupos para se manterem e se prepararem para uma ação, uma ação conjunta. Eu acho que ele estava no quadro da preparação. Não faço a mínima idéia negativa ou pejorativa da ausência dele, somente constato essa ausência,

como ela pesava sobre nós. Então, quando eu vou lá, vou visitar uma das fazendas, vou a uma conferência em uma destas fazendas, está o Elinor com outros companheiros, mas ele não está lá, já estaria em outros lugares e depois antes de ser preso, ele estaria na Baixada, onde seria preso, mas em contato com grupos armados, que se preparavam também para preparar novas ações e etc. É que ele era um partidário da ação guerrilheira imediata. Não sem razão ele insistiu para que o filho fosse à Cuba para se preparar militarmente. É claro para você essa explicação da maneira como eu via a ausência do Salatiel e o problema também do deslocamento do dinheiro, que sem vir para a Direção Nacional nos seus devidos limites, estava seguramente sendo levada para medidas e iniciativas voltadas para uma guerrilha rural, ou uma ação imediata mais positiva (Entrevista Apolônio – fita nº 24 – janeiro de 2003).

O desmonte da estrutura, com a queda de Jorge do Valle, trará grandes prejuízos às ações que estavam sendo planejadas. Dia 07/07/69 é a volta da última viagem que Jorge Medeiros fez à Europa, foi preso dia 12/07 do mesmo ano e seu depoimento à polícia é de 18/07/69. Não sabemos se em função da queda de Jorge do Valle ou não, o fato é que Sérgio Teixeira Rolim será preso (possivelmente em agosto, pois seu depoimento é do dia 28/08/69). Como na época seu envolvimento maior estava sendo com o MR-8, é barbaramente torturado em busca de informações que ele não tinha (ou tinha muito pouco), pois não fazia parte da estrutura orgânica do MR-8. Segundo Juliano Siqueira, Sérgio tinha sido “emprestado” a esta organização para agir como instrutor militar em função de seu preparo em Cuba. Seja em função do “empréstimo” ou de uma possível aproximação política com o MR-8, o fato é que as informações que ele tinha sobre esta organização eram poucas, o que fez com que fosse intensificada a tortura sobre sua pessoa.

Ainda segundo Juliano, seu pai (Salatiel) procura Mário Alves e pede que o PCBR faça algum tipo de sequestro para libertar Sérgio. Mário Alves diz que nas

condições da época o PCBR não teria estrutura para organizar um tipo de atividade dessa natureza. Salatiel então irá procurar Marighella, segundo descrição de Juliano

Aí o Salatiel disse: eu vou procurar o Marighella, e o Mário disse: você tem toda razão, procura resolver o problema do Sérgio. Tanto que quando houve o sequestro do embaixador americano (**setembro de 69**) eu estava com Mário Alves, e a única preocupação do Mário, quando a lista estava sendo anunciada...(...) vamos prestar atenção aqui se sai o nome de um camarada nosso, o Sérgio Rolim. (...), o Mário se sentia assim muito responsável, pois o Mário tinha ido há pouco tempo a Cuba, e tinha conseguido abrir uma linha de ida de camaradas nossos para fazer cursos. Então, os dois primeiros que foram foi o Getúlio Oliveira Cabral e o Sérgio Rolim. O MR-8 nos pediu o Sérgio emprestado para ministrar uns cursos pra eles, (...). Caiu o MR-8 e ele caiu no meio do MR-8... E porque não sabia nada do MR-8, e os caras perguntavam as coisas, ele apanhou mais do que quase todo mundo (Entrevista de Juliano Siqueira, fita nº 6).

Com a saída de Salatiel, (para a qual existem duas versões), o PCBR deveria seguir as normas de segurança e desativar alguns pontos conhecidos por ele. Seja na versão de que Salatiel se desligou do PCBR, seja na de Apolônio, de que Salatiel simplesmente deixou de ir às reuniões da direção, o fato concreto é que ele não estava mais ligado ao PCBR.

Segundo Apolônio de Carvalho, ele não solicitou o desligamento de Salatiel da direção em função de problemas políticos.

Nós tínhamos na Comissão Executiva do PCBR, uma situação de paridade, de empate. Éramos 10 a 10. Pela ida imediata à guerrilha rural no nordeste e 10 pelo recuo relativo na luta armada no Rio, (...). Essa era a situação. Por isso mesmo, como nós estávamos na base de um empate, eu não quis fazer qualquer proposta de desligamento, de

exclusão de Salatiel nesse momento, porque eu quebraria a situação de equilíbrio no interior de nossa comissão executiva, no interior da Direção, a favor da faixa que eu representava, então eu silencieei, o que era profundamente errado, mas achei que num outro sentido era ético, (...). Mas agora, ao momento dado, quando ficou clara a ausência de quaisquer notícias de Salatiel, Mário Alves, ele mesmo propôs a exclusão de Salatiel do Comitê Central e do PCBR. Veio, portanto, de Mário Alves a proposta da sua saída (Entrevista Apolônio – fita nº 24 – janeiro de 2003).

Neste momento, existia um forte debate dentro do Comitê Central sobre a conjuntura política e a validade das ações armadas. Jacob Gorender, a partir de um estudo sobre a economia brasileira, já identificava um crescimento econômico e avaliava que a classe média brasileira não iria se envolver na luta contra o regime em função deste fator. Junto a Gorender, Apolônio de Carvalho, Marcelo Mello e outros defendiam a mesma posição. Em São Paulo, estado onde Gorender era o principal dirigente, não houve nenhuma ação militar do PCBR. De outro lado, Mário Alves, Salatiel Rolim, Bruno Maranhão e outros, principalmente a juventude localizada no nordeste, defendiam uma maior ofensiva na questão militar. A posição de Mário Alves, embora bem distinta das de Gorender e Apolônio, ainda buscava costurar uma relação entre os chamados “jovens nordestinos” e o outro setor do partido. Achava que não poderia abandonar os jovens sozinhos em uma aventura, embora também demonstrasse receio de uma ação mais ofensiva sem estruturas adequadas.

Neste contexto, a fala anterior de Apolônio mostra um profundo sentimento ético e de respeito político na conduta tanto dele como de Mário Alves. De um lado, Apolônio não pede o desligamento de Salatiel com medo que isso fosse confundido com a busca de uma maioria na direção através de métodos

burocráticos e não pelo convencimento político. De outro, Mário Alves, que se encontrava em uma posição de confronto com Apolônio e Gorender, defende o desligamento de Salatiel, mesmo sabendo que isto o levaria a ficar com a minoria da direção do partido. Esse tipo de comportamento está muito vinculado à luta anterior que eles travaram dentro da direção do PCB contra um tipo de método de trabalho em que as questões éticas muitas vezes eram deixadas de lado em função das disputas políticas e ideológicas e na qual muitas vezes a busca da manutenção da maioria implicava qualquer tipo de ação.

Seja por liberalismo ou falta de condições materiais, o elemento central que irá desarticular pesadamente o PCBR é a manutenção de seus aparelhos após a saída de Salatiel. Com sua prisão, no início de janeiro de 1970, Salatiel irá abrir os pontos que conhece supondo que eles já estivessem desarticulados (segundo a versão dita para Álvaro Caldas e Juliano Siqueira). Ao abrir o ponto, onde se realizavam as reuniões do Comitê Central, a polícia prende José Corrêa Filho (Jurandir), motorista do Comitê Central e de Mário Alves. O motorista, torturado, foi pressionado a entregar todos os pontos que conhecia em diversas partes do país. Por essa razão houve uma grande quantidade de prisões, principalmente no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Recife. Segundo Apolônio, Augusto Olivier (ex-militar e membro do primeiro Comitê Central) disse textualmente para ele, referindo-se ao motorista “fui preso em casa e foi ele que trouxe a polícia”. Mas Apolônio não descarta completamente a responsabilidade de Salatiel. Segundo aquele, o coletivo de São Paulo, composto na época por Gorender, Aytan, Sérgio Sister e outros, teriam falado do envolvimento de Salatiel nas quedas de São Paulo

Eles nos disseram que o Salatiel tinha ido a São Paulo, para entregá-los à polícia, mas quem me disse também, diretamente, foi um Major do Exército, a polícia do exército da Barão de Mesquita, no momento em que o nome do Salatiel apareceu. “Salatiel foi a São Paulo e nos deu o que podia dar”. Esse é um elemento que eu procuro explicar pela fraqueza de Salatiel, diante do peso e do volume de torturas porque ele passou, à custa desse assunto. Eu não estou justificando, estou tentando explicar apenas (Entrevista Apolônio de Carvalho, fita nº 24, janeiro de 2003).

Embora Salatiel tenha sido preso no Rio dia 11 de janeiro, quando Maria Joaquina Marques Dias foi presa no Paraná, dia 15 de janeiro de 70, encontrou-se com ele. Possivelmente o tenham levado ao Paraná para checar informações. Pouco tempo depois ela e Salatiel são levados para o Rio, onde são presos na delegacia localizada na rua Barão de Mesquita. Segundo ela,

De repente me colocaram em frente ao companheiro Salatiel Rodrigues, membro do Comitê Central do PCBR, que haviam trazido do Rio de Janeiro, e isso foi mais assustador ainda do que eu ter visto o Olien. O Salatiel estava completamente arrebatado, com dificuldades para respirar, o rosto deformado, com machucaduras pelo corpo (HELLER, 1988, pg. 331).

Outros ex-militantes do PCBR que reconheceram Salatiel torturado foram Romeu Bertol e sua companheira Suely Penha Rodrigues. Segundo Bertol,

Salatiel estava jogado no meio dos tijolos e eu tive uma visão aterrorizante dele, com equimoses por todo o corpo. Um capuz preto sobre a cabeça e ele completamente nu (HELLER, 1988, pg. 342).

A queda de Salatiel e a prisão do motorista do Comitê Central, (Jurandir), no início de 1970, ocorrem muito próximas de um outro acontecimento no final de dezembro de 1969, que é o roubo ao Banco Sotomaior no Rio e a queda de um dos dirigentes da operação. Esses dois elementos em conjunto irão desencadear um conjunto muito grande de prisões e inclusive o assassinato de Mário Alves, principal dirigente do PCBR.

Com a descoberta do desvio de dinheiro no banco e a prisão de Jorge em 18/07/69, o PCBR se vê obrigado a iniciar uma nova fase. Em outubro de 1969 (dia 10), houve um assalto a um carro transportador de dinheiro da Souza Cruz em Olinda. Nessa operação, houve um tiroteio e morreu Nilson Lins, gerente da firma Cornélio de Souza e Silva, distribuidora da Souza Cruz em Olinda. Participaram dessa ação: Rholine Sonde Cavalcante Silva; Carlos Alberto Soares, Alberto Vinicius Mello do Nascimento e João Maurício de Andrade Baltar. De acordo com Luciano de Almeida, foram comprados 60 revólveres com o dinheiro expropriado. Já é o início da fase mais ofensiva do PCBR no que diz respeito a ações militares.

Entre os anos 70 e 71 ainda houve duas grandes ações em Fortaleza. Nessa época, Carlos Alberto Soares já estava clandestino e deslocado para esse estado em função de que era muito conhecido em Pernambuco por sua ação no movimento estudantil (era estudante de geologia quando tentaram enquadrá-lo no decreto lei 477, o que gerou uma reação dos professores e inclusive da direção de sua faculdade). O Decreto Lei número 477 proibia quem tivesse alguma participação política de matricular-se em qualquer tipo de escola ou faculdade no país pelo período de 10 anos.

Nesse período, houve o assalto a uma agência do Banco do Brasil em Maranguape (interior do estado) no qual tanto Carlos Alberto como Odijas Carvalho de Souza participaram. Odijas tinha ido fazer a “paquera” do banco alguns dias antes e, conversando com o guarda da agência, lhe pergunta se ele reagiria caso o banco fosse assaltado, o qual respondeu: “eu não, Deus me livre. Imagina, meu filho”. Quando vão realizar o assalto, utilizam dois carros. Um para a fuga com o dinheiro e outro de apoio. Chegando ao banco, percebem que o guarda era outro, bem mais jovem. Tinham montado um esquema em que uma pessoa iria conversar com o guarda na porta enquanto o carro principal estacionaria na frente do banco, o que impediria o guarda de ir pedir que o carro se retirasse do local.

No entanto, a abordagem não dá certo e o guarda dirige-se ao carro. Quando enxerga uma arma de repetição parecida com uma metralhadora no colo de Carlos Alberto, o guarda entra em pânico e começa a gritar. O rapaz que estava fora do carro, com a incumbência de distrair o guarda, dá uns gritos com o segurança e ele então fica calado e imóvel até o fim da operação, que será bem sucedida. Ainda na mesma ação, quando entram no banco e dão uma ordem aos clientes, que já estavam saindo, que retornem ao banco, as pessoas rapidamente o obedecem. Uma senhora, porém, já bastante idosa, continua a sair do banco, quando um dos militantes, bem novo, aponta uma arma para ela, a mesma diz: “sai daí, menino”, e continua a sair do banco sem que nada possam fazer. Segundo Carlos Alberto, não teriam como bater ou atirar nela. Como a operação foi rápida, esse incidente não inviabilizou a ação.

Também em Fortaleza irá ocorrer o roubo a um carro forte (na época uma rural Willis) do Banco London. Esse carro fazia todas as coletas desse banco e,

na última delas, o carro foi trancado e, em poucos minutos, levaram todo o dinheiro sem que os funcionários nem mesmo tivessem conseguido identificar as pessoas que participaram da operação. A partir dessas duas ações, o dinheiro será distribuído nacionalmente. Segundo Carlos Alberto, em função do atraso do roubo ao banco (teve de ser adiado em 15 dias), os militantes passaram grandes necessidades, pois não havia recursos para manter o conjunto de militantes na clandestinidade e passar fome era algo bastante comum.

Se no início as ações pegaram de surpresa os órgãos de repressão, principalmente em alguns estados do Nordeste onde o movimento estudantil e os movimentos sociais em geral eram muito débeis, logo surgirá uma reestruturação dos mesmos para poder enfrentar a nova realidade. Um dos inúmeros jornais mimeografados que o PCBR lançou no período fala sobre a ação da repressão no nordeste do país

A Paraíba atualmente, é o estado nordestino onde a repressão está mais concentrada. Na cidade de Souza, o Exército faz manobras antiguerrilheiras, utilizando univesitários de direita para o “aliciamento ideológico” da população. São lidas pelo rádio, esporadicamente, regras de dedo-durismo, tais como: “proprietário, visite periodicamente o seu inquilino, verifique se há algo anormal e informe à polícia” ou “na casa vizinha à sua pode estar funcionando um aparelho clandestino; observe os hábitos do seu vizinho; comunique à polícia algo estranho”. (jornal do PCBR – Vanguarda – Comitê Central – Outubro/69 – São Paulo – mimeografado).

Ainda há um conjunto de tentativas de ações que não dão certo. Seja pela inexperiência, seja pelo acaso, como a tentativa de assaltar uma loja que vendia armas em Recife. Durante quase um mês, Bruno Maranhão e Susana, então namorados, faziam o levantamento do movimento da rua simulando que estavam

apenas namorando. Em um determinado dia, quando algumas pessoas já estavam de prontidão para realizar a ação, Bruno e Carlos Alberto Soares ficam responsáveis em roubar um automóvel que possuísse um porta-malas grande para que as armas pudessem ser carregadas.

É escolhido um táxi modelo Galaxie. Usando ternos, os dois pegam o táxi e dizem que vão a uma festa. Em determinado momento, em uma região já deserta, pedem que o táxi dobre uma rua (mais deserta ainda) para que eles possam pegar duas mulheres que irão acompanhá-los à festa. Carlos Alberto estava na frente, ao lado do motorista e Bruno atrás desse. Em determinado momento, Bruno dá uma “gravata” no pescoço do motorista, no mesmo instante em que coloca uma arma em sua cabeça.

O motorista, assustado, empurra o banco para trás. A partir do momento em que empurra as pernas para frente e o banco desloca-se para trás, inicia-se uma luta entre ele e Bruno. Carlos Alberto abre a porta e empurra o motorista, no entanto ele consegue disparar a arma que acerta a mão de Bruno. Conseguem fugir, mas têm de cancelar a ação para tratar da mão de Bruno, que se justificou em sua família afirmando que participara de uma briga no clube na noite anterior.

Ainda há um assalto a Coca Cola no Ceará, mas a respeito dessa ação as informações são muito vagas e dispersas.

A adesão do Movimento Armado Revolucionário, (MAR), ao PCBR, será um elemento importante para a efetivação desse tipo de ação na medida em que a experiência desses ex-militares irá influenciar também o moral dos militantes do PCBR. A adesão de um grupo de militantes do MAR irá quebrar o tipo de recrutamento que faziam até então, que era individual. O PCBR tinha criado uma estrutura pré-partidária, denominada de OPP (Organização Para Partidária) que

deveria ser a “porta de entrada” dos militantes na organização. Serviria para selecionar o ingresso de militantes com um maior cuidado quanto a sua firmeza ideológica e preparo político.

No entanto, o acirramento da luta política e a disputa com as outras organizações de esquerda, irá levar quase que ao abandono a participação prévia nas OPPs para posterior ingresso no partido. Aldemir Lemos, que foi considerado durante muito tempo como alguém ligado a uma OPP, e que, portanto, não tinha acesso a nenhuma deliberação ou reunião do partido em Natal, entendia que os membros das OPPs eram auxiliares da organização que não estavam na clandestinidade. Não conheciam os membros do partido, apenas um assistente que lhe passava informações e/ou tarefas, as quais consistia em comprar passagens, arrumar dinheiro, transportar alguém, etc. Tinha algumas tarefas que Aldemir achava muito complicadas em função do grau de exposição a que eram expostos, como, por exemplo, largar panfletos em jogos de futebol.

O MAR (Movimento de Ação Revolucionária) irá surgir no final do ano de 1968 na prisão Lemos de Britto, no Rio de Janeiro, a partir da articulação de um conjunto de ex-militares (principalmente marinheiros) que já tinham uma atuação política durante o governo de Jango e que, posteriormente, irão tentar organizar a Guerrilha de Caparaó, sob influência do PCB e de Brizola. Quando Avelino Biden Capitani (líder dos marinheiros em 62, juntamente com Cabo Anselmo), é preso, irá encontrar na Lemos de Britto um conjunto de ex-companheiros de luta sindical durante o conturbado período do governo Jango

Na chegada, havia um comitê de recepção de velhos companheiros: Marco Antônio, os dois irmãos Duarte, o Viegas e o ex-sargento da Aeronáutica Prestes de Paula estavam entre um grupo de 30

marinheiros também presos políticos. Logo colocamos todas as informações em ordem, e consegui ter uma idéia mais aproximada da realidade (CAPITANI, 1997, pg. 122).

Logo que Capitani chega à prisão, fica sabendo de um plano de fuga que está sendo articulado. Ao longo de dois anos, vão criando as condições para a fuga. Um dos elementos importantes era o apoio externo. Como José Duarte, Celestino e Viegas, marinheiros, já estavam por sair da prisão, ficaram responsáveis de criar as condições externas. Após sua saída, irão criar o MAR e buscar uma aliança com a ALN e a VPR. Acreditavam que seria possível juntar os diversos grupamentos em um único na medida em que muitos marinheiros da base do sindicato tinham se vinculado a diferentes organizações. Procurado, Marighela não acreditou na possibilidade da fuga e não mobilizou a ALN para apoiar a ação. Mesmo assim, alguns marinheiros que estavam na ALN (Souza, Helinho e Neguinho), resolveram apoiar a fuga.

Este grupo, já com o nome de MAR, irá realizar algumas ações militares com a finalidade de buscar com isto adquirir condições materiais para a fuga dos demais.

A partir de um longo trabalho de preparação, principalmente conquistando a confiança a partir do trabalho interno na condição de presidiários, dia 26 de maio de 1969 conseguem fugir da Lemos de Britto algumas das lideranças dos militares juntamente com mais 3 presos comuns que já tinham alguma politização. Escapam Avelino Capitani; Prestes de Paula; José Adeildo Ramos; Benedito Campos; José Duarte; Marco Antônio da Silva Lima; Roberto Cietto; José Michel Godoi e André Borges (os três últimos são presos comuns).

Logo após a fuga bem sucedida, (embora tenha sido morto um guarda e, duas pessoas, tivessem ficado feridas), dirigem-se a Angra dos Reis. A partir deste momento, tentam organizar algumas ações militares que nem sempre dão resultados positivos e, com o tempo, o grupo dispersa-se, seja por opções diferentes, seja por necessidade. Continuam buscando contato tanto com a ALN como com a VPR, mas não têm sucesso em função do início das quedas, principalmente de Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, principais dirigentes da ALN.

José Adeílido; Capitani, Marco Antônio e Duarte reencontram-se com Prestes de Paula, sendo que este já está organizado no PCBR. A convite de Prestes, aceitam participar de ações conjuntas com esta organização. Como estão sem nenhum tipo de estrutura, cabe ao PCBR a tarefa de arrumar aparelhos para eles. Segundo Álvaro Caldas,

Em um sábado eu fui chamado pela organização e era isto: nós estávamos recebendo esses caras que tinham vindo com o Prestes para o PCBR e alguns não tinham onde ficar. Então me foi dada a tarefa para guardar por alguns dias o Duarte (entrevista Álvaro Caldas, fita nº 25, janeiro de 2003).

Álvaro irá circular durante uma tarde com Duarte sem conseguir condições seguras, até que se lembra de um colega jornalista (Edilson) e o leva para lá. Poucos dias depois surge o assalto à agência Sotomaior do Banco do Brasil, em que o motorista da ação (Paranhos) é preso e, em consequência, surge uma sucessão de quedas. Quando Duarte percebe pela imprensa o que estava acontecendo, sai da casa de Edilson sem deixar vestígios para onde teria ido.

Posteriormente, Edilson (que é apenas um simpatizante), vai à casa de Álvaro Caldas sem saber que este já está preso e é pego e torturado pela repressão, pois achavam que ele deveria saber algo sobre a organização.

Retomando a idéia de fazer expropriações com a finalidade de buscar recursos para manter a organização, é escolhido o Banco Sotomaior, em Brás de Pina, no Rio de Janeiro, como seu alvo. O assalto realiza-se dia 17 de dezembro de 1969, mas por uma série de fatores, algumas pessoas envolvidas são identificadas, principalmente a partir da queda do motorista da operação. Como consequência, um conjunto muito grande de militantes são presos, entre eles Apolônio de Carvalho, um de seus principais dirigentes. Esta é, na realidade a primeira ação de expropriação realizada no Rio de Janeiro. Seu planejamento é organizado de forma meticulosa, todas as possibilidades são pensadas. Foi realizado um levantamento dos números de telefones próximos ao banco, e, algumas pessoas, (entre elas Álvaro Caldas, jornalista carioca que trabalhava no Jornal do Brasil junto com Fernando Gabeira), são incumbidas de ligar para estes números e mantê-los ocupados para evitar que alguma pessoa próxima desconfiasse e denunciasse o assalto.

Dois carros (volkswagen) são utilizados. No carro da cobertura (que fica a uns 10 metros atrás do carro que estaciona na frente do Banco e que irá realizar a ação), está Paulo Sérgio Gramado Paranhos (Vicente/Topo Gigio – bancário e estudante, responsável pela juventude do partido e considerado um bom motorista) e três dos militantes do MAR: Marco Antônio; José Adeildo (Garcia) e Capitani (Rubens). No carro principal, Prestes de Paula (Arquimedes); Fernando Augusto Valente da Fonseca (Sandália) e mais três reconhecidos apenas pelo codinome (Pedro, Thompson e Lúcio, este último como motorista). Destes

(nomes frios), sabe-se (segundo depoimento de Álvaro Caldas ao autor), que um deles era o Sílvio Renan.

A operação, em um primeiro momento, é bem sucedida. Saem do banco com duas sacolas contendo Cr\$ 79 mil (segundo noticiários da época). Os dois carros fogem cada um tomando um rumo. Os militantes do primeiro carro (com o dinheiro) trocaram de veículo, passaram para um carro legalizado (pois os dois utilizados na ação eram roubados) e voltaram para seus “aparelhos” na clandestinidade. Já os ocupantes do segundo carro, (da segurança) também fazem um primeiro transbordo bem sucedido (pegam um fusca vermelho registrado em nome de Álvaro Caldas). Ao fazer a segunda troca de veículos, é que a situação começa a sair do controle, pois no momento da troca passa um camburão da PM. Marco Antônio e Adeildo pegam o terceiro carro e fogem. Capitani e Paulo Sérgio Paranhos voltam ao fusca do Álvaro com um saco contendo as armas. Fogem com o camburão atrás deles e, não respeitando sinaléticas, até que em determinado momento vão colidir com outro fusca e capotar. Na confusão, Paulo Sérgio é preso (na operação usando o codinome de Vicente) e Capitani (Rubens), se refaz rapidamente do choque e reage à tentativa de prisão, atira no sargento Joel Nunes (que irá falecer poucos dias depois) e foge para uma favela próxima de onde consegue fugir do cerco.

Os militantes que estavam no carro principal (com o dinheiro) dividem-se. Prestes e Lúcio (nome de guerra) fica com as armas e parte do dinheiro (14 mil) e deixam os outros R\$ 65 mil com Abigail Paranhos. Esse dinheiro será recuperado posteriormente pelos agentes da repressão. Prestes vai para o apartamento onde estava morando com Paulo Sérgio Paranhos.

Lúcio morava em um apartamento no Grajaú e tinha ido jantar fora voltando mais tarde. Na madrugada chegaram Mauro, Mariana e Sandália (nomes frios), este último o comandante do Comando Político Militar (CPM). Com a notícia da queda de Paranhos, fugiram rapidamente e ainda tentaram avisar Prestes, mas viram que seu apartamento já estava cercado. Conseguem evitar cair no cerco policial, mas foram perseguidos e seguidos por um carro ligado à repressão. Fogem durante um certo período, mas o carro estraga (um gordini de propriedade de Mauro – também nome fictício). Lúcio e Sandália transportam o dinheiro e armas para um táxi e pedem para o motorista correr (precisavam chegar a tempo de pegar um contato com um membro da organização a tempo de conseguir local para dormir aquela noite). Perto do Jardim Botânico, o carro, ao ultrapassar um sinal fechado, colide com outro táxi. No meio da confusão, Sandália e Lúcio novamente pegam as armas e dinheiro e tomam outro táxi chegando finalmente a seu destino.

Enquanto isso, no apartamento em que Prestes estava, (esperava a volta de Paulo Sérgio que morava com ele), a polícia faz um cerco, mas Prestes resiste, matando um soldado (Elias dos Santos). Fugiu descalço e sem camisa, saltou o muro dos fundos do prédio e pegou um táxi.

Álvaro Caldas, quando soube na redação do Jornal do Brasil que tinha havido quedas, imediatamente guarda seus pertences e entra para a clandestinidade sem mesmo passar por sua casa que era conhecida de Paranhos. Ao pegar um ônibus para Copacabana, encontra-se com Luis Alberto de Sá e Benevides, (Bebeto/Careca ou Otávio), membro da direção regional da Organização e que até o momento não estava sabendo das quedas. Logo após encontra-se com outros companheiros de organização e entra para a

clandestinidade, dividindo um “aparelho” com Lúcio. Entre os contatos que Álvaro manteve naquela noite, esteve com Sílvio Renan e Paulo Guilhain. Possivelmente um destes fosse o “Lúcio”. Segundo Álvaro, “O partido teve de se reestruturar, tirar gente do Rio, mudar de aparelhos uma quantidade muito grande de pessoas”. Ainda houve um outro assalto a banco em Niterói antes do começo das quedas na região.

Sérgio Sister, jornalista e militante do PCBR de São Paulo, durante seu período de férias, estava indo com sua namorada para a Bahia. Passou os dias de Natal na casa de um conhecido no Rio de Janeiro (Montenegro, dirigente estudantil do PCB) e lembra que no dia 25 de dezembro, saiu de manhã do apartamento e viu na capa do jornal Última Hora a foto de Prestes, Capitani e Marco Antônio. Chegando em Salvador, dirigiu-se ao apartamento de um militante do PCBR que tinha sido indicado por Montenegro (de apelido Pretinho). Ao chegar, a empregada mandou-os embora, pois a polícia já havia estado lá.

A postura de Paulo Sérgio Paranhos foi considerada como muito ruim e, portanto, foi isolado do conjunto da organização entre os presos políticos. Na época, o comportamento na prisão era um elemento central para classificar os militantes entre os que tinham firmeza ideológica e capacidade de resistir e os que eram fracos de caráter. Anos mais tarde, Paranhos dará um testemunho a Álvaro Caldas sobre sua situação. Irá afirmar que

A pior lembrança que eu tenho, de um cheiro que me dá pavor, é a de ter enfiado o nariz no furo da bala. Esfregaram a minha cara no cadáver estendido na laje e o nariz entrou no furo da bala. É um cheiro que eu tenho pavor (CALDAS, 1981, pg. 124).

Em relação ao tratamento dado às pessoas que não resistiram à dor e humilhação na tortura, a grande maioria dos ex-militantes possui uma outra visão hoje. Na sua maioria entendem que na época não tinham noção do significado da tortura. Não estavam adequadamente preparados para enfrentá-la e que as pessoas não podem ser condenadas por este tipo de fraqueza.

Segundo Álvaro Caldas,

Mal preparados para isso, acreditávamos que nós teríamos força ideológica para resistir. Mas nós não tínhamos idéia do que era a tortura. Uma coisa é você imaginar que vai chegar lá, vai levar uns cascudos, uns empurrões, uns chutes, e outra coisa é você se deparar com um esquema de tortura organizado, cientificamente montado, com aparelhos próprios, com quadros oficiais treinados para isso, tendo feitos cursos no Panamá, não sei mais aonde, treinados pela CIA. Então nós subestimávamos a tortura e superestimávamos a nossa capacidade de enfrentá-la, achávamos que resistiríamos. E isso foi uma fraqueza de todas as organizações. Ou porque até não houve tempo, conhecimento, para que isso fosse discutido (...) Então havia essa representação de que nós éramos um pouco heróis. De que a tortura dava para tirar (Entrevista Álvaro Caldas, fita nº 25, janeiro de 2003).

Paulo Sérgio Paranhos era conhecido na

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)